



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 006.4.55.O

DATA: 19/02/18

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 19 horas

TÉRMINO: 23h34min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 6ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, em 19 de fevereiro de 2018.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

JHC, 3º Secretário.

ÀS 19 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (JHC) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 103 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Eu gostaria de contar com a compreensão de V.Exas. porque hoje o sistema está fora do ar, então estamos fazendo as inscrições manualmente e também vamos fazer visualmente.

Como se trata de uma sessão extraordinária, nós vamos começar concedendo 1 minuto para que os discursos sejam dados como lidos. Logo após, como não haverá Pequeno Expediente, será concedida a palavra nas Breves Comunicações.

Então, estão abertas as inscrições para quem desejar.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Fábio Sousa, por 1 minuto.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito esse 1 minuto para fazer algumas observações. Evidentemente, a pedido do Deputado Otavio Leite e dos Deputados do Rio de Janeiro, eu vou votar favoravelmente à intervenção, mas eu faço um questionamento aos pares e ao Governo. Eu nunca ouvi falar de meia intervenção. Essa vai ser a primeira vez que vai haver meia intervenção. A intervenção tinha que ser total, tinha que ser geral.

O grande problema do Estado do Rio de Janeiro é a questão fiscal, a falta de recursos, a falta de estrutura, e a falta de moral. Esse é um Estado que tem sido historicamente saqueado, vítima de corrupção, de uma forma estrondosa.

Então, fica aqui a minha crítica ao dizer que deveríamos estar fazendo uma intervenção total e não parcial.

Votarei favoravelmente, a pedido da bancada do Rio de Janeiro, a pedido do Deputado Otavio, a pedido dos Deputados que aqui bem representam o Rio de Janeiro. Entretanto, faço esse questionamento e acho que todos nós deveríamos refletir.

Vou além, Deputado JHC. Não se vai resolver o problema se não se investir em segurança pública.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Peço que fiquem à minha esquerda os que são contrários ao parecer e à minha direita os que são favoráveis, ou seja, fique à esquerda do plenário quem for favorável e à direita quem for contrário ao parecer.

V.Exas. já podem fazer suas inscrições.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Otavio Leite, por 1 minuto.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito se fala sobre a necessidade de atuar de forma emergencial. Há, de fato, uma realidade cruel no Rio de Janeiro.

Eu, sinceramente, acho que será uma oportunidade muito grande para se chacoalhar a estrutura policial, para se reorganizar a estrutura das polícias civil e militar, que estão desestruturadas. Esse é um passo, uma oportunidade que se dá. Mas, como se fala muito na questão social, é preciso enfrentar isso.

Eu quero dizer que acabei de dar entrada, no Palácio do Planalto, a uma sugestão para que também se excepcionalize a possibilidade de, em havendo a intervenção, também os beneficiários do INSS receberem um vencimento, tal qual se dá em época de calamidade pública. Isso pode injetar na economia do Rio de Janeiro 3 bilhões de reais, no mínimo.

Há cerca de 3 milhões de segurados do INSS no Rio de Janeiro. E eles poderiam fazer jus a um vencimento a mais, ficar durante 3 meses em carência, e restituir ao INSS durante 36 meses. Com isso, haveria uma injeção de recursos líquidos na economia do Rio de Janeiro, na área popular e em comunidades carentes.

Acabei de protocolar essa sugestão ao Presidente da República, que pode fazê-lo por um mero decreto. Isso aconteceu em Rondônia em 2014 e em outros momentos onde houve calamidade pública.

Portanto, em havendo intervenção, que também se proporcione a 3 milhões de brasileiros pobres a oportunidade de acessarem mais esses recursos para o dia a



dia. Isso é importante para irrigar a economia do Rio de Janeiro, ao lado da intervenção.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Of. nº 65/18-CN

A S.Exa. o Sr. Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa. e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para terça-feira, dia 20 de fevereiro de 2018, às 15 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 41 e 43, de 2017, e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2018.

Atenciosamente,

Senador Eunício Oliveira

Presidente do Congresso Nacional

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, do Poder Executivo, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de



2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973 (revoga dispositivo da Lei nº 3.890-A de 1961 e da Lei nº 10.848, de 2004).

A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 9 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu também estou inscrito.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado JHC, primeiramente quero cumprimentar todos os colegas Deputados e Deputadas e lhes desejar bom trabalho. Em segundo lugar, quero dizer o seguinte: nós estamos aqui para votar o decreto da intervenção no Rio de Janeiro.

Quero parabenizar o Presidente Michel Temer e toda a equipe do Governo. Essa é uma intervenção dentro de uma democracia, na qual o Governador vai ter o direito de cuidar de todos os outros segmentos. E a segurança vai ficar por conta do General que, com certeza, juntamente com toda a equipe, vai fazer um grande trabalho no Rio de Janeiro.

Uma coisa é certa: não dava mais para continuar da forma como estava. Os bandidos tomaram conta do Rio de Janeiro, passeiam com armas e fazem arrastões. Esse é um problema que está acontecendo no Brasil todo.

Outra medida importantíssima, Deputado JHC, é a criação do Ministério da Segurança. Isso também é, sim, de extrema importância. A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penitenciária vão ter um canal direto com o Presidente. Isso mostra que o Presidente está ativo, que a economia está melhorando, que o juro está caindo e que os empregos estão voltando. Trata-se de um trabalho forte na área de segurança.

Então nós temos que parabenizar o Presidente Rodrigo Maia, o Presidente Michel Temer e todos os que estão preocupados com a segurança. Este é o



caminho. Com certeza, a maioria absoluta vai votar a favor deste decreto, porque nós queremos segurança.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Mauro Pereira.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente JHC, nós estamos começando uma sessão que é muito importante pela qualidade do debate de que deve estar revestida. O Governo tomou uma decisão de supetão: não consultou nem a maioria de seus próprios Ministros; não ouviu nenhum segmento da sociedade, não ouviu o Ministério Público nem nada para intervir no Rio de Janeiro, que realmente não tem Governo há muito tempo. Aquilo é uma esculhambação, uma roubalheira.

Então, é o PMDB federal intervindo no PMDB estadual, uma espécie de pacto dos degenerados. E nós temos que debater em profundidade essa intervenção.

Quer dar como lida a resolução nacional do PSOL que inclui nove propostas concretíssimas, com arcabouço jurídico atual, sem nenhuma medida de exceção. Elas poderiam ser realizadas para minimizar a violência, que, aliás, assola o Brasil inteiro. Essas propostas estão aqui, são muito concretas.

Queremos que todos os inscritos, de uma e de outra posição, possam falar. Se o Governo se apequena e toma uma decisão para mudar a pauta e fugir da derrota da reforma da Previdência, que nós como Parlamento não fuçamos do nosso dever de debater em profundidade o tema.

(Desligamento automático do microfone.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, nota conjunta da Executiva Nacional; da Municipal-RJ; e da Estadual-RJ, todas do PSOL, sobre a



intervenção federal decretada pelo Presidente ilegítimo Michel Temer. Além de expor nossa crítica ao método, forma e conteúdo da intervenção, ao fim, propomos nossas soluções para a terrível crise de segurança pública no Rio de Janeiro.

Agradeço a atenção.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota do PSOL

Intervenção não é solução! Fora, Temer! Fora, Pezão!

O Estado do Rio de Janeiro é hoje a representação da falência de uma política antidemocrática, incompetente e corrupta do PMDB, que governa o estado há mais de uma década e deve ser totalmente responsabilizado pela situação atual. Este mesmo partido e seus sócios conseguiram falir o Rio de Janeiro, sucatear os serviços públicos, enriquecer seus aliados e desencadear a mais grave crise de segurança pública dos últimos anos, que não começou no último carnaval. Os megaeventos foram marcados pela corrupção e serviram para recheiar os bolsos da “quadrilha do guardanapo”.

A sensação de abandono da população está em todas as áreas: saúde, infraestrutura, educação, atrasos no pagamento de servidores (inclusive de policiais) e no desmonte das universidades estaduais. Na área da segurança pública, porém, destaca-se o sentimento de medo e insegurança diante da ausência de uma política efetiva, e a adoção da repressão como única medida.

Depois de tanto desgoverno, o PMDB, por meio do governo corrupto (e ilegítimo) de Temer e de Pezão, apresenta como grande saída para a segurança uma intervenção federal. Fingem ignorar que o problema da violência no Estado (e no país) decorre essencialmente de questões estruturais, como a desigualdade, agravada pela retirada de direitos sociais e aumento do desemprego, promovidas por eles próprios.

Já conhecemos bem esse tipo de proposta: as diversas intervenções militares na segurança pública nunca deram resultados positivos. As Forças Armadas estiveram na favela da Maré durante mais de um ano e não reduziram o poder do



tráfico ilegal de drogas nem a violência. Temer também já utilizou as forças militares por mais de uma vez no Rio de Janeiro, servindo inclusive para reprimir mobilizações populares.

Essa política de puro enfrentamento militarizado fracassou porque não deu resposta às causas da violência e ainda gerou o deslocamento do tráfico e da milícia pela Baixada e interior do estado. Essa opção envolve a escolha do uso de blindados, do caveirão e da execução de pessoas, todas pobres, negras e moradoras de favelas, como política de segurança pública. A mudança a competência da Justiça Militar para julgamento de crimes contra civis, retrocesso autoritário defendido por Temer, é outro elemento relacionado com a intervenção que trará graves consequências para nossa democracia e para os direitos humanos da população mais vulnerável.

Além disso, a “guerra às drogas”, reforçada pela perspectiva de enfrentamento militar, só serviu para reforçar a violência policial e fortalecer as facções nas superlotadas penitenciárias, sem reduzir a violência nem o comércio ilegal de drogas.

A piora dos índices de criminalidade também é de responsabilidade do governo federal, que falha em suas atribuições constitucionais de controle de fronteiras e ao não impedir a entrada de drogas e o tráfico de armas no estado. E qual a solução proposta? Entregar o controle das polícias estaduais às Forças Armadas por meio de excepcional medida como uma intervenção federal, que visa criar uma cortina de fumaça em ano eleitoral e em meio à tentativas de aprovação da contrarreforma da previdência.

Essa intervenção federal custará milhões aos cofres públicos, dinheiro que poderia ser usado em outras áreas essenciais, como o pagamento de servidores, saúde, serviço de inteligência e efetiva prevenção ao crime. Só na ocupação militar da favela da Maré foram gastos mais de R\$ 400 milhões em pouco mais de um ano.

Fica evidente que a questão da segurança pública não será resolvida enquanto formos governados pela mesma máfia que levou o Rio ao buraco, cujo único interesse é enriquecer sua quadrilha. Portanto, chegou a hora de derrotar essa velha política do PMDB, que se vende como novo, mas representa o velho, e seus



podres poderes com isenções e benefícios fiscais, política de ocupação militar de territórios e privatização de serviços essenciais.

O projeto do PMDB, com suas reformas trabalhista, previdenciária e terceirização, intensificará o quadro de miséria e de violência urbana. Nem Pezão, nem Temer (ou o mesmo grupo político dos ex-governadores Cabral e Moreira Franco, muito menos Picciani) possuem condições técnicas ou legitimidade política para governar e intervir no Rio de Janeiro.

Por essas razões, o PSOL posiciona-se contrário à intervenção federal de Temer. Pezão não tem mais condições de governar. Ele deve sair e o povo escolher seu sucessor. Exigimos a renúncia de Pezão e a antecipação das eleições para o governo do estado do RJ.

Convocamos a população em geral a somar-se aos protestos do dia 19.02 contra a reforma da previdência e também contra a intervenção federal. Ao mesmo tempo, fazemos um chamado a todas as organizações sindicais, aos partidos de esquerda e às organizações de direitos humanos, para debatermos propostas de saída para crise sob a perspectiva da classe trabalhadora. Como contribuições ao debate, apresentamos as seguintes medidas:

1) Reformulação total da gestão da segurança pública no RJ, visando maior integração entre as polícias, transparência e participação social, tendo como prioridades orçamentárias o investimento em inteligência e prevenção;

2) Elaboração e execução de um plano de segurança com foco na proteção da vida, a partir dos indicadores e estudos do Instituto de Segurança Pública (ISP) e do FBSP, com foco na redução de homicídios (inclusive de policiais) e mudança nas prioridades estratégicas, visando a desarticular o tráfico de armas, combater as milícias e reduzir os índices de crimes contra a pessoa (incluindo o combate à violência contra as mulheres e LGBTs);

3) Revisão da política de enfrentamento violento ao varejo das drogas nas favelas e controle da letalidade da ação policial mediante a elaboração de Planos Estaduais, com metas específicas;

4) Mudança da atual política proibicionista de drogas que promove o encarceramento em massa (e de mulheres) e o extermínio de pobres e negros, e



sua substituição por uma política baseada na redução de danos, voltada para prevenção, informação e atenção ao uso problemático de drogas.

5) Investimento em uma força tarefa (com prioridade de recursos) para a redução de crimes em áreas de maior incidência de criminalidade violenta;

6) Reorganização das polícias estaduais, atualizando seus marcos regulatórios e definindo uma nova governança para a segurança pública estadual que reoriente as polícias estaduais para as suas atribuições originárias: investigação criminal e policiamento ostensivo-preventivo. Desmilitarização das polícias.

7) Efetividade da União no cumprimento de suas atribuições constitucionais, no que diz respeito à prevenção e repressão ao tráfico ilícito internacional de drogas e armas, desobrigando assim as policiais estaduais das missões constitucionalmente referidas às forças federais;

8) Investimento em Polícia técnica (em parceria com as universidades) e investigativa;

9) Investimento em programas sociais e culturais para os jovens de áreas com maior incidência de violência letal, e em educação (inclusive de jovens adultos), com prioridade para medidas de combate à evasão escolar articulada com a criação de oportunidades de emprego para jovens. Prevenção da violência nas escolas.

Executiva Nacional do PSOL

Executiva Estadual do PSOL-RJ

Executiva Municipal do PSOL Carioca



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente eu gostaria de dar como lido um pronunciamento a respeito dessa intervenção no Rio de Janeiro.

Não há dinheiro que chegue no Estado. O Rio de Janeiro fez os Jogos Pan-Americanos, entrou dinheiro a torto e a direito, numa roubalheira danada. Desmoralizaram as Forças Armadas no Rio de Janeiro. E eu quero ver se a intervenção vai dar certo. Estamos torcendo para que dê, já que é o único remédio.

O outro pronunciamento que quero dar como lido é com relação ao Ministério da Segurança Pública, que é necessário. Estamos falando desde 2015 sobre este Ministério. É preciso haver uma política de segurança pública neste País, porque o número de homicídios por ano chega a 70 mil.

Não é possível essa roubalheira! A transmissão de roubo de carga ao vivo pela televisão, como está acontecendo no Rio de Janeiro, é uma vergonha! Então, haja dinheiro no Rio de Janeiro. Está um desgoverno total. O Governo é incompetente e o anterior, ladrão.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, do programa *A Voz do Brasil* e da *TV Câmara*, a intervenção federal no Rio de Janeiro é a primeira intervenção desse tipo prevista na Constituição, desde 1988. De lá para cá, essa possibilidade foi cogitada, mas nunca usada, em diversas outras situações, incluindo crises de segurança pública no Espírito Santo e no



Rio Grande Norte. Intervenção federal é medida excepcional, mas não necessariamente de exceção, já que tem previsão constitucional no Brasil e na maior parte dos sistemas federais pelo mundo.

Hoje votaremos nesta Casa a intervenção federal no Rio de Janeiro e já declaro aqui o meu voto favorável à medida. A situação chegou a um ponto em que não há outra alternativa, mas quero esclarecer minha linha de raciocínio sobre o assunto. Os prós e contras e os cuidados que deverão ser tomados.

Comandada por um general competente, ao que tudo indica, Braga Netto possui um bom currículo, uma visão de Estado e parece treinado para situações críticas. Porém, também será preciso engajamento do Poder Judiciário, do Ministério Público e de toda a comunidade para que alcancemos bons resultados nessa empreitada.

Como eu venho falando há muitos anos, a violência vem crescendo, tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro e em tantas outras regiões do nosso País, mas no Rio a situação é ainda muito pior, porque houve um desgoverno do ex-Governador Sérgio Cabral, que roubou e desviou tudo que podia, e agora a bomba estourou nas mãos do incompetente e atual Governador daquele Estado, o Pezão. A segurança pública explodiu, ninguém pode mais sair de casa, estão invadindo, roubando nossos bens adquiridos com suor, trabalhadores honestos e turistas estão sendo roubados e mortos por criminosos. Cargas não podem passar pelo Rio de Janeiro, senão por lá são desviadas. Portanto, há um grave comprometimento da ordem pública e esse foi o motivo da intervenção do Governo Federal.

Porém, a má aplicação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, ocorrida no ano passado, só desmoralizou o nosso Exército, Marinha e Aeronáutica. Eu espero que com a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio nossas instituições não se



desmoralizem ainda mais. O trabalho contra a criminalidade terá que ser duro. Haja penitenciária para colocar tantos presos. Serão muitos confrontos e muitas mortes no Rio. Então sejamos cautelosos. Nossas forças de segurança precisam de mãos firmes, caso contrário, o problema não será resolvido.

A necessidade de intervenção, a meu ver, demonstra, mais uma vez, que a unificação das Polícias Civil e Militar seria uma opção acertada, como meio de frear a atual crise da segurança pública, marcada por greves nas corporações, massacres em presídios e aumento dos casos de explosão de caixas eletrônicos e de assaltos a banco, sobretudo em cidades do interior.

Uma única força — com investimento maior nas áreas de inteligência e de formação e com troca de informação entre todos os seus integrantes — ajudaria, em muito, o combate ao crime. Enquanto as forças estão brigando entre si para saber quem vai fazer isso, quem vai fazer aquilo, os criminosos estão à frente, progredindo anos-luz, fazendo atos de terrorismo.

Minas Gerais e outros Estados também precisarão ter cautela com a medida adotada no Rio. Por isso é de suma importância que o Governo de Minas redobre seus cuidados, principalmente nas nossas divisas de Estado, porque com a repressão que haverá no Rio, os criminosos irão para Juiz de Fora e comunidades ribeiras da Zona da Mata. As forças de segurança de Minas Gerais precisam ficar atentas, principalmente a inteligência e a Polícia Civil, para detectar essa invasão que poderá haver após a intervenção.

Pelo aqui exposto, nobres pares, peço que apoiem o projeto de unificação das polícias, pelo bem do nosso povo.



Finalizo meu discurso desejando boa sorte para o Exército e boa sorte para o Brasil!

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, do programa *A Voz do Brasil* e da *TV Câmara*, temos o péssimo hábito de dizer que o ano-novo no Brasil só começa depois do carnaval. Pois bem, então já passou da hora de serem tomadas providências sérias contra a violência que está campeando nas nossas cidades.

O que fazer para combater toda essa guerra urbana? É preciso endurecer nossas leis, nobres Parlamentares. Assim como fizemos no último ano, com a aprovação do pacote de segurança, em que votamos diversos projetos importantes a favor de leis mais rígidas. Precisamos continuar a fazer em 2018, sem perder o ritmo.

O Governo voltou a discutir a criação do Ministério da Segurança Pública, com o agravamento da violência. E eu vou cobrar que a medida seja implantada com a maior brevidade possível, pois as nossas famílias honestas e trabalhadoras não podem mais esperar.

Precisamos de uma legislação condizente com o atual cenário de violência. É necessário reprimir para realmente punir os criminosos no Brasil. Neste País, depois que o criminoso vai para a cadeia, ele é endeusado, é mimado, passa a ter direitos que a vítima não tem, e isso é absurdo. Vamos acabar com essa prática nefasta, deixar o paternalismo de lado e defender aqueles que merecem! Com leis mais duras, quero ver um Brasil em que o malfeitor tenha medo da punição e as pessoas



de bem fiquem livres para viver, pois o que vemos atualmente são famílias inteiras presas dentro de suas próprias casas, inseguras e temendo a bandidagem.

O que vou dizer agora é polêmico e sei que muitos irão discordar, mas quero trabalhar por uma nova Constituinte para que, em certos casos, como para estupradores e assassinos contumazes, que são aqueles que repetem os crimes diversas vezes, haja a pena de morte.

No carnaval, a maioria das pessoas se divertiu, pulou, brincou, mas muitas famílias choraram pelas mortes de seus entes queridos, muitas casas foram roubadas, celulares furtados. Depois que passa a folia, vem a ressaca.

Estamos vendo, principalmente no Rio de Janeiro, uma situação insustentável — foi preciso haver uma intervenção federal —, mas a situação é crítica em todo o País.

Peço aos nobres pares que se juntem a nós, Parlamentares que defendem a segurança pública, para que possamos combater essa violência e oferecer para a nossa população, em consequência da segurança, mais educação, sem nunca deixar de lembrar da saúde.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Eu só gostaria de, mais uma vez, contar com a compreensão de todos os eminentes Deputados que estão presentes, porque estamos fazendo a conferência visualmente. Os nomes de V.Exas. estão sendo todos anotados. Conforme vão solicitando, vamos, por ordem cronológica, assinando e colocando embaixo. Vamos dar oportunidade de fala a todos.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a morte do Dr. Wilson Barbosa Martins, no dia 13, na semana passada, em Campo Grande.

Dr. Wilson Barbosa Martins foi Prefeito de Campo Grande, a Capital do nosso Estado, e Deputado Federal. Inclusive, teve o segundo mandato cassado pelo golpe militar de 1964.

Depois, com o processo de redemocratização, retornou ao poder, como Governador do Estado, cargo para o qual foi reeleito.

Foi quem iniciou o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello.

Dr. Wilson Barbosa Martins sempre foi admirado por seus aliados e por seus adversários, porque tinha um senso de democracia que hoje faz muita falta ao País. Marcou época e marcou profundamente a história da democracia do Mato Grosso do Sul.

Eu quero reverenciá-lo. Como emedebista e peemedebista sempre foi um referencial da boa política no meu Estado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado de Mato Grosso do Sul está de luto. Morreu no último dia 13 o ex-Governador Wilson Barbosa Martins. Respeitado por aliados e adversários políticos, Dr. Wilson nasceu no dia 21 de junho de 1917, na fazenda São Pedro, na região de Vacaria, que hoje faz parte do Município de Rio Brillhante. Em seus mais de 100 anos de vida, formou-se em Direito



no Largo São Francisco e teve como colegas de classe Ulysses Guimarães e José Fragelli. Nosso eterno Governador deixa um legado de gestão, progresso e defesa da democracia.

Em 1946, exerceu o cargo de Secretário-Geral da Prefeitura de Campo Grande, na administração do Prefeito Fernando Correa da Costa (que também foi Governador de Mato Grosso). Em 1958, foi eleito Prefeito da cidade, substituindo Marcílio de Oliveira Lima. No período da sua administração, o concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, a revista *O Cruzeiro*, elegeu Campo Grande como um dos cinco Municípios de maior progresso no Brasil.

Filiado à UDN, foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Mato Grosso em 1963. No período do bipartidarismo no País, aderiu ao MDB, que ajudou a fundar. Reeleito em 1966, foi cassado pelo Ato Institucional nº 5, em 7 de fevereiro de 1969, tendo seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Em 1982, retornou à cena política elegeu-se Governador do Estado, o primeiro eleito pelo voto direto para governar Mato Grosso do Sul.

Foi também o responsável por aprovar a abertura de processo de *impeachment* contra o então Presidente Fernando Collor de Melo e, anos depois, em outubro de 1994 foi novamente eleito Governador do Mato Grosso do Sul. Na época, assumiu um Estado cheio de dívidas e com salários atrasados, tendo que renegociar os débitos para colocar o Governo nos trilhos.

Considerado um gestor mais progressista, em antagonismo a seu principal adversário, Pedro Pedrossian, Wilson Barbosa foi responsável por privatizar a antiga ENERSUL — Empresa Energética do Estado do Mato Grosso do Sul, hoje



ENERGISA, e garantiu a pavimentação de 2,5 mil quilômetros de rodovias, sendo lembrado como um dos melhores administradores do Estado.

Dr. Wilson teve papel importante na redemocratização do País e, por consequência, de Mato Grosso do Sul. Tive o orgulho de conviver com ele nos tempos de MDB, mais tarde no PMDB, e testemunhei todo o compromisso desse grande estadista com a democracia, com as instituições e com o Estado Democrático de Direito.

Muito diferente do que vemos hoje, Wilson Barbosa Martins era um homem público com profundo senso de servir, que respeitava os jornalistas e incentivava a liberdade de expressão e de informação. Deixou um legado que deveria servir de modelo para aqueles que sonham em construir uma nação forte, uma sociedade educada e um Estado com mais justiça social.

Descanse em paz Dr. Wilson, nosso eterno governador.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para deixar registrado que vamos apoiar o decreto e votar a favor da intervenção. Mas é importante também que se diga, Sr. Presidente, que, sem o devido suporte econômico, a intervenção vai ser inócua, não vai reverter o grave quadro em que se encontra a segurança pública no Rio de Janeiro — o que, de certa forma, acontece em quase todos os Estados no Brasil.

É importante, Sr. Presidente, que o Governo Federal assuma a sua responsabilidade na área da segurança pública, cuidando das nossas fronteiras. Não dá mais para as polícias estaduais ficarem enxugando gelo enquanto as nossas fronteiras estão abertas para o tráfico de drogas e de armas e diversas outras práticas ilícitas.

Iremos apoiar a intervenção. Mas é necessário que o Governo Federal assuma a sua responsabilidade e invista recursos para reverter o grave quadro em que se encontra a segurança pública no Brasil.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, votarei a favor da intervenção. É claro que eu gostaria que fosse mais ampla, para todo o Estado do Rio de Janeiro, e não apenas para a área da segurança. Mesmo assim, votarei favoravelmente à medida.

Quero saudar o cardeal D. Sérgio da Rocha, que foi homenageado na cidade de Matão, na última sexta-feira, com o título de Cidadão Matonense e também na Paróquia Senhor Bom Jesus, que comemorava 120 anos de sua fundação. A cerimônia contou com a presença de D. Sérgio, de D. Paulo, bispo da Diocese de São Carlos, e também de autoridades municipais.

Deixo registrada uma saudação a D. Sérgio.

Vida longa!



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Gostaria de convidar a fazer uso da palavra a Deputada Maria do Rosário.

Na sequência, falarão os Deputados Caetano, Luiz Couto e Wadih Damous.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

O Governo Federal usa o sofrimento de milhões de brasileiros e brasileiras por conta da insegurança e da violência urbana. Utiliza essa intervenção no Rio de Janeiro, que é uma medida exclusivamente política, para romper mais uma vez a Constituição. A medida não visa à segurança. Não foi apresentado um plano. Não há um projeto claro, e sim um projeto de criminalização total da população das periferias, das favelas e das vilas — a população pobre do Rio de Janeiro.

É claro que todos nós defendemos medidas de segurança. Mas por que o Governo Temer não as tomou antes, se desde agosto de 2017 tinha em suas mãos o decreto de lei em ordem? Por que nada fez o Governo Temer, além de rasgar a Constituição e retirar recursos da segurança pública? E ainda pretende contar com mandados coletivos! Isso é um absurdo, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Caetano e, em seguida, o Deputado Luiz Couto.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, daqui a pouco falarei sobre a intervenção, mas quero agora registrar o que aconteceu hoje, pela manhã, na Via Parafuso, na cidade de Camaçari, durante uma manifestação contra a reforma da Previdência.

A Deputada Estadual Luiza Maia, que é Presidente da Comissão Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa da Bahia, e diversas lideranças, como o Josué, Presidente do Sindicato dos Borracheiros do Estado da Bahia — SINDBORRACHA, a Márcia, do Sindicato dos Professores e Professoras da Rede Pública Municipal de Camaçari — SISPEC, o Prof. Carlos, a Diana, o Fuampa, o Tagner, o Vereador Dentinho, o Bispo da Cultura, o Jota, o Mateus, o Tony Ávila, o Jeferson e outros representantes do povo faziam essa manifestação na Via Parafuso, quando a Polícia Militar reagiu de forma truculenta. A tropa lançou bomba de gás lacrimogêneo, usou *spray* de pimenta, deu tiros de borracha e fuzilou o carro de som, numa ação contra os protestos.

Essa Parlamentar, juntamente com o Vereador Dentinho, solicitou providências para que os responsáveis pela segurança pública na Bahia apurem realmente essa postura truculenta da polícia, da qual nós discordamos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela *TV Câmara*.



Quero fazer, desta tribuna, uma grave denúncia a respeito de um fato ocorrido no Município de Camaçari, Estado da Bahia. A Deputada Estadual Luiza Maia e outros manifestantes foram agredidos por policiais militares do Município de Camaçari, na Via Parafuso, quando protestavam contra a reforma da Previdência. Dentre os manifestantes agredidos estavam o Presidente do SINDBORRACHA, meu amigo Josué; a Marcia, do SISPEC; o Prof. Carlos, a Diana, o Fuampa, o Tagner, o Vereador Dentinho, o Bispo da Cultura, o Jota, o Mateus, o Tony Ávila, o Jeferson e tantos outros.

A Deputada Luiza Maia, que é Presidenta da Comissão Direitos da Mulher na Assembleia Legislativa da Bahia, e os demais manifestantes contrários à reforma da Previdência foram vítimas de uma ação truculenta protagonizada por policiais militares de Camaçari, na manhã desta segunda-feira, dia 19 de fevereiro, na Via Parafuso. A tropa lançou bombas de gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta e tiros de borracha contra o protesto e também fuzilou o carro de som. A Parlamentar cobrou providências ao comando-geral da Polícia Militar.

“Todo o meu repúdio à essa ação violenta dos policiais militares de Camaçari. Hoje eles passaram de todos os limites! A manifestação é legítima, estamos lutando pelos direitos previdenciários de toda a população. Já havíamos dialogado com os motoristas, e eles estavam ao nosso lado, mas os policiais da CETO chegaram aterrorizando”, denunciou a Deputada.

A Parlamentar falou diretamente com o comandante-geral da Polícia Militar, o coronel Anselmo Brandão, e pediu a punição dos envolvidos: *“Essa não é a polícia cidadã do nosso Governador Rui, nem do coronel Anselmo. Estavam ali para afrontar os trabalhadores, porque são aliados do DEM de Camaçari”,* disse ela.



Eu, como Deputado Federal e ex-Prefeito de Camaçari, peço providências ao comando-geral da PM e ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Não iremos permitir agressões como essa! Registro todo o meu apoio à Deputada Luiza Maia e aos companheiros que estavam na luta contra a reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Para concluir, tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar dois pronunciamentos.

No primeiro, parablenizo todas as centrais sindicais e os movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras que, de forma direta ou indireta, participaram das manifestações que ocorreram hoje contra a reforma da Previdência e contra essa trapalhada do Governo Federal.

O segundo pronunciamento diz respeito ao pleito do companheiro Joãozinho, da cidade de Aparecida, que cobra do Governo a conclusão do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, peço que dê publicidade a esses pronunciamentos pelos meios de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós brasileiros estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem em nosso País. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da população brasileira de construir um Brasil justo e solidário.

Quero parabenizar todos das centrais sindicais e dos movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras que estiveram de forma direta ou indireta participando do início da greve geral contra a reforma da Previdência, hoje, dia 19 de fevereiro.



É importante a participação de todos nesse processo de manifestação contra mais uma farsa postulada pelo Governo de Michel Temer.

Acredito que essa greve vai se intensificar ainda mais nos próximos dias, e nós como povo aproveitaremos bem o impulso desta nova energia política para reivindicar direitos perdidos de forma organizada e mais rapidamente.

Se deixarmos que esse importante movimento se disperse, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder. Nós como povo precisamos reacender a chama democrática.

Portanto, desejo força e fé nesta jornada de reconquista social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao passar por várias cidades do Sertão paraibano, constatamos que a situação provocada pela seca é de calamidade. Informações repassadas pelo companheiro Joãozinho, da cidade de Aparecida, que é um conselheiro tutelar também preocupado com essa problemática, reforçam a necessidade urgente de que se conclua logo o Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco — PISF naquela região.

Aparecida é um dos muitos Municípios abastecidos pelos açudes Coremas e Mãe d'Água que estão vivenciando a enorme dificuldade provocada pela falta d'água. Os moradores esclarecem que somente a chegada das águas do São Francisco poderá trazer esperança para dias melhores.

O eixo principal levará água aos reservatórios Morros e Boa Vista, desaguando em leito natural, seguindo para a barragem Engenheiro Ávidos pelo Rio



Piranhas, depois para o açude São Gonçalo e o Rio Piranhas-Açu em direção ao Estado do Rio Grande do Norte.

O que estamos sabendo, por meio da imprensa, é que o Ministério da Integração Nacional garantiu que a partir de março ou abril deste ano as águas do Rio São Francisco já estarão chegando à Paraíba por meio do Eixo Norte. Esperamos que isso ocorra o mais rápido possível, pois a população sertaneja não aguenta mais tanta espera e sofrimento.

Encerro lembrando que a transposição das águas do Rio São Francisco, iniciada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e levada a até 86,4% por ele e Dilma Rousseff, faz parte do planejamento da administração pública desde a época do Brasil Império, de D. Pedro I, no século XIX. Lula, portanto, foi o único Chefe da Nação que tirou essa gigantesca obra do papel.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou carioca, moro no Rio de Janeiro, mas repudio esse decreto.

Essa intervenção é uma violação à Constituição, é um ato de estado de exceção. Esse tipo de medida excepcionalíssima, sob a égide da Constituição de 1988, jamais foi utilizada. Nós não lembramos quando uma intervenção federal no Estado foi utilizada, mesmo antes da Constituição de 1988. Alguns dos meus colegas hoje me informaram que ocorreu em 1966, no Estado de Goiás, em plena ditadura militar.

Mais uma vez, esse tipo de medida vai se abater sobre os mais pobres. Sr. Presidente, nós já estamos vendo na imprensa que vão requerer aqueles nefandos mandados de busca, apreensão e prisão coletivos, não individualizados. Ou seja, mais uma vez haverá chute na porta de barraco, opressão sobre a população pobre, tratamento da população civil como se bandido fosse. Isso é inaceitável!

Esse decreto não aponta um número! Esse decreto não traz um dado de transparência para justificar a sua edição!

Por isso, o Partido dos Trabalhadores vai votar contra esse decreto.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

Logo após, terá a palavra o Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história recente do Brasil e do mundo inteiro — vejam a história da Colômbia e a do México — já demonstrou que as Forças Armadas não estão talhadas para combater o crime organizado. O papel das Forças Armadas é proteger as nossas fronteiras, é evitar que por água, terra e ar entrem drogas e armamentos no País. Esse é o seu papel, exercido juntamente com a Polícia Federal. O policiamento, a repressão e a apuração têm que ser feitos pela Polícia Judiciária e pela Polícia Militar, em operações coordenadas.

Esse decreto do Presidente Michel Temer é uma “operação tabajara”, diversionista, para a qual não foram consultados os comandantes das tropas, que não tem um plano consistente, não aponta recursos. Portanto, é uma aventura. É uma aventura para desviar o foco da conjuntura política, uma aventura para enganar o povo brasileiro!

Sendo assim, nós vamos debater exaustivamente esse decreto e vamos mostrar os seus equívocos.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - A título de esclarecimento, até para que os colegas tenham conhecimento da ordem dos inscritos, vamos chamar, logo após o Deputado Xuxu Dal Molin, os Deputados Glauber Braga, Caio Narcio, Marcelo Squassoni, Severino Ninho, Esperidião Amin e Pedro Paulo. Às 19h30min, passaremos às Breves Comunicações.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN (PSC-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto os Deputados estão discutindo aqui os problemas referentes à segurança e correndo atrás do prejuízo, eu tenho orgulho de dizer que coordeno a implantação da primeira Base Aérea de Combate a Incêndios Florestais da Amazônia Legal e da primeira base de segurança aérea do interior de Mato Grosso. Quarta-feira, às 9 horas, vamos inaugurar, no Município de Sorriso, um sistema integrado de todas as forças policiais.

Tenho vergonha de estar nesta Casa ouvindo este tipo de discussão, como sobre fronteiras que vários governos deixaram abertas, falta de gestão, não apoio à polícia, e agora se vem com demagogia discutir intervenção. Eu a apoiarei, desde que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha tenham condições jurídicas e estrutura de trabalho. A vida do ser humano está acima de disputas políticas.

Quero pedir a todos que discutam o tema da segurança. Por isso, este ano, o interior do Brasil está querendo a mudança total do sistema político de gestão pública. E nós vamos apoiar Jair Messias Bolsonaro para Presidente do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nome dessa história é “doutrina do choque em ação”, é “jogada do vampiro”. O que eles querem é desfocar uma agenda que fazia o Governo estar nas cordas, não só com a Previdência, mas também com o conjunto de privatizações que eles querem continuar a tocar no primeiro semestre de 2018.

Com a ação do Exército na Maré, no Rio de Janeiro, foram gastos aproximadamente 600 milhões de reais; na Rocinha, em 19 dias, foram gastos 7 milhões de reais! Imaginem quanto não custará essa intervenção do Sr. Temer!

O Estado do Rio de Janeiro teve como último programa estrutural de investimento na área de educação os Centros Integrados de Educação Pública — CIEPs, na época de Brizola e Darcy Ribeiro. Imaginem se todos esses recursos fossem investidos em programas estruturais! Até ontem, o Estado do Rio de Janeiro não tinha dinheiro para pagar os professores, os profissionais de educação e os demais servidores. De uma hora para outra surgem esses recursos para essa ação.

Eu não posso deixar de dizer que se está usando o povo do Rio de Janeiro para promover uma ação demagógica, que não resolverá os graves problemas de segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Glauber Braga.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a situação do Rio de Janeiro é degradante. Pode haver argumentos de que o Governo tenta imprimir uma agenda de reforma na estrutura estatal, que hoje está exacerbada e que leva não só à corrupção, mas a uma situação complexa que envolve uma reforma fiscal. Porém, chamar a ação do Governo de oportunista é fechar os olhos para algo que é impossível desconsiderar.

É importante dizer que todos nós, independentemente de ideologia política, sabemos que há um problema que deve ser resolvido e tratado com urgência. E essa é a agenda principal do Brasil. É claro que essa ação do Governo não vai resolver os problemas do Rio da noite para o dia, mas um grande problema precisa ser tratado de acordo com a enormidade dos fatos.

Por isso, essa ação enérgica, de intervenção federal — e o Governo pode até estar errando em outras áreas —, é correta e está sendo tomada em um momento em que a população pede socorro. Se esta Casa simplesmente virar as costas para o que está acontecendo ou partidarizar essa discussão, vai colocar em jogo a vida das pessoas, dos inocentes, daqueles que estão ao léu, jogados em um Estado que perdeu a esperança, a segurança. Essas pessoas esperam que nós façamos a nossa parte e ajudemos, com essa intervenção, pelo menos a dar-lhes um pouco mais de fôlego diante desse problema que já tomou conta do Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Convido o Deputado Marcelo Squassoni para fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO SQUASSONI (PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis à intervenção federal no Rio de Janeiro, somos solidários ao povo carioca, mas temos uma grande preocupação com o Estado de São Paulo, com o litoral paulista. Nós sabemos que, num primeiro momento, todo o crime organizado do Rio de Janeiro vai fugir para algum lugar que se assemelhe àquele Estado, e o litoral paulista tem muitas semelhanças territoriais.

Por isso, faço aqui um apelo à Polícia Federal e ao Governador do Estado de São Paulo para que façam, imediatamente, ações no intuito de proteger a população do litoral do Estado de São Paulo. Eu já discuti essa questão com alguns Prefeitos de Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, e todos estão preocupadíssimos. Nós vamos solicitar ao Governador de São Paulo e à Polícia Federal que lá seja feito um cordão de isolamento para evitar que o crime organizado se sirva da nossa região para se abrigar num momento de fuga, que pode ser uma fuga em massa.

Ressalto que nós vamos votar aqui hoje algo importante para o Brasil, mas não podemos nos esquecer dos Estados que podem sofrer com essa intervenção, principalmente o litoral do Estado de São Paulo.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que nós vamos nos ocupar hoje com a Mensagem nº 80, e eu estou inscrito para falar sobre o assunto. Mas não posso deixar de frisar, no início da sessão, que é no mínimo bizarro que todas as capas das principais revistas de circulação nacional desta semana tenham como sobrecapa uma conclamação para votarmos a reforma da Previdência.

Eu não sei quanto é que custou essa medida. Todas as revistas de circulação nacional, repito, estão com essa sobrecapa. Na minha cidade, Florianópolis, isso provocou uma greve geral, interrompendo o trânsito em praticamente toda a região. Quanto custou isso aos brasileiros?

Deputado Ivan Valente, V.Exa. certamente não teve tempo para fazer essa leitura. Agora, isso aqui é legitimamente *“fake news”* com o nosso dinheiro, porque já na semana passada o Governo tinha decidido não votar a reforma da Previdência. E provocou greve em Florianópolis, acho que em São Paulo também.

Mas quanto custou essa sobrecapa? No momento, faço a pergunta ao microfone, mas vou convidar os Srs. Deputados a assinarem comigo um pedido de informação, para saber quando é que foi dada a ordem, se não era possível dar a contraordem, e quanto custou essa *“fake news”*, essa falsidade de conclamação. Isso porque o Governo, repito, já na semana passada, tinha feito a reforma da Previdência, como se diz na gíria, subir ao telhado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Esperidião Amin.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Convido o Deputado Severino Ninho a fazer uso da palavra.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, pelo carnaval que tivemos no Estado — mais de 1,7 milhão de turistas, do Brasil e de vários países da Europa e da América do Sul; hotéis com 96% de ocupação; segurança. Realmente, este ano foi bem melhor, muito tranquilo, um carnaval de alegria, de paz. Também quero cumprimentar o Prefeito do Recife, Geraldo Júlio, pelo carnaval que ocorreu na Capital.

Pernambuco fez um grande carnaval, e os turistas que ali foram saíram satisfeitos com o que viram. Nossa festa é multicultural, alegre, de vários ritmos.

De modo, Sr. Presidente, que eu reitero aqui os aplausos ao Governador, à equipe da Secretaria de Turismo e aos órgãos de segurança, por terem planejado e realizado um carnaval à altura das tradições e da história do povo pernambucano.

Sr. Presidente, peço a divulgação de meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Informo a V.Exas. que hoje, excepcionalmente, o sistema que faz o registro eletrônico e que auxilia a Secretaria-Geral da Mesa não está funcionando. Há sobre a mesa uma lista para as Breves Comunicações. Por isso, os Srs. Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra nesse período devem vir até à mesa e dar o nome, porque vamos seguir a ordem de inscrição da lista.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há Parlamentar nesta Casa ou pessoa neste País que acreditasse que a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro seria uma medida a ser tomada — ninguém acreditava! Há aqueles que a defendiam já há algum tempo. Mas, naquele momento, sou capaz de dizer, ninguém arriscaria dizer que a intervenção aconteceria, mas ela veio. E ela responde aos pressupostos constitucionais, não há dúvida disso.

O que nós temos que fazer agora é trabalhá-la, na medida em que ela veio sem planejamento, sem estratégia, pegando a todos de surpresa. Essa foi a primeira intervenção feita no período democrático, pós-Constituição de 1988. Que as instituições, então, funcionem, fiscalizem e acompanhem esse processo tão importante para o Rio de Janeiro.

Quero dizer que acabei de dar entrada a requerimento de criação de Comissão Temporária Externa — e já havia oficiado ao Presidente —, para que nós possamos acompanhar essa intervenção, de modo que ela não se perca. Medidas imediatas que produzam alívio, como colocar tanque na rua, colocar o Exército na rua, reduzem a criminalidade, não há dúvida nisso, mas nós corremos o risco, primeiro, de a intervenção acabar e os problemas continuarem; segundo, os abusos que podem ser cometidos nas comunidades carentes, onde estão as pessoas que mais precisam do apoio da polícia, e são as pessoas que sofrem com a presença das Forças de segurança pública.



Por isso, todas as instituições têm que acompanhar, no período democrático, essa intervenção: a Câmara dos Deputados, o Senado, a OAB, a imprensa e os fóruns que tiverem de ser criados.

Dessa forma, provoco aqui os meus colegas Parlamentares a aprovarem a criação dessa Comissão Externa. Assim, todos poderão acompanhar esse processo.

Espero que o Rio de Janeiro ganhe com esse momento de sofrimento que está vivendo e que ele possa ser um ponto de virada na história do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Antes de passar a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, quero informar a V.Exas., a título de esclarecimento, que os colegas que desejam vir até o plenário marcar presença podem fazê-lo. O painel está funcionando normalmente. O sistema está fora do ar apenas para as inscrições.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, que estava inscrito nas Breves Comunicações, por questão de justiça, por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Eu agradeço, Presidente, porque sou o terceiro inscrito da lista.

O meu pronunciamento trata exatamente do mesmo assunto que abordou o Deputado Severino Ninho: o carnaval em Pernambuco.

O carnaval em Pernambuco foi maravilhoso. Eu brinquei em mais de dez cidades. Depois, voltei a Brasília para brincar no Pacotão, onde saio há mais de 30 anos.

Peço a V.Exa. que dê divulgação deste pronunciamento, no qual não falo apenas do carnaval, mas de turista, de segurança. O Governador Paulo Câmara conseguiu, com as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, em parceria com a sociedade, fazer um grande carnaval, sem violência, no Estado de Pernambuco. Começamos em Petrolina, Salgueiro, Serra, Triunfo, passamos em Afogados, Sertânia, a minha cidade, Arco Verde, Bezerros, Recife, Olinda e pelo Pacotão aqui em Brasília.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com mais de 1,6 milhão de visitantes, o carnaval do Recife em 2018 se destacou como o maior da história da Capital pernambucana. Uma verdadeira multidão colorida de foliões passou pelos 44 polos



de folia, se divertiram e sentiram de perto a essência da cultura popular pernambucana. Hoje, o Prefeito Geraldo Júlio apresentou em coletiva de imprensa, no Paço do Frevo, o balanço do verdadeiro carnaval de rua do Brasil. Ele aproveitou o momento para agradecer ao folião, maior protagonista do festejo de Momo. *“Fica um sentimento de muita alegria. A gente teve o maior público do nosso Carnaval, com mais de 800 blocos e 2.700 apresentações nos polos oficiais. Fizemos neste ano o maior Carnaval da nossa história, com 1,6 milhão pessoas que foram brincar nas ruas da cidade. Então, fica o nosso agradecimento aos artistas, à imprensa, aos patrocinadores, aos parceiros e, sobretudo, ao folião, que mais uma vez fez um belíssimo Carnaval no Recife”*, afirmou o Prefeito.

Neste Carnaval, foram registradas 300 mil pessoas a mais do que o ano passado, totalizando 1,6 milhão de foliões em todos os polos da cidade. Destaque para a segunda-feira, quando mais de 300 mil pessoas foram ao Marco Zero, que teve na sua programação Devotos, Natiruts, Skank e Nando Reis. Nos polos de bairro, a Várzea registrou mais de 120 mil pessoas, também na segunda de carnaval, com Nação Zumbi, Eddie e Academia da Berlinda. No dia anterior, no mesmo polo, 15 mil pessoas se reuniram para apresentações como Lenine, Ave Sangria, Geraldo Azevedo e muito mais. Na Lagoa de Araçá, outro recorde de público, com 10 mil na programação encabeçada por Nando Reis.

A movimentação turística também trouxe números expressivos. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco, registrou-se no período 97% de ocupação na rede hoteleira do Estado. A Secretária de Turismo do Recife, Ana Paula Vilaça, detalhou os resultados durante a coletiva. De acordo com a titular da Pasta, o Aeroporto Internacional dos Guararapes recebeu 126 voos



extras, um crescimento 24,4% em relação ao ano passado, chegando a 300 mil passageiros. O Terminal Integrado de Passageiros — TIP também registrou um aumento de 10% em relação ao carnaval do ano passado, chegando a 200 viagens extras. *“É motivo de orgulho os números relacionados ao turismo. A ocupação hoteleira neste período impacta diretamente na cadeia produtiva do setor, nos hotéis, nos bares e restaurantes, nos taxistas. A gente fez uma série de ações para receber bem esse turista e para ele ter contato com o nosso carnaval e nossa tradição desde a chegada à cidade”,* contou Ana Paula.

Para verificar o sentimento do turista com o carnaval do Recife, a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do Recife encomendou uma pesquisa ao Centro Integrado de Pesquisas e Comunicação — CIPEC. Os dados apontam que 94,7% dos entrevistados consideraram a festa ótima e boa. Outros 97,5% responderam que pretendem voltar para brincar o carnaval na cidade. O resultado da pesquisa reforça o sucesso do carnaval em suas principais características de festa popular, de rua e democrática.

O Presidente da Fundação de Cultura Cidade do Recife, Diego Rocha, observou que 99% das atrações que se apresentaram na cidade são de origem local, o que reforça a cultura da cidade. *“Nosso Carnaval tem essa mesclagem de artistas, a gente mais de 99% de artistas da terra. A nossa cultura é muito rica e a gente consegue com eles fazer um grande Carnaval. Essa mistura com apresentações de artistas de fora também é importante para que eles levem a nossa cultura para lá e a gente quer um Marco Zero equilibrado, temos a noite do Samba, do Pop-Rock, do Frevo”,* explicou Rocha.



Em todo o carnaval, foram 761 apresentações de agremiações. Nos polos montados na Praça do Arsenal, Rua da Moeda e Marco Zero, foram mais de 128 *shows*. Na área de mobilidade, também houve incremento nos números na comparação com 2017. O Expresso da Folia transportou este ano 47,6 mil passageiros, um aumento de 62,4% em relação ao ano passado, quando 29,3 mil pessoas usaram o serviço. A Central do Carnaval recebeu 440 mil visitas, cerca de 20% a mais do que em 2017 e os estacionamentos gratuitos disponibilizados na Prefeitura do Recife e no Tribunal Regional do Trabalho —TRT e no Tribunal Regional Federal — TRF tiveram a maior procura desde que o serviço começou a ser disponibilizado com 18.612 veículos atendidos.

A história do carnaval no mundo.

Em agradecimento aos deuses pelas chuvas e fertilidade do solo que lhes davam os produtos alimentícios oriundos da terra, os gregos realizavam seus cultos que originaram o carnaval, 600 anos a.C. Essa comemoração somente passou a ser adotada pela Igreja Católica em 590 depois de Cristo. Durante o período do carnaval havia uma grande concentração de festejos populares. Cada cidade brincava a seu modo, de acordo com seus costumes. Essa festa carnavalesca a partir da implantação, no século XI, da Semana Santa pela Igreja Católica, antecedida por quarenta dias de jejum, a Quaresma. Esse longo período de privações acabaria por incentivar a reunião de diversas festividades nos dias que antecederiam a Quarta-feira de Cinzas, o primeiro dia da Quaresma. A palavra “carnaval” está, desse modo, relacionada com a ideia de deleite dos prazeres da carne, marcado pela expressão “*carnis valles*”, que, acabou por formar a palavra “carnaval”, sendo que *carnis* em latim significa carne e *valles* significa prazeres.



O carnaval moderno, feito de desfiles e fantasias, é produto da sociedade vitoriana do século XIX. A cidade de Paris foi o principal modelo exportador da festa carnavalesca para o mundo, inspirando essa cultura para cidades como Nice, Nova Orleans, Toronto e a nossa capital do samba, o Rio de Janeiro, que criou e exportou o estilo de fazer carnaval com desfiles de escolas de samba para outras importantes cidades do mundo, como Tóquio e Helsinque, capital da Finlândia, além da nossa São Paulo, hoje sua concorrente nos grandes desfiles. Em geral, o carnaval tem a duração de três dias, os dias que antecedem a Quarta-feira de Cinzas. Em contraste com a Quaresma, tempo de penitência e privação. Estes dias são chamados “gordos”, em especial a terça-feira (terça-feira gorda). O carnaval da Antiguidade era marcado por grandes festas, onde se comia, bebia e participava de alegres celebrações e busca incessante dos prazeres. O Carnaval prolongava-se por sete dias, de 17 a 23 de dezembro, nas ruas, praças e casas da Antiga Roma.

O entrudo está na origem do português, onde, no passado, as pessoas jogavam umas nas outras, água, ovos e farinha. O entrudo acontecia num período anterior à quaresma e, portanto, tinha um significado ligado à liberdade. Este sentido permanece até os dias de hoje no Carnaval. O entrudo chegou ao Brasil por volta do século XVII e foi influenciado pelas festas carnavalescas que aconteciam na Europa. Em países como Itália e França, o carnaval ocorria em formas de desfiles urbanos, onde os carnavalescos usavam máscaras e fantasias. Personagens como a colombina, o pierrô e o Rei Momo também foram incorporados ao carnaval brasileiro, embora sejam de origem europeia.

No Brasil, o primeiro carnaval surgiu em 1641, promovido pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides, em homenagem ao rei Dom João IV,



restaurador do trono de Portugal, mas, somente no final do século XIX é que começam a aparecer os primeiros blocos carnavalescos, cordões e os famosos “corsos”. Estes últimos tornaram-se mais populares no começo do século XX. As pessoas se fantasiavam, decoravam seus carros e, em grupos, desfilavam pelas ruas das cidades. Está aí a origem dos carros alegóricos, típicos das escolas de samba atuais. No século XX, o carnaval foi crescendo e tornando-se cada vez mais uma festa popular. Esse crescimento ocorreu com a ajuda das marchinhas carnavalescas. As músicas deixavam o carnaval cada vez mais animado.

A primeira escola de samba surgiu no Rio de Janeiro e chamava-se Deixa Falar, criada pelo sambista carioca Ismael Silva. Deixa Falar transformou-se depois na escola de samba Estácio de Sá. A partir daí, o carnaval de rua começa a ganhar um novo formato, com o surgimento de novas escolas de samba no Rio de Janeiro e em São Paulo. Organizadas em Ligas de Escolas de Samba, começam os primeiros campeonatos para verificar qual escola de samba era mais bonita e animada. O carnaval do Rio de Janeiro está no Guinness Book como o melhor carnaval do mundo e Galo da Madrugada, do Recife, o maior bloco de carnaval do mundo, também no Guinness.

O carnaval de rua manteve suas tradições originais na região Nordeste do Brasil. Em cidades como Recife e Olinda, as pessoas saem às ruas durante o carnaval no ritmo do frevo e do maracatu. Os desfiles de bonecos gigantes, em Olinda e Recife, são uma das principais atrações dessas cidades durante o carnaval. Já em Salvador, também no Nordeste, existem os trios elétricos, embalados por músicas dançantes de cantores e grupos típicos da região. Na cidade destacam-se também os blocos negros como o Olodum e o Ilê Aiyê, além dos blocos de rua e do



Afoxé Filhos de Gandhi. Em que pese não ser mais uma festa popular como era no século XIX, que envolvia mais da metade da população do país na folia, hoje envolvendo menos de 10% dos brasileiros, o carnaval no Brasil ainda é considerado um dos melhores do mundo, seja pelos turistas estrangeiros, como por boa parte dos brasileiros, principalmente o público jovem que não alcançou a glória do carnaval verdadeiramente popular.

O carnaval de hoje é de desfile, carnaval assistido, paga-se para ver. O carnaval, digamos, do início do século XX era compartilhado, dançado, pulado, gritado, catucado, quando se usava fantasias e máscaras, em todo o Brasil, isso ficou nos anos 70. Agora não tem mais nada disso. O confete e a serpentina jogados pelos ocupantes dos carros alegóricos. O lança-perfume também era usado em profusão, enquanto a confraternização com os pedestres se ampliava não só através dos jatos de lança-perfume — o que abria caminho para conhecimentos mais íntimos, beijocas, namoricos e mais coisas, etc.

Com a oficialização dos desfiles carnavalescos, a partir de 1935, as escolas de samba do Rio de Janeiro passam a receber subsídios da prefeitura da capital carioca, transformando-se, a partir de 1952, em sociedades civis, com regulamento e diretoria. Até 1935, quando foi organizado o primeiro desfile, as escolas de samba do Rio de Janeiro se limitavam a percorrer livremente as ruas da capital. Esse modelo se estendeu a quase todas as capitais brasileiras, excetuando-se duas: Salvador na Bahia, que contagia outros estados e cidades, com seus belíssimos trios elétricos equipados com poderosos alto-falantes que reproduzem continuamente as composições carnavalescas gravadas e o conjunto Recife/Olinda, em Pernambuco. O carnaval nessas duas cidades pernambucanas é um dos mais



animados do país, e essa característica cresceu paralelamente à extinção do carnaval de rua na maior parte das cidades brasileiras, por causa dos desfiles das escolas de samba. As principais atrações do carnaval pernambucano — cujos bailes também são os mais animados — são, na rua, o frevo, agora patrimônio da humanidade, o maracatu, as agremiações de caboclinhos, a imensa participação popular nos blocos (reminiscências modernizadas dos antigos “cordões”) e os clubes de frevo. Em Recife e Olinda os foliões cantam e dançam, às vezes mesmo sem uniformes ou fantasias, só ao som das orquestras e bandas que fazem a festa. Os conjuntos de frevo mais animados são: Vassourinhas, Toureiros, Lenhadores dentre outros, sem contar com o Galo da Madrugada, o maior bloco carnavalesco do mundo.

Muitas outras cidades pernambucanas promovem seus carnavais à sua moda. Bezerros, com os tradicionais papangus. Arcoverde com o seu carnaval moderno, organizado e à moda carioca. Sertânia e Afogados da Ingazeira, com as virgens e blocos de ruas à moda antiga. Triunfo com os caretas. Salgueiro, o melhor carnaval do sertão, também à moda antiga, com carros alegóricos, blocos fantasiados e a bicharada do Mestre Jaime, com seus quase 100 anos de idade, ainda desfilando pelas principais ruas da Encruzilhada do Progresso. Belém do São Francisco, cidade que inventou os bonecos gigantes, adotados depois por Olinda e Recife, dentre muitas outras.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passamos aos oradores das Breves Comunicações.

Seguindo a ordem de inscrição, convido o Deputado Edio Lopes para fazer uso da palavra. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. EDIO LOPES (PR-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós ocupamos a tribuna neste entardecer para chamar a atenção do Governo Federal e, por que não, também desta Casa.

O Governo decidiu, a toque de caixa, fazer a privatização da ELETROBRAS. E nós, lá em Roraima, o único Estado não interligado ao Sistema Nacional, sentimos os ares de uma tragédia se essa privatização vier a ocorrer, porque dentro da Amazônia — e o meu Estado é exemplo disso — nós precisamos de investimentos que a iniciativa privada jamais efetuará. Fazer uma rede elétrica com 20, 30, 50 quilômetros de distância para levar energia a uma pequena agrovila, a uma comunidade indígena ou a uma comunidade ribeirinha é ação de Governo, é ação de Estado, porque o investimento é alto e o retorno é muito lento e pequeno.

Se o Governo Federal insistir na privatização da ELETROBRAS, nós da Amazônia teremos um duro retrocesso na nossa já tão precária política de desenvolvimento. Não adianta falar que as companhias de energia elétrica da Amazônia dão prejuízo. Elas têm que dar mesmo, porque os investimentos são altos. Nós não temos parques industriais de porte para dar um retorno mais rápido e mais seguro.

Mas a Constituição, Sr. Presidente, já determina que o Estado brasileiro tem que fazer investimentos subsidiados para financiar as regiões em desenvolvimento. Eu vejo aqui o Governo gastando bilhões e bilhões de reais para financiar o déficit



do Estado do Rio de Janeiro e outros Estados. E por que não continuar investindo no desenvolvimento da Amazônia, especialmente no do Estado de Roraima?

Se essa privatização for levada a toque de caixa, como o Governo Federal quer, nós teremos uma tragédia dentro da Amazônia, será um golpe de morte em qualquer perspectiva de desenvolvimento da nossa região. Queremos que o Governo nos ouça.

Sr. Presidente, para V.Exa. ter ideia, a ELETROBRAS marcou uma audiência pública na surdina, por meio de uma publicação em um canto de jornal, e foi para lá na sexta-feira da semana de carnaval. Marcou-se a audiência para dentro do quartel do Corpo de Bombeiros e havia na porta um aparato militar jamais visto na Capital, Boa Vista. Foram dados a nós Deputados Federais apenas 3 minutos para que pudéssemos questionar o ato e pedir informações.

Portanto, Sr. Presidente, essa privatização feita a toque de caixa, na calada da noite, na surdina, não poderá continuar! E nós vamos pedir ao Governo para cessá-la e nos ouvir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Convido o Deputado Cabo Sabino para fazer uso da palavra.

O SR. CABO SABINO (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro da Justiça fez hoje a declaração de que a facção criminosa que ganhar a guerra no Ceará conseguirá também dominar o Nordeste. É incrível como o Ministro da Justiça consegue se sobressair muito mais pelas suas declarações desastrosas do que pelas suas ações resolutivas!

O Governo do Estado do Ceará alega que, em 3 anos, não recebeu 1 centavo de ajuda do Governo Federal para a segurança pública. Se o Ministro da Justiça reconhece que as facções criminosas estão hoje no Estado e fazem do Ceará um polo importante para a sua expansão no Nordeste, cadê a ajuda do Governo Federal ao Ceará?

Agora foram enviados 36 homens de uma força-tarefa para fazer a parte da investigação. Essa é a contribuição que o Ministério da Justiça tem para dar ao Ceará, quando o próprio Ministro alega que a segurança pública no Estado é fundamental para que o crime organizado não se expanda no Nordeste brasileiro?

Ficam as nossas perguntas: é isso o que esse Ministro realmente pensa? É isso o que ele quer? Qual é a ação resolutiva que vai ser levada ao Estado do Ceará? Será a intervenção federal, como a que está sendo feita no Rio de Janeiro?

Depois de nunca ter dado 1 centavo para contribuir para a segurança pública do Estado do Ceará, o Governo vai querer chegar dando as cartas, dizendo que o Governador não sabe comandar as forças policiais, como está fazendo no Rio de Janeiro? Fazer essa intervenção federal é a mesma coisa de dizer que o



Governador do Rio de Janeiro é incapaz de comandar a segurança pública daquele Estado.

Demais Deputados e Deputadas do Nordeste, não se iludam! O meu Estado, lamentavelmente, tem o segundo maior número de filiados ao PCC do País. Com a intervenção no Rio, os bandidos vão migrar, sim, e as cidades que eles mais irão buscar para exercer as suas atividades criminosas serão as do Nordeste. Não é à toa que, das dez capitais mais violentas do País, sete estão no Nordeste brasileiro.

Nós não podemos ficar calados, principalmente nesta Casa. Temos que cobrar do Governo Federal a ajuda aos Estados do Nordeste para combater o crime organizado. Temos que cobrar do Judiciário agilidade no julgamento dessas facções. Precisamos votar um projeto que enquadre quem participa de facção criminosa na Lei Antiterrorismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Cabo Sabino.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Convido o Deputado Lucio Mosquini para fazer uso da palavra, por 3 minutos, no período das Breves Comunicações.

Logo após, terão a palavra o Deputado Julio Lopes, o Deputado Delegado Edson Moreira e o Deputado Fábio Trad.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar aqui hoje um decreto do Presidente da República que permite ou não a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Nós vamos ter uma batalha, em que alguns concordam e outros discordam.

Eu já quero me antecipar e dizer que sou favorável a essa ação do Governo Federal. Por quê? O Exército tem o aparato necessário para dar um reforço na segurança do Rio de Janeiro. As Forças Armadas como um todo têm as condições e a estrutura necessária para fazer isso, e vão lá para ajudar. Elas vão comandar? Vão, sim, comandar, e isso é importante. Alguém pode dizer: *“Mas não há planejamento...”* Há grandes especialistas no Exército, na Polícia Civil e na Polícia Militar. Eles naturalmente vão se entender. Mas todas essas ações serão tomadas a fim de evitar a violência naquele Estado.

Entretanto, Sr. Presidente, quero fazer uma ressalva aqui. Se nós não cuidarmos das fronteiras do Brasil com os países vizinhos, de nada vai adiantar essa ação federal no Rio de Janeiro. No Estado de Rondônia, por exemplo, nós temos 1.342 quilômetros de fronteira com a Bolívia. Essa fronteira é totalmente desguarnecida. Como é que se cuida de 1.342 quilômetros de fronteira? Nós precisamos da presença mais intensa das Forças Armadas ali, até mesmo para diminuir os índices de violência. Todo o cenário que nós estamos vendo no Rio de Janeiro precisa ser estendido também para as nossas fronteiras.



Em Rondônia, se o Governo Federal não fizer essa atuação, o Governo Estadual também não tem condição. Agora nós vamos mandar todo esse reforço para o Rio de Janeiro. Quero deixar destacado que essa ação tem o meu apoio, mas o Governo Federal precisa olhar também para os Estados que fazem fronteira com os países vizinhos, principalmente o Estado de Rondônia. Não se consegue vigiar 1.342 quilômetros de fronteira. Nós temos a divisão dessa fronteira no Rio Guaporé e no Rio Mamoré.

Portanto, nós precisamos de toda a estrutura do Governo Federal tanto para fazer a vigilância da fronteira em Rondônia quanto para ajudar o Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Lucio Mosquini.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Convido o Deputado Julio Lopes para fazer uso da palavra, por 3 minutos, nas Breves Comunicações.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos hoje votar matéria muito importante, Deputado Glauber Braga, que diz respeito ao controle territorial pela máfia dos milicianos e pela máfia dos traficantes de droga. Nenhum Estado da Federação enfrenta o problema do Rio de Janeiro de ter a sua geografia tomada por áreas de exclusão.

Quero aqui dizer que não há um exemplo no Brasil de áreas que estejam fora do controle do Estado, como nós temos no Rio de Janeiro. Por essa razão o Presidente da República toma a corajosa decisão de intervir no sentido de abrir essas áreas para a entrada do Estado.

O Estado está alijado de centenas de quilômetros do nosso território, em áreas de exclusão, o que é feito à luz do dia. E para dar um exemplo aos cidadãos que nos assistem, às Sras. e aos Srs. Deputados que vão aqui hoje votar esta medida, eu quero lembrar, não sei se sabem, que no Rio de Janeiro nós temos mais de 1 milhão de medidores elétricos — vou repetir, 1 milhão de medidores elétricos, Deputado Ezequiel — que não são acessados pelas companhias que os instalaram.

A Ampla, na reta de São Gonçalo, à beira de uma rodovia federal, não pode cobrar pela luz que ela gera, provê e distribui, Deputado Glauber, sabe por quê? Porque quem cobra pela luz naquela área é a milícia; é a milícia que acessa os medidores e coloca no bolso dos contraventores o dinheiro da energia, que é gerada por uma empresa privada; 42% da energia domiciliar gerada, Deputado Herculano, no Rio de Janeiro, é furtada.



Não existe, Deputado Hildo, em nenhum lugar do mundo, uma perda elétrica dessas proporções. E essa perda, Deputado Glauber, se dá na mesma proporção em relação à água, que também é cobrada pelas milícias, pelos que traficam, porque esse é o verdadeiro ganho.

Eles hoje controlam a energia elétrica, eles hoje controlam o gás de cozinha em todas essas regiões. O gás de cozinha é comercializado sob licença do tráfico. Não é possível que Deputados do Rio de Janeiro não saibam disso.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Conclua, Deputado Julio Lopes.

O SR. JULIO LOPES - Não é preciso ir longe. Eu sou um dos Deputados mais votados da Rocinha e do Vidigal, e hoje não posso acessar o escritório que tenho dentro daquela comunidade sem pedir licença. Hoje eles comercializam todo o gás, a energia elétrica e a água, e é sobre isso que os senhores estão se insurgindo.

Nós temos a responsabilidade de intervir, temos a responsabilidade de atuar, para dominarmos e retomarmos o Estado, que está alijado das forças federais, das forças das polícias estaduais.

Sras. e Srs. Deputados, a situação do Rio não é uma questão de índice de homicídio ou de assalto; é uma questão de domínio territorial e geográfico; transcende muito a questão da segurança pública, para uma verdadeira questão de Estado, em que a soberania do cidadão está ameaçada e alijada da sua condição de ir e vir.

Era este o meu depoimento totalmente a favor dessa intervenção.



O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem, com base no art. 95 do nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fizemos uma emenda ao projeto de decreto legislativo com base no decreto do Presidente da República de intervenção no Rio de Janeiro. Ocorre que a Mesa Diretora da Câmara não está recebendo nenhuma emenda. Eu quero saber com base em quê? Baseado em qual artigo do Regimento Interno ou da própria Constituição Federal o Deputado Federal não pode emendar uma proposta do Executivo? Porque não o encontrei na Constituição Federal, tampouco no Regimento desta Câmara.

Eu quero que V.Exa. receba esta questão de ordem. Eu estou com a minha emenda pronta. A minha emenda diz que o Governo do Rio de Janeiro irá arcar com as despesas que ocorrerão com a intervenção. Caso o Governo do Rio de Janeiro não tenha condições financeiras de arcá-la, irá contrair uma dívida com a União. Não podem as outras 26 Unidades da Federação do nosso País bancar mais uma dificuldade que foi criada pelos Governos do Rio de Janeiro. Não foi apenas este, mas pelo menos cinco Governos anteriores do Rio de Janeiro contribuíram com a crise em que se encontra hoje a segurança pública daquele Estado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu e vários Parlamentares que nos encontramos aqui somos



constituintes. Naquela época, ficou claro que esse tipo de decreto de intervenção seria aceito ou rejeitado. Ele não pode ser emendado; ele pode ser admitido ou inadmitido.

O SR. HILDO ROCHA - Questão de ordem não tem contradita.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem, sim, Deputado. Eu gostaria de pedir a V.Exa., Deputado Hildo Rocha, compreensão. V.Exa. teve direito à palavra. Esta Presidência a concede agora ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, com muita elegância, está contribuindo para o debate.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Nobre Deputado, eu posso contraditar, sim, desculpe-me V.Exa.

Na verdade, o que eu quero dizer é que eu participei dessas discussões, e, certamente, lamento que o próprio Presidente da República, que também foi Constituinte em 1988, fale uma bobagem abissal, diga que pode suspender o decreto para votar uma PEC e depois retomar o decreto. O que é isso, Presidente? É algo inadmissível, impossível de acontecer.

Também não posso admitir que o Presidente desta Casa alegue que deixará correr a tramitação e, no momento em que a matéria estiver pronta para a votação, pedirá a suspensão do decreto. Quem determina o mais impõe o menos. Se não pode ser promulgada, que é o mais, o menos, que é a tramitação, também não pode ocorrer.

É lamentável que pessoas que têm que dar o exemplo para toda a sociedade brasileira venham falar — desculpem-me a expressão — bobagens, como o Presidente Michel Temer e como o Presidente Rodrigo Maia.



Aliás, Rodrigo Maia ainda cometeu outra heresia. No dia da assinatura do decreto, o Presidente Michel Temer assina o decreto, o Governador Pezão assina o decreto e Rodrigo Maia o assina. Ele não poderia assiná-lo, ele é Presidente da Câmara. Ele está legalmente impedido de assiná-lo. Devem ter percebido o equívoco, porque, na publicação, sumiram com o autógrafo do Deputado Rodrigo Maia. Mas a imagem é clara: assina Michel Temer, assina Pezão, que virou “Pezinho”, e assina também Rodrigo Maia. Isso não pode acontecer.

Sr. Presidente, nós só podemos tomar uma única providência: votar aprovando ou votar rejeitando. Não há alternativa.

Eu vou colaborar com o quórum, vou me abster de votar. Mas eu acho que não há outra saída para o Rio de Janeiro, a não ser a publicação, a efetivação e a determinação desse decreto. O Rio de Janeiro está perdido.

Quero cumprimentar as Escolas de Samba do Rio de Janeiro, a Paraíso do Tuiuti, do vampiro, e a Beija-Flor, dos guardanapos, com aquelas ações que representaram a corrupção, que sintetizaram o sentimento do povo brasileiro, através da decisão dos carnavalescos de mostrar que, realmente, o Rio é uma terra sem dono, é uma terra perdida, lamentavelmente.

O exemplo maior vem do próprio ex-Governador Sérgio Cabral e sua quadrilha, que estiveram envolvidos em todos esses quesitos.

Sr. Presidente, na verdade, eu só queria dizer que, regimentalmente, a nós cabe uma única condição: aprovar ou rejeitar a matéria. Nós não podemos emendar decreto, não podemos alterá-lo.



Sr. Presidente da República e Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, abstenham-se de falar essa heresia de que podem suspender o decreto para votar a reforma da Previdência, até porque a Previdência já teve uma pá de cal.

Lembro-me de um detalhe: praga de aposentado pega! Praga para eles!

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, repito que isso não consta da Constituição Federal. Se os constituintes tiveram essa intenção, ficaram só no pensamento e nas ideias, não colocaram nada no papel. O que vale é o que está no papel, e a Constituição não diz nada sobre isso. O nosso Regimento Interno também não trata do assunto.

Espero que V.Exa. acolha a nossa questão de ordem. Nós somos solidários; o Maranhão é solidário ao Rio de Janeiro, mas não pode o Estado do Maranhão pagar pela segurança do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Comunico a V.Exa., Deputado Hildo Rocha, que nós vamos recolher a questão de ordem.

Agradeço-lhe a contribuição.

O SR. HILDO ROCHA - Espero que receba também a emenda que vou entregar a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Convido o Deputado Delegado Edson Moreira para fazer uso da palavra. Logo após, falarão o Deputado Fábio Trad e o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

O SR. VITOR VALIM - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Delegado Edson Moreira se dirige à tribuna, quero falar que sou solidário com a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Deputado Vitor Valim, eu estou seguindo a ordem de inscritos nas Breves Comunicações. Comprometo-me com V.Exa. a lhe retornar a palavra em outra oportunidade.

O SR. VITOR VALIM - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro foi o Estado que, nos últimos 16 anos, mais recebeu investimentos da União: Jogos Pan-Americanos, construção de estádio para a Copa do Mundo, Olimpíadas. O Rio de Janeiro sempre teve investimento da União em detrimento de outros Estados.

Eu entendo — até acho justo — que haja intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, mas a roubalheira que houve naquele Estado de 2006 a 2015 é incomensurável. Não há como medir o tanto que roubaram no Rio de Janeiro!

Deixaram as milícias se fortalecerem, deixaram o tráfico se fortalecer e incentivaram a entrada de armas de guerra, como fuzil .50, bazuca e granada. As Forças Armadas, que estão no Rio de Janeiro desde agosto do ano passado, estão desmoralizadas. Ladrões roubam cargas, e o roubo é transmitido ao vivo pela televisão. Há assassinatos! Há tiros traçantes de fuzil 762 durante a noite!

A intervenção é justa, porém mais dinheiro vai sair da segurança pública de outros Estados para o Rio de Janeiro. Como vão fazer com a segurança pública dos outros Estados? Quando apertar o cerco no Rio de Janeiro, os criminosos vão correr para São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo. Temos que investir dinheiro também para impedir que isso ocorra.

Com medidas de inteligência, devem ser detectadas as quadrilhas e as milícias, e seus membros devem ser colocados nas devidas penitenciárias de segurança máxima, que devem ser as federais. Tudo isso compromete recursos que deveriam ser investidos também na segurança de outros Estados. O Rio de



Janeiro é um buraco onde se joga dinheiro pelo ralo a todo momento. Então, Sr. Presidente, o gasto que o Brasil está tendo com o Rio de Janeiro — deveria estar fazendo isso também em prol de outros Estados — é um desperdício a todo momento.

Espero que essa intervenção venha a dar certo. Vamos votar favoravelmente ao decreto, porque não há outro caminho a não ser a repressão em massa contra a criminalidade, repressão que deve ser feita com inteligência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, por 1 minuto.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para esclarecer aquela pequena confusão de ainda há pouco sobre uma questão de ordem, quero dizer que essa matéria, segundo o art. 34 da Constituição, é de competência privativa do Presidente da República. Portanto, não cabe à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal fazer qualquer tipo de alteração nesse decreto, por ser matéria de competência privativa do Presidente da República, de acordo com o art. 34, combinado com o art. 61, ambos da Constituição Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Pauderney Avelino pelos esclarecimentos.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu carrego um fardo, que reputo pesado, por ser suplente de Carlos Eduardo Xavier Marun, que, querendo ou não, marcou sua passagem por esta Casa e hoje é Ministro.

Mas não é pelo fato de eu ser suplente que vou deixar de titularizar a voz da minha consciência com a mesma liberdade com que me posicionei, 6 horas depois de ter assumido o mandato de Deputado Federal, contra a reforma da Previdência.

Eu entendo que agora é o momento de reconhecer que a medida proposta pelo Presidente Michel Temer é acertada, sim. E por que é acertada? Primeiro, porque o próprio Governador do Rio de Janeiro reconheceu a sua incompetência para gerenciar e equacionar a crise na segurança pública; segundo, porque a criminalidade carioca elegeu, sim, um alvo a ser abatido, a criminalidade do Rio de Janeiro elegeu, sim, um inimigo a ser dizimado. E quem é o alvo, que é o inimigo, senão as centenas de policiais civis e militares que foram barbaramente assassinados pela criminalidade organizada daquele Estado?

Ora, com que cara um Deputado Federal vai enfrentar o rosto sofrido de uma viúva de um policial militar, de um órfão de um policial civil, para dizer que a medida proposta por Michel Temer não tem necessidade ou utilidade numa situação circunstancial tão grave quanto esta que nós estamos vivenciando?

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que este debate não pode estar contaminado pela ideologização: os jacobinos de lá, os girondinos daqui; os marxistas, os liberais. Não! Não vamos perder o foco! A questão é entre vida e



morte, entre paz e tormento, entre tranquilidade para sair de casa, trabalhar e voltar vivo e a possibilidade de sair de casa e não voltar para abraçar seus filhos.

Antes de concluir, faço uma advertência ao Presidente Michel Temer, ao Governo Federal: Presidente, a fala de V.Exa. no sentido de que a reforma da Previdência poderá, pela sua dimensão institucional e histórica, suspender o decreto é constitucionalmente estrábica, é vesga, é falha, não tem amparo na Constituição! Se o decreto é tão grave e tão excepcional que justifica a intervenção num Estado federado, não haverá de ser esta ou aquela reforma a suplantar a circunstância excepcional da imposição dessa medida.

Por isso, espero que esse decreto não empane e não obscureça a necessidade de se deter o processo de dilapidação institucional a que estão submetidas as forças policiais do Rio de Janeiro. Pela Constituição, cabe à Polícia Militar e à Polícia Civil o combate à criminalidade, mas, nessas circunstâncias, em nome da segurança do povo carioca e da estabilidade institucional daquele Estado, eu votarei “sim” ao decreto, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Aureo, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade, por 4 minutos.

O SR. AUREO (SD-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje vamos ter a oportunidade de salvar a segurança pública do Rio de Janeiro, Estado que é a porta de entrada do turismo nacional, Estado que celebra o maior carnaval do Brasil, Estado que vive a maior crise de segurança do nosso País.

Hoje, não dá para cada Deputado vir aqui defender seu Estado; cada Deputado tem que vir defender o Brasil. Temos que confiar nas Forças Armadas, confiar no Ministério da Justiça, confiar no Ministério da Defesa, confiar num plano que vai ser executado no Rio de Janeiro para garantir ao cidadão fluminense, ao cidadão carioca a paz e a tranquilidade para transitar nas ruas do nosso Estado.

Hoje nós estamos recebendo diversos prefeitos. Quero saudar o Prefeito Clovinho, de Miracema, Município do interior do nosso Estado, que sabe a importância de ser votada esta matéria nesta noite.

Todos os moradores do Estado do Rio de Janeiro hoje acompanham a *TV Câmara* de perto, porque têm certeza de que esta é a solução para o Estado. O Governador declarou que não dá para cuidar da segurança pública e que precisa, sim, de uma intervenção do Governo Federal para combater a criminalidade no nosso Estado.

Quero dizer a todos os Deputados que temos que pensar no Brasil — hoje, pensar no Brasil é votar “sim” à intervenção na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, é votar “sim” para garantir a ordem no Estado do Rio de Janeiro, é votar “sim” para garantir a segurança e a paz a todos os brasileiros.



Não dá para assistir às cenas na televisão e ficar inerte diante do que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Hoje isso acontece no Rio, amanhã vai acontecer em outros Estados. Se a medida der certo no Rio, vai dar certo no Brasil e vai servir de exemplo para combatermos a criminalidade no nosso País.

Por isso, eu faço um apelo a todos os Deputados que ainda se encontram nos gabinetes para que venham marcar presença, a fim de que possamos iniciar a votação. Vamos votar “sim”, para dar à segurança pública do Estado do Rio de Janeiro a garantia da ordem, a garantia da paz.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PEDRO PAULO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 95 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Pois não, Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 89 da Constituição Federal, em seu inciso VII, diz que o Conselho da República, para estar formado na sua plenitude, tem que ter seis membros da sociedade: dois nomeados pelo Presidente da República, dois escolhidos por esta Casa e dois escolhidos pelo Senado Federal.

É de conhecimento público que o Conselho da República ainda não tem nomeados esses representantes da sociedade. O que se sabe é que o Presidente hoje fez uma reunião, e já fez uma convocação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, para opinarem, porque é dever constitucional desses Conselhos se pronunciar em relação à intervenção federal no Rio de Janeiro.

A minha questão de ordem é objetiva: se esta Casa, após aprovado o decreto de intervenção, fará a escolha, como dever constitucional, dos seus dois representantes, a fim de que possa contribuir para que o Conselho da República esteja completo.

Tenho defendido a medida e apresentei um requerimento para formação de uma comissão externa de acompanhamento da intervenção, mas, por viver pela primeira vez uma intervenção sob o regime democrático, acho que todas as instituições têm que funcionar.

O Conselho da República, segundo o art. 89, é também um mecanismo de fiscalização, de acompanhamento, de pronunciamento em relação à intervenção, e



acredito que a Casa não pode fugir ao seu dever constitucional de escolher os dois representantes da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Por sua intervenção pertinente, recolho a questão de ordem de V.Exa. e agradeço-lhe pela contribuição.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano, por 1 minuto.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sempre apoiei e sempre me manifestei a favor da intervenção, que hoje, graças a Deus, se vota nesta Casa.

Mas faço um apelo ao Governo Federal a fim de que, juntamente com esta intervenção militar, venha a intervenção social. É mais do que necessário que haja políticas públicas integradas dentro das grandes comunidades, com educação, com esporte, para que essas crianças cresçam com uma educação de base, se formem e tenham oportunidades, assim como todos os cidadãos do nosso Estado do Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra à Deputada Soraya Santos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. vai seguir a lista, Sr. Presidente?

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar de uma votação de fundamental importância não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o País.

A pergunta que eu faço — e convido os meus pares para fazê-la junto — é muito simples: a justiça — e essa é a grande reflexão — tem que ser feita para os vivos. O que interessa discutirmos justiça para quem já está embaixo da terra?

Mesmo na peça constitucional, Deputada Keiko Ota, muitas vezes são antagônicas a liberdade de expressão e os direitos individuais. Mas o que se sobrepõe na peça constitucional? A defesa da vida. É inadmissível que esta Casa não vote uma matéria que defende a vida, que promove justiça para os vivos.

Eu me lembro, Sr. Presidente, há pouco tempo, do olhar de uma mãe cujo filho de 3 anos tinha sido morto por uma bala perdida. O que mais me chamou a atenção foi o olhar dessa mãe, quando um repórter lhe fez a seguinte pergunta: *“Essa bala saiu da polícia ou veio do bandido?”* Aquela mãe, Deputada Keiko, olhou de uma forma tão estranha para o repórter que fazia aquela pergunta! A única coisa que ela foi capaz de responder foi o seguinte: *“O que me importa se essa bala veio do bandido ou do policial? O que importa é que, como mãe, eu quero dar um basta nessa violência! Como mãe, eu não posso mais ver crianças morrendo, maridos morrendo, pessoas sem o direito de ir e vir. O que me importa de lado que está a arma que mata?”*



Parabenizo o Governo do Presidente Michel Temer por essa iniciativa. Ele poderia ter tomado uma medida muito mais dura, mas optou pela intervenção na segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Quero dizer que o Estado do Rio de Janeiro não é o mais violento desta Nação, mas tudo o que acontece lá é visto, pois o Estado é a porta de entrada do turismo brasileiro; é a porta de reflexão sobre o que está acontecendo em todo o Brasil, assim como no Nordeste.

Não podemos e não vamos perder a ordem, que está garantida na Constituição. Eu conclamo cada um dos meus pares a votarem “sim”. Essa não é uma matéria ideológica. Essa está longe de ser uma discussão partidária. Essa é uma discussão como as que fazem as Parlamentares nesta Casa. Essa é uma matéria suprapartidária.

Deputada Christiane, V.Exa. perdeu um filho. Essa justiça pela qual tanto a senhora clama na segurança do trânsito não é mais para o seu filho, mas para os brasileiros que continuam morrendo. Uma mãe sabe muito bem que a perda do filho é irreparável. Mas nós, que trazemos o útero no nosso ventre, acreditamos na força da vida por si mesma. Uma mãe, quando gera um filho, não pergunta para Deus quais os enfrentamentos pelos quais a criança vai passar; ela dá passagem e aposta na vida por si mesma.

Eu não posso imaginar um único Deputado, uma única Deputada desta Casa que possa dizer “não” a uma matéria que visa à ordem, à garantia do direito de ir e vir. Eu não consigo conceber isso. Essa não é uma matéria partidária.

A justiça, meus amigos, meus pares, é feita para os vivos, porque o morto já está embaixo da terra. Essa justiça jamais será reparada.



Deputado Nalin, sei que V.Exa. me pediu para compartilhar o tempo e concedo neste momento o tempo do PMDB a V.Exa., ao Deputado Pedro Paulo e a todos os Deputados do Rio de Janeiro que representam o partido, porque nós estamos ali, no dia a dia, agonizando.

Isso, gente, não é combate à violência; é uma guerra civil. Eu estou enjoada de ouvir gente falando das mortes na Síria. Comparem as mortes no Brasil com as mortes na Síria e vejam como estamos perdendo. É uma guerra civil instalada, e como tal há de ser tratada.

É “sim” à vida.

Passo, neste momento, a palavra ao Deputado Nalin, que continua a utilizar o tempo do PMDB, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Pode continuar, Deputado.

O SR. ZÉ AUGUSTO NALIN (PMDB-RJ) (Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Soraya Santos.

Quero dizer que, neste momento, não tenho nenhuma felicidade em estar aqui. E quero dizer a todos que a falta de segurança não é exclusividade do Rio de Janeiro. Os dados dizem que nós não somos a cidade mais violenta. Mas lá tudo acontece; o Rio de Janeiro é o espelho do Brasil.

Espero que isso aconteça e que não seja esquecido... Eu vou citar a minha cidade de Magé, Guapimirim, porque a segurança também tem que chegar lá. E, como disse um colega aqui, o Estado social tem que acompanhar esse projeto de segurança.

Gente, nós temos que torcer para isso dar certo, porque não é só o Rio de Janeiro que existe violência. A violência está instalada em todo o Brasil. Isso que eu não gostaria que estivesse acontecendo na minha cidade pode servir de exemplo para a cidade de vocês.

Muito obrigado.

Passo a palavra à Deputado Soraya.



A SRA. SORAYA SANTOS - Antes de passar a palavra ao Deputado Pedro Paulo, quero cumprimentar a Deputada Laura Carneiro e, de forma especial, o Presidente Rodrigo Maia, porque S.Exa. escolheu para a relatoria uma mulher, que traz no seu útero o valor da formação da vida. Trata-se de uma Deputada aguerrida no combate à violência, uma Deputada do Estado do Rio de Janeiro.

Passo a palavra para o Deputado Pedro Paulo e encerro dizendo “sim” a este decreto que, brilhantemente, o Presidente editou! “Sim” à vida! Justiça para os vivos!

Deputado Pedro Paulo, agora é com V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço à Deputada Soraya Santos.

Vou repetir algumas coisas que tenho colocado em relação à intervenção. Ninguém esperava que este decreto fosse editado, que este dispositivo constitucional fosse acionado, mas, uma vez editado o decreto, nós temos que trabalhar para que a intervenção funcione.

Pela primeira vez após a Constituição de 88, pela primeira vez no regime democrático, nós estamos vendo uma intervenção. É preciso que as instituições funcionem. Nós precisamos acompanhar esse processo. Por isso, deve-se requerer a esta Casa a criação de uma Comissão Externa de acompanhamento.

Acabei de apresentar uma questão de ordem à Presidência, para que o Conselho da República, estabelecido pelo art. 89 da Constituição, esteja completo, com seis membros da sociedade, dois deles eleitos por esta Casa.

Precisamos de todos os fóruns que possam ser criados. O Presidente Rodrigo Maia quer criar um fórum de acompanhamento de políticas sociais, para que a OAB, para que a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro — FIRJAN, enfim, para que toda a sociedade possa acompanhar esse processo de intervenção.

Todos nós estamos preocupados. Todos nós temos que trabalhar para que isso dê certo, a fim de que não só seja feita uma intervenção de tanques nas ruas, mas também ocorram medidas estruturantes e transformadoras nas áreas de educação e de saúde e se coíbam abusos que nós sabemos que existem nesses processos.



Nós vivemos sob um ambiente democrático. Essa intervenção precisa funcionar. O que acontece no Rio de Janeiro repercute no Brasil e lá fora e afeta a imagem do povo brasileiro.

Nós não podemos falhar! Independentemente de partido, independentemente de posição ideológica, há uma questão que está em jogo: a vida das pessoas, a paz. O Rio de Janeiro não aguenta mais viver a violência que está vivendo.

Por isso, eu queria fazer um apelo a todos os Deputados, em especial aos Deputados do Rio de Janeiro, que vivem esta realidade: vamos aprovar este decreto, para estabelecer o início da intervenção, que, apesar de todos os problemas, precisamos acompanhar para que dê certo.

É o futuro das nossas crianças, dos nossos netos, das nossas famílias e das pessoas de bem que está em jogo no Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Registro que nós entendemos o grau de complexidade deste tema e também a ansiedade de alguns colegas para ter a justa e legítima oportunidade de falar.

No entanto, requeremos aos Líderes e aos Vice-Líderes que irão falar que já façam a identificação no ofício encaminhado à Mesa, para nós nos balizarmos e para que a fala de S.Exas. não pareça um aparte.

Fazemos questão de dividir o tempo, como agora ocorrerá com o Deputado Simão Sessim e o Deputado Julio Lopes. Estamos tendo essa compreensão até pela importância do tema, que é significativo, para darmos oportunidade a todos.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Simão Sessim, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco do PP.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em boa hora o Governo Federal resolveu, com base no art. 84, inciso X, da Constituição Federal, decretar intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018. Esta medida é inédita desde a promulgação da Constituição de 1988, que ajudamos a elaborar.

Sr. Presidente, precisamos que o maior número possível de Deputadas e Deputados aprove o decreto, já que, segundo pesquisa realizada ontem, 94% da população do Rio de Janeiro aprovam a intervenção.

Eu, de modo especial, em nome do Partido Progressista, que também toma essa posição em favor da população do Rio de Janeiro, há muito venho reivindicando essa medida. Em 2012 e em 2016, preocupado com a escalada da violência, eu fiz apelos veementes ao então Comandante Militar do Leste, o General Francisco Carlos Modesto, e ao Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Pedi, na ocasião, que o Exército brasileiro dotasse a região de Nilópolis, no entorno do Campo de Instrução de Gericinó, de meios necessários à garantia da segurança. Ao Ministro da Defesa, solicitamos que enviasse também tropas da Força Nacional de Segurança Pública, a fim de que o cidadão, responsável pela grandeza e riqueza desta Nação, se sentisse de fato e de direito protegido e seguro naquela mesma região atualmente dominada pelo famigerado crime organizado.

Hoje, Sr. Presidente, parece finalmente que os nossos apelos estão sendo atendidos. No sábado, participei do encontro que o Presidente Michel Temer promoveu no Palácio Guanabara, com a presença do Governador Pezão, do



Prefeito Marcelo Crivella e de autoridades militares estaduais. Ali pude perceber que o Governo Federal está, de fato, interessado em promover a paz que o povo fluminense tanto almeja.

Como bem frisou o Ministro Jungmann, com a intervenção federal, a segurança pública do Rio de Janeiro passa a contar com ações planejadas e cirúrgicas, com base no serviço de inteligência das Forças Armadas, dentro do Estado Democrático de Direito.

Por isso mesmo, estamos aqui hoje reunidos para discutir, votar e aprovar — é o que realmente desejamos e é por isso que torcemos — a decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, Michel Temer, de decretar intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Sabemos perfeitamente tratar-se de uma medida dura, excepcional e também inédita neste período da Nova República, mas necessária para a reconstrução do conceito de segurança pública, sobretudo no Rio de Janeiro. Foram incontáveis as vezes que eu e colegas do Rio ocupamos esta mesma tribuna para denunciar a perturbadora escalada da violência que ainda aflige, angustia e aterroriza a população carioca e fluminense.

A exemplo de outros Estados, o Rio enfrenta uma de suas piores crises financeiras, com atraso de salários e graves ameaças ao pleno funcionamento da máquina administrativa, o que reflete também no aparelho de segurança pública, imprescindível para a manutenção da ordem pública e, conseqüentemente, da paz e da tranquilidade de seu povo.

Por isso mesmo, pedimos socorro ao Governo Federal em várias ocasiões em que a ousadia dos bandidos se apresentava, tanto na Capital quanto na Baixada



Fluminense e no interior. Não há mais limites, exatamente por conta da fragilidade dos equipamentos material e humano do Estado. Hoje o que se vê no Rio de Janeiro são cenas de guerra civil a qualquer hora do dia e da noite.

A Baixada Fluminense, que sempre se caracterizou pela sua pacata população, ordeira e trabalhadora, também virou refém do tráfico, das milícias, dos assaltantes, dos malfeitores de modo geral.

A exemplo da Capital, na Baixada Fluminense também são comuns cenas de bandidos circulando pelas ruas em motocicletas, com fuzis atravessados no peito, empunhando pistolas, bazucas, ou mesmo o barulho ensurdecido de rajadas de metralhadoras e balas traçantes rasgando o céu em plena noite.

Desde o advento das UPPs, em 2009, os criminosos em fuga escolheram a Baixada Fluminense como refúgio e depósito de armas pesadas e de drogas, dando fim a uma tranquilidade que sempre reinou, até então, naquela região.

A escalada assassina, inadmissível, vergonhosa e repugnante, sempre a cargo de criminosos perversos, patrocinadores das barbáries, do medo, do terror, vem manchando com sangue, dor e desespero a esperança de um povo que ainda acredita, sim, nos valores morais e na justiça social.

É de doer o coração, Sr. Presidente, ver famílias inteiras fragilizadas, desesperadas, aos prantos, enterrando diariamente, a sete palmos de profundidade, sonhos e realizações.

Já não se pode sequer nascer para a vida. Os bandidos também não deixam. Quem não se lembra do bebê Arthur, baleado por traficantes ainda dentro do útero, na barriga de sua mãe, na Favela do Lixão, em Duque de Caxias? Arthur, depois de 1 mês de luta, não resistiu às mazelas da violência e morreu.



Desde já, desejamos sucesso ao interventor, o General Braga Netto, nessa difícil e árdua missão, que será primordial para reestruturar o aparelho da segurança pública fluminense, que envolve as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o sistema carcerário, a fim de restabelecer a paz e a segurança que tanto desejamos.

Passo a palavra, agora, ao meu colega de bancada e de partido, o Deputado Julio Lopes.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Julio Lopes.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, eu poderia iniciar a minha fala dizendo que apenas uma morte ou uma vida justificaria uma intervenção como esta, que dirá dezenas de mortes e o martírio da sociedade do Rio, que vive em seu claustro, cada um em sua casa, aprisionado, com medo de ir às ruas!

Mas não é disso que se trata aqui. Nesse grande índice de miséria e de calamidade do Brasil, o Rio de Janeiro não é o Estado em que mais matam ou mais morrem; não é o Estado em que mais sofrem; não é o Estado em que há mais homicídios ou assaltos. A questão, Deputado Mário Heringer, como V.Exa. sabe, é o ir e vir, é o domínio territorial do Estado: os cariocas e demais brasileiros que lá vivem têm que pagar mesada ao tráfico e à milícia para circularem.

V.Exas. sabiam que, na Rocinha, cerca de 500 motociclistas sobem e descem levando as pessoas àquelas áreas íngremes lá de cima? Cada motociclista daquele tem que pagar 3 reais por dia para poder trabalhar com a sua motocicleta, assim como o cidadão que vende o gás, assim como a concessionária que cobra a luz, assim como aquele que fornece a água.

Portanto, Deputado Glauber, não se trata de morte, não se trata de assaltos; trata-se da soberania do Estado. A razão precípua da existência do Estado é a segurança pública. Se há áreas delimitadas em que o Estado não pode entrar ou intervir, é caso de intervenção! O domínio territorial determina a função do Estado de invadir e controlar a territorialidade.

Há 1 milhão de medidores de energia cuja cobrança vai para o cofre da transgressão, dos milicianos, dos traficantes. É disso que se está falando. Não se



fala apenas das justificadas mortes e do martírio de uma população sofrida, que não pode mais ir e vir, mas, sim, do domínio territorial.

O Presidente Temer e o Ministro Raul Jungmann, que assistem a esta sessão, têm o dever cívico, patriótico e funcional de intervir naquele Estado, para garantir às pessoas o direito de ir e vir, para que o comércio possa comerciar, para que os serviços possam servir sem que tenham de pagar um ágio, uma mesada ou o que quer que seja aos permissionários do crime.

É inadmissível termos cidadãos, impostos, comércios e serviços permissionários do crime, porque só trabalham e só funcionam sob a permissão do crime organizado. É dessa situação que estamos falando, Sras. e Srs. Deputados!

Temos que libertar o Rio, não só para salvar vidas, não só para impedir assaltos, não só para impedir o martírio da população, mas, sobretudo, para reinstalar o Estado, com sua precípua função: a segurança pública.

Não podemos mais admitir que áreas onde nós residimos não possam ser acessíveis. Eu mesmo, como Deputado, já não posso ir a áreas em que sou votado. Isso é um absurdo!

Peço aqui o voto de todos pela intervenção federal!

O Sr. JHC, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o tempo de Liderança do PR será dividido em três: eu falarei por 2 minutos e, em seguida, falarão os Deputados Marcelo Delaroli e Laerte Bessa.

Eu quero registrar que hoje a Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu, por maioria, absolver a ex-Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal Deusdina dos Reis Pereira da acusação de tráfico de influência.

Eu já ocupei esta tribuna para tratar deste tema, porque realmente acreditava que a nossa Vice-Presidente da Caixa conduzia eticamente aquela Vice-Presidência. Agora a Comissão de Ética Pública da Presidência da República confirma toda a lisura e toda a ética da ex-Vice-Presidente na condução daquela instituição.

Sr. Presidente, lamento que ela tenha sido afastada antes que fosse comprovada a sua inocência. Dessa forma, reivindicamos ao Presidente da República que reconheça a condição moral e ética da ex-Vice-Presidente Deusdina para continuar como Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal e que faça a sua recondução ao cargo.

Enfatizo que o PR se sente muito à vontade para defender a Sra. Deusdina, porque ela realmente honrou e honra a Caixa Econômica durante os 20 anos como funcionária daquela instituição.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Delaroli.

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço ao meu Líder, Deputado José Rocha, por dividir seu tempo comigo.

Chamo a atenção dos nobres Parlamentares que estão me ouvindo para a situação do Rio de Janeiro. Dizer que a situação daquele Estado é caótica seria redundante; não precisa. Mas eu tenho ouvido burburinhos de pessoas que são contra essa intervenção.

Ninguém aqui está feliz com a intervenção no Rio de Janeiro, não! Mas é a única opção que temos no momento, pois lá as pessoas não podem sair de casa.

É claro que precisamos levar o social para as comunidades, e o General, no sábado, me garantiu e me prometeu que faria. Mas o momento é de guerra, sim, e só se combate guerra com guerra; só se tem paz depois da guerra.

Então, peço a V.Exas. que olhem pelo Rio de Janeiro, pela população sofrida e carente daquele Estado, que não pode sair de casa.

Acabei de receber no meu WhatsApp a notícia de que mais um policial de uma Unidade de Polícia Pacificadora foi atingido com um tiro no peito. Graças a Deus, ele não virou estatística, pois não morreu. Mas se não tomarmos uma atitude agora, muitos vão continuar morrendo, como estamos vendo diariamente.

Acreditamos no êxito dessa operação, mas muitos aqui estão torcendo para ela dar errado. Vejo que a Oposição está torcendo para ela dar errado. Não façam isso! Torçam para dar certo, mesmo que não concordem com ela!



E, acreditando no êxito da intervenção, nós sabemos que precisamos reaver o efetivo da Polícia Militar. E o General me disse que chamará agora os 4 mil novos concursados que estão prontos para servir à PM, além do pessoal do concurso da Polícia Civil.

Contem comigo para votar “sim”, pela intervenção no Rio de Janeiro!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Laerte Bessa.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Marcelo Delaroli, V.Exas. podem ter certeza de que hoje nós vamos aprovar o decreto para a intervenção no Rio de Janeiro. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Não vai ser um partidozinho de nada que vai atrapalhar a decisão da maioria.

Tudo bem que a intervenção dá uma sensação de segurança ao povo do Rio de Janeiro, que está um caos, mas como é que vai ficar a situação quando a intervenção acabar, no final do ano? Com a criação do Ministério da Segurança Pública, um projeto tem que ser apresentado, não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil, a fim de recuperarmos a Polícia Civil, a Polícia Militar, enfim, a segurança pública, que está vegetando no nosso País.

No Rio de Janeiro, os efetivos que estão trabalhando na Polícia Civil e na Polícia Militar são de apenas 55%. Hoje esse efetivo não chega a 21 mil policiais, quando deveria ser de cerca de 40 mil a 45 mil. Portanto, um dos principais fatores para se renovar a segurança pública é garantirmos esse efetivo.

Além disso, temos que dar credibilidade e dignidade principalmente àqueles policiais que não têm onde morar. Hoje, policiais saem do serviço e tiram a farda, para não serem executados por facções de traficantes que existem no Rio de Janeiro. Nós temos que dar moradia a esses policiais.

Mas não é só isso, não! Temos que dar um salário digno ao policial, que é um ser humano. Hoje o policial não tem plano de saúde e tem que arcar com as despesas da saúde de seus familiares.



Nós temos que resolver essa situação agora. Paralelamente a essa intervenção, deve-se criar um plano para melhorar a nossa segurança pública. Não é só essa intervenção que vai resolver o problema do Rio de Janeiro, porque, no final do ano, tudo vai voltar a ser como era — será ainda pior. Eu não acredito que as Forças Armadas estejam preparadas para fazer esse trabalho que a polícia faz.

Infelizmente, o Distrito Federal está virando um Rio de Janeiro. O nosso quadro da Polícia Civil tem 9 mil policiais. Na ativa há apenas 4.500, o que representa um déficit de 4.500 policiais. É por isso que as delegacias estão fechadas. Das 31 delegacias, 20 ficam fechadas no período noturno.

Com a Polícia Militar, ocorre a mesma coisa. Em um efetivo de 17 mil policiais, há menos de 13 mil na ativa, ou seja, o quadro também está defasado. Por isso, os quartéis da Polícia Militar do Distrito Federal estão fechando.

Temos que acabar com isso e melhorar, de uma vez por todas, a nossa segurança.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o § 1º do art. 60 da Constituição Federal diz que, durante intervenção federal, a Constituição não pode ser emendada.

A questão de ordem que faço a V.Exa. é para que não fiquemos baseados apenas em nota de imprensa ou em fatos extraoficiais. No nosso entendimento, para ser alterada a Constituição, nós precisamos de normalidade no País. Se há um grave comprometimento da ordem pública a ensejar uma intervenção, o ideal é que seja sobrestado o andamento de todas as PECs em tramitação na Câmara dos Deputados, inclusive que não sejam discutidas ou votadas nem mesmo nas Comissões.

É a questão de ordem que faço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que há um equívoco.

Durante intervenção, mesmo uma intervenção no Estado — eu gostaria que, no caso, fosse uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro, mas não é —, não há vedação à tramitação de PEC, há vedação à alteração da Constituição.

A PEC pode ser apresentada, pode tramitar, pode ir à Comissão de Constituição e Justiça, pode demandar instalação de Comissão Especial, pode até ser votada no Plenário quando nascer nesta Casa. No entanto, promulgação — nem pensar! É claro que o bom senso mandaria não se votar como ato que precedesse a promulgação. Tramitação é uma prerrogativa da Casa.

Eu lamento ter saído uma informação de que o Presidente da República sustou a tramitação da PEC da Previdência. O Presidente da República não susta nada aqui. A tramitação de um projeto de lei é um problema da Câmara dos Deputados. A tramitação de uma proposta de emenda à Constituição é um problema da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aliás, Deputado, acho que o projeto da terceirização foi votado assim. Em um projeto apresentado pelo Presidente Lula, o PT fez uma questão de ordem dizendo que não mais caberia a votação. No entanto, o projeto já não era do Presidente Lula, o projeto era da Casa. Isso é óbvio!

O SR. MIRO TEIXEIRA - É da Casa. Se chegou aqui, é da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro!



O SR. MIRO TEIXEIRA - A PEC da Previdência não vai ser votada porque não há número para que seja votada. Ela está derrotada! Essa é a questão. Não adianta querer fazer *marketing* na Presidência da República, dizendo que isso ocorre por conta da situação do Rio de Janeiro. Isso é mentira! Não vai ser votada porque não há, na Casa, 308 votos para aprová-la. Eu até gostaria que ela fosse votada, para ser derrotada.

Essa é a minha contradita, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou recolher a questão de ordem, já a decidindo em parte.

Votação no Plenário, com certeza, não ocorrerá. Mas, em relação à tramitação em Comissão Especial e na CCJ, eu acho que talvez o Deputado Miro Teixeira tenha razão. Eu estou recolhendo a questão de ordem e respondo ao longo da semana.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Talvez, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O quê?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Talvez não. Talvez tenha razão, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Talvez tenha razão. Eu estou analisando. Eu disse que recolhi a questão de ordem e decidi em relação à votação no Plenário. Em relação à tramitação na CCJ e em Comissão Especial, acredito que V.Exa. tenha razão. Durante a semana eu decido.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É isso. É a letra expressa na Constituição. O Constituinte de 1988 é que decidiu isso.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Bornier, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco do PROS.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, tenho certeza de que hoje é uma data muito triste e muito difícil não só para mim, em meu terceiro mandato como Parlamentar, mas para todo o Estado do Rio de Janeiro.

Porém, esta é uma noite em que o Rio de Janeiro, nosso Estado, espera grandiosidade desta Casa. Acima de tudo, nós não aguentamos mais a violência no Estado do Rio de Janeiro. Hoje o que a população busca de todos nós é a união deste País. Não adianta mais só falarmos que isto não vai dar certo. Precisamos de otimismo. Precisamos dar um pouco de razão a este Governo que aí está, para que as coisas venham a acontecer. Quem prega essa necessidade é, acima de tudo, a sociedade.

O Rio de Janeiro se perdeu por uma gestão completamente incompetente. Hoje a falta de segurança está em todos os locais, com arrastões, roubos, assaltos, ausência do direito de ir e vir da sociedade, fechamento do comércio no momento em que teríamos que gerar empregos.

Este momento é oportuno, sim! Pedimos a compreensão de cada um de V.Exas. A intervenção não é no Estado do Rio de Janeiro, mas, sim, no Brasil. Precisamos disso hoje. Essa briga é contra a violência. A sociedade precisa voltar a ter fé e otimismo e precisa acreditar que as coisas vão mudar. Ainda não perdemos essa guerra.

Em pleno sábado de carnaval, eu estive com V.Exa., Sr. Presidente, em uma discussão sobre essa intervenção, juntamente com o Governador, com diversos



Prefeitos, com autoridades do Ministério Público e do Judiciário. Fiquei muito otimista, uma vez que o General Braga demonstrou que realmente vai fazer justiça e vai ser firme. É disto que a sociedade brasileira precisa: de uma política forte.

A criminalidade não pode mais zombar do Estado do Rio de Janeiro, como tem feito. Hoje as milícias e o tráfico de drogas aumentam a cada dia. Sabemos que a responsabilidade pela quantidade de armas não é só do Estado. Ao dividir essa responsabilidade com a União, certamente quem tem a ganhar não é só o Estado do Rio de Janeiro.

Temos que começar a elaborar um plano estratégico de verdadeiro combate à criminalidade no nosso País. O Brasil é um país grande. Acabou de passar a maior festa vocacional do Rio de Janeiro: o carnaval. Aproveito a oportunidade para dar parabéns à nossa escola de samba, a Beija-Flor de Nilópolis, que também é da região da Baixada Fluminense.

Faço um alerta a respeito de uma realidade que pode acontecer, como no passado aconteceu com a implementação das UPPs no Estado do Rio de Janeiro: não podemos deixar que esse debate fique somente na Capital. Deve haver a responsabilidade de se debater uma política pública nos 92 Municípios daquele Estado, principalmente na região da Baixada Fluminense, região sofrida, com uma população de 4,5 milhões de brasileiros. Atualmente, através das mídias sociais, podemos ver as pessoas dessa região com dificuldades, com medo da criminalidade.

Assim como o Deputado Pedro Paulo, que solicitou a criação de uma Comissão Externa para acompanhar o trabalho que será realizado após esse decreto presidencial, eu também apresentei uma solicitação para acompanhamento



da situação, principalmente no que diz respeito à migração desses traficantes e milicianos para a região da Baixada Fluminense e para o interior do Estado.

Quero me colocar à disposição de V.Exa., Deputado Rodrigo Maia. Conte com o nosso trabalho aqui nesta Casa! Não vai faltar vontade de fazer com que isso dê certo.

Faço um alerta a toda esta Casa: não é por não gostar do Presidente da República ou do Governador do Estado que não se deve acreditar que isso pode dar certo. Vamos deixar essa pequenez de lado! Vamos olhar adiante! Vamos olhar para o Brasil que queremos construir! Esse desafio é de cada um de nós brasileiros! Se nós tivermos esse olhar baixo de querer que o outro falhe, com certeza quem vai falhar são os nossos filhos, as futuras gerações. E isso nós não queremos.

É com grande responsabilidade que temos que ter um debate com grande amplitude, porque a sociedade também quer participar. Precisamos, por exemplo, abrir um canal de comunicação com a sociedade. Já recebi aqui dezenas de informações importantes. Por que não, neste momento, junto com essa Comissão Externa, repassar essas informações ao Poder Executivo e àqueles que vão, de fato, organizar as nossas polícias? Façamos o verdadeiro choque de gestão, de planejamento e de combate à criminalidade! Podemos ser — por que não? — um exemplo não só para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil, para o mundo. Podemos, sim, ser grandes, só que temos que acreditar.

Faço um agradecimento à nossa bancada por nos ter colocado nesta missão. Vamos ter muito trabalho pela frente. Tenho certeza de que este será um ano diferenciado, em que teremos grandes pautas.



Eu imaginei que pudéssemos discutir hoje a Previdência, que é um assunto de suma importância para o Brasil, mas como não definimos a ordem cronológica do que vamos deliberar, Deputado Eros Biondini, tenho certeza de que é a hora exata para discutirmos um plano político estratégico de segurança nacional, porque essa também é uma das prioridades do PROS no Brasil. É com isso que queremos colaborar.

Boa noite a todos! Votem “sim”!

Muito obrigado.



O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, minha questão de ordem se refere ao que foi falado pelo Líder do PCdoB e pelo Deputado Miro Teixeira em relação ao art. 60 da Constituição.

Em todos os pareceres relativos à admissibilidade de propostas de emenda à Constituição na CCJ existe um ponto em que eles são uníssonos: no que concerne a eventuais limitações circunstanciais, não vigendo nenhum tipo de intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa, poderá ser apreciada a presente PEC. No tocante à admissibilidade da tramitação na CCJ, já existe essa salvaguarda: se estiver vigendo uma intervenção federal, não há admissibilidade da PEC. Então, como se vai votar contra a PEC? Por isso, essa tramitação tem que ser sustada.

Quanto à admissão ou não das emendas nas Comissões Especiais, da mesma forma, serão inadmitidas todas as emendas, porque está vigendo uma intervenção federal.

Por isso, para complementar toda essa parte da tramitação, eu pediria a V.Exa. que também analisasse essa questão, porque todos os pareceres da CCJ, quando se referem à admissibilidade, tocam nessa questão da vigência ou não de uma intervenção federal.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para que não fiquem enlouquecidas a ata destes trabalhos e as anotações para pesquisas futuras, eu vou ler o que dispõe o § 1º do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

Aí, vem lá como pode ser emendada a Constituição. Em seguida, vem o § 1º:

Art. 60.....

.....

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Ela não poderá ser emendada. Toda a tramitação pode acontecer. Isso está escrito em português, nosso idioma pátrio.

Eu faço este registro porque, daqui a 10 anos, alguém vai fazer pesquisa nesses debates e vai achar que, de repente, todos nós enlouquecemos. Talvez o tenhamos um pouco, mas não tanto.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo Podemos.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queridos telespectadores, todos que estão ligados na Câmara neste momento histórico para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro, eu quero parabenizar o Presidente Michel Temer e todos os companheiros da área de segurança que, iluminados, resolveram fazer essa bendita intervenção, que o povo já aguardava com ansiedade.

Chegamos a esse ponto por causa de anos e anos de governos corruptos no Estado do Rio de Janeiro.

Para mim, essa foi uma intervenção branda, muito branda. Não deveria haver uma intervenção simplesmente na área de segurança pública, deveria haver uma intervenção geral, para tirar todo aquele governo do Rio de Janeiro.

Há mais de 2 anos eu venho denunciando isto aqui na Câmara, os desmandos desse governo desgovernado que temos no Rio de Janeiro, que fez o bandido ficar solto e o cidadão de bem ficar preso neste momento. Os bandidos estão soltos, barbarizando, e os cidadãos estão presos.

Eu peço o apoio de todos os meus pares. Quero notificar que o aplicativo de consulta popular do nosso partido, o Podemos, aponta que 82% estão favoráveis a essa intervenção. Então, eu quero solicitar aos nossos pares, todos os nossos Deputados, que votem “sim”. Vamos dar um basta nessa pouca vergonha! Vamos mudar a história de corrupção, a história de bandidagem!



Eu quero dizer mais: a intervenção no Rio de Janeiro deveria ocorrer também na saúde, na educação. Nós estamos vivendo um caos, a pior situação que já vivemos até hoje.

Que Deus tenha misericórdia do Rio de Janeiro! Que Deus tenha misericórdia do Brasil!

Vamos votar “sim”! Eu conclamo todos a votar “sim”. Tenho certeza de que vamos dar uma resposta para a população do Rio de Janeiro, uma resposta que certamente vai amenizar o sofrimento dessa gente boa do Rio de Janeiro.

Que Deus os abençoe! Que Deus abençoe o Rio! Que Deus abençoe o Brasil!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Colegas do Parlamento, esta é uma situação e um tema extremamente complexos. Na condição de Deputada pelo Rio de Janeiro, começo dizendo: que situação lamentável e a que ponto chegamos! Uma intervenção militar no nosso Estado!

Qual foi o argumento para isso? Preocupação com a vida das pessoas. Sinceramente, alguém aqui acredita que Temer está preocupado com a vida das pessoas? Alguém no Rio de Janeiro acredita que Temer está preocupado com a vida das pessoas? Alguém em comunidade popular pobre do Rio de Janeiro acredita nisso? Alguém do Brasil acredita nisso?

Este é um governante que jogou 14 milhões de mulheres e homens chefes de família no desemprego; que retirou direitos dos trabalhadores; que tirou dinheiro da saúde, à qual as pessoas recorrem para ter suas vidas salvas, mas estão morrendo por falta de assistência, de remédio e de condição de serem atendidas pelos profissionais de saúde; que retirou mais de 70% do dinheiro da assistência social, a partir da qual as pessoas pobres se beneficiam; que quer acabar com o curso noturno das universidades, que dá possibilidade aos jovens trabalhadores de estudar.

Este é um governo que quer tirar a aposentadoria das pessoas mais pobres. Este é um governo que quer fazer com que as pensões das mulheres tenham um limite de dois salários mínimos. Este é um governo que quer tirar dinheiro da educação. Aliás, já tirou. Este é um governo que baixou de 6 bilhões de reais para 2



bilhões de reais o dinheiro da segurança pública deste País. Este é um governo que retira da juventude as oportunidades de futuro tanto na área de educação quanto na de cultura, que são políticas públicas de prevenção da violência.

Ora, no dia em que Temer assinou o decreto de intervenção federal, ele mostrou sua total falta de escrúpulos ao dizer: *“Quando o Congresso disser que pode votar a Previdência, eu suspendo a intervenção”*. Ele subordinou a vida das pessoas, com as quais não tem nenhum compromisso, à possibilidade de retirar a aposentadoria e dar satisfação aos bancos e ao capital. Essa intervenção é uma cartada política de grande risco para o povo e para este País.

Temer estava acuado na pauta da Previdência. Temer ouviu durante o carnaval inteiro um grito rotundo de “Fora, Temer!” por todo o País. Sem voto, para dizer aos bancos que não podia cumprir a reforma da Previdência, ele tenta mudar a agenda, a pauta deste País. Nessa tentativa de mudança, ele se utiliza do desespero e da fragilidade das pessoas do meu Estado, do Rio de Janeiro, botando a pauta na segurança pública.

No entanto, o Brasil já disse que tem a sua preocupação grande com o emprego, com a saúde, com a educação. E é óbvio que a violência desespera! É óbvio que a violência é uma preocupação! Mas nós sabemos que essa intervenção feita não resolve a violência nem emergencialmente nem em médio prazo.

Os senhores e as senhoras sabem que o comando do tráfico de drogas não está nas favelas. Quando pegam, matam ou prendem alguém de uma facção, rapidamente outra pessoa assume a hierarquia. O grande comandante está nas áreas ricas e abastadas das cidades.



O crime organizado precisa do agente público. E seus comandantes seriam facilmente encontrados, se a inteligência e a investigação funcionassem, se a Receita Federal e o Banco Central identificassem e tivessem prioridade em identificar a lavagem de dinheiro. Infelizmente, essa não é uma prioridade! Aí sim pegaríamos o grande comando do mercado ilegal de drogas e armas. Aí sim nós acabaríamos com o crime organizado e enfrentaríamos o mercado clandestino de armas e drogas.

Os confrontos que são feitos enxugam gelo. As Forças Armadas estão sendo desviadas da sua função de defesa nacional. E aqui está o depoimento do Comandante do Exército na audiência pública, em que ele disse: *“É desgastante, perigoso e inócuo. Lá na Favela da Maré, ficamos 14 meses. Uma semana depois que saímos, tudo havia voltado ao que era antes. Temos que repensar esse modelo de emprego, que é desgastante, perigoso e inócuo”*.

E o Sr. Ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse: *“Há uma banalização do uso das Forças Armadas”*. Essas são as falas do Ministro da Defesa e do Comandante do Exército.

Essa guerra às drogas tem levado a uma guerra contra os pobres. Na mira das armas, estão os pretos e pobres das favelas. Nessa mira, estão as crianças que morrem de bala perdida, as mulheres que choram os seus filhos todos os dias.

As Forças Armadas vão colocar lá soldados que não conhecem o território, que também morrerão. E estarão autorizados a violar os direitos e garantias constitucionais do povo. Hoje, Temer pediu mandados de busca e apreensão coletivos para entrar na casa de qualquer um — não só dos bandidos, mas do povo trabalhador do meu Estado, da minha cidade.



Foram gastos, na Maré, 600 milhões de reais. Qual foi o resultado, Deputado José Guimarães? Eu lhe agradeço o tempo e sei que falo em concordância com a sua opinião. Qual foi o dado, com transparência, revelado ao povo? Nenhum dado foi divulgado dessa GLO — Garantia da Lei e da Ordem, na Favela da Maré.

Com o discurso da lei e da ordem, Michel Temer tenta angariar popularidade nas eleições e colocar um candidato à direita para tentar viabilizar o seu projeto político de poder; tenta viabilizar a manutenção do golpe do *impeachment*; tenta viabilizar a sua manutenção e a sua agenda de entrega do País e de retirada de direitos. Agora, se ele não conseguir se viabilizar ao militarizar a segurança pública neste País, nós teremos um risco enorme à democracia brasileira. Poderemos não ter eleições.

E quem disse aos senhores e senhores que, ao arbítrio, ao arrepio da Constituição, como esse decreto foi feito, ele não poderá intervir em qualquer Estado? Essa intervenção poderá ser estendida a qualquer Estado da Federação.

Sinceramente, nós aqui não podemos gerar ilusões e enganar o povo. Essa intervenção é uma jogada política, não é preocupação com a vida do povo do meu Estado nem do povo brasileiro. Essa intervenção não terá eficácia, é uma sensação psicológica inicial de bem-estar, mas o povo sabe que não resolve.

Nós precisamos ter coerência e coragem de votar pela democracia, em defesa da vida das pessoas. Há propostas sim de curtíssimo prazo, porque a vida não espera. As pessoas se desesperam, porque querem eficiência. A mídia, a *TV Globo* preparou essa intervenção, articulou-se com o Temer por essa intervenção. E eles obrigaram aquele Governador inepto, covarde, para não perder o cargo, a fazer o discurso de que perdeu o controle.



Com esse discurso, justifica-se uma intervenção militar e inconstitucional, dando a característica de cargo militar, que só presta contas ao Presidente. Não presta contas ao Ministro Jungmann, que estava aqui, nem ao Comandante do Exército, nem a ninguém. É uma intervenção arbitrária, uma intervenção inconstitucional, uma intervenção que pode gerar a militarização da segurança pública neste País, que pode se estender a oito, nove, dez Estados.

Vamos parar de enganar o povo. Com isso, não se está preocupado com a defesa da vida de ninguém. Precisamos ter ousadia e coragem política de votar mesmo contra as pesquisas de opinião, mas em defesa real da vida e da democracia neste País. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alex Manente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham nesta importante noite, que marca um momento significativo do nosso País, vivemos talvez a maior sensação de violência dos últimos tempos. A população anda com medo, as crianças não conseguem circular adequadamente, várias pessoas inocentes perdem a vida, famílias são ceifadas por conta da violência. Este momento marca um novo tempo.

Tenho certeza de que o nosso partido, que foi o primeiro a se posicionar favoravelmente à intervenção federal, mais uma vez entende a importância dessa medida que será tomada. Não se trata apenas de colocar tropas na rua, como muitos dizem, trata-se também de fazer uma reestruturação que acreditamos ser necessária neste momento, para estabelecermos um novo modelo de segurança pública. Com ele verificaremos questões que envolvem a relação intrigante do poder público, da polícia e de outros atores com a criminalidade que hoje marca o Rio de Janeiro, num momento triste do nosso País.

Eu tenho convicção de que a intervenção marcará algo que poderemos observar num futuro próximo para buscarmos um novo modelo de segurança para o nosso País. O modelo de segurança pública que estamos observando, infelizmente, em vários Estados, não apenas no Rio de Janeiro, vive uma situação crítica. Há uma sensação de insegurança, a violência é crescente, e existe uma relação promíscua entre vários setores.



É necessário que a intervenção sirva para dar segurança à população nas ruas, mas é necessário também que essa intervenção sirva para verificarmos a estruturação que existe; para termos inteligência para valer; para combatermos o crime organizado; para combatermos o tráfico, que arruína milhares de famílias e, infelizmente, provoca toda essa onda de criminalidade.

Nosso partido, que desde o primeiro momento marcou posição a favor da intervenção federal na área da segurança pública — não se trata de intervenção militar —, vai votar favoravelmente à matéria e elogia a postura audaciosa do Presidente de editar, neste momento, esse decreto de intervenção.

O PPS se posiciona favoravelmente à intervenção e acredita que seja necessária neste momento. Ela é um remédio amargo, mas eu tenho certeza de que poderá marcar este novo tempo. Não é o que queríamos, se a situação estivesse boa, mas é o que temos para minimizar os danos que a população vem sofrendo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arolde de Oliveira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

Depois, vou abrir a Ordem do Dia.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, inicialmente, eu agradeço ao meu Líder do PSC, o Deputado Professor Victório Galli, que desde o início apoia a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, por me abrir espaço como Parlamentar do Estado para fazer este pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, independentemente das motivações reais e alegadas para que essa intervenção fosse feita, ela veio atrasada — deveria ter sido feita há muito tempo.

Eu mesmo, inúmeras vezes, assomei a esta tribuna ou usei os microfones de aparte pedindo a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, que nós fizéssemos uma intervenção constitucional, dentro do Estado de Direito, como a que está ocorrendo no Rio de Janeiro, para colocar um fim a essa situação de morte de policiais, de morte de inocentes e de confrontos absurdos, atribuída ao crime organizado, ao tráfico de armas e ao tráfico de drogas. Agora estamos tendo essa oportunidade.

Enganam-se aqueles que pensam que as Forças Armadas, particularmente o Exército Brasileiro, vão se prestar à manipulação, ao espetáculo midiático. Não se iludam! O Comando Militar do Leste é a maior tropa organizada no Brasil, e o seu Comandante sabe o que vai fazer e não vai se prestar a ser joguete de imprensa, da Oposição, de quem quer que seja. Nós teremos a oportunidade ímpar de criar um modelo para ser aplicado em todo o Brasil, porque, como pesquisas têm demonstrado, não é só o Estado do Rio de Janeiro que está nessa situação de total



insegurança, em que a população está abandonada, sitiada, jogada à sanha da bandidagem.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, precisamos dar todo o apoio que for necessário para que as Forças Armadas consigam cumprir a sua missão. Precisamos dar apoio orçamentário. E o apoio do Judiciário vai ser fundamental.

Uma questão que não sabemos exatamente como vai ficar é a do poder de polícia. Não se iludam! Haverá confrontos, e, nesses confrontos, nós teremos crises de interpretação de leis. E é o Poder Judiciário que tem de estar apoiando essas ações do Exército.

Nós queremos um Brasil ordeiro, um Brasil que esteja de acordo com toda a questão do Estado de Direito. Nós queremos verdadeiramente liberdades individual e coletiva e direito de ir e vir, e é isso o que nós, a partir do Rio de Janeiro, estamos tendo oportunidade de levar à nossa população. Ordem, Sr. Presidente. Progresso, Sr. Presidente. Um Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 006.4.55.O

Data: 19/02/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 388 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje numa noite inusitada. Depois da promulgação da Constituição de 1988, é a primeira vez que se recorre à intervenção federal para sanar um determinado problema no Brasil. Pela Constituição, essa intervenção não seria necessariamente militar, mas ela veio com viés militar. E veio através de que tipo de circunstância?

O Governo ilegítimo do Sr. Michel Temer não tinha votos para aprovar a reforma da Previdência. Aliás, quero saudar os milhões de brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras, que hoje se manifestaram indo às ruas ou colocando um sinal de luto e de protesto contra aquele famigerado e cruel texto da reforma da Previdência que foi derrotado. A reforma da Previdência morre pela inépcia e pela falta de votos da base do Governo ilegítimo do Sr. Temer! E uma cortina de fumaça ergue-se para tentar fazer com que a fragilidade do poder civil seja substituída pela prestigiosa imagem das Forças Armadas brasileiras. Para nós, isso é muito sério, porque a cortina de fumaça que se ergue é de uma fumaça tóxica, é de uma fumaça que poderá generalizar intervenções militares Brasil afora e macular o tecido democrático já fragilizado no Brasil.

Por isso, o PCdoB votará contra esse decreto, que é eivado de vícios, é politizado, não tem definido o que será realizado. E começam a aparecer medidas tangentes, como esta que não pode ocorrer: mandado de busca e apreensão coletiva, que é o prenúncio do ferimento de direitos humanos e da possibilidade do ferimento democrático.



Encerro, assim, dizendo que hoje entregarei a Liderança no rodízio normal anual que o PCdoB realiza, um rodízio que fazemos, inclusive, para expor os nossos Deputados e Deputadas às suas competências, à sua ação, à sua capacidade de liderar.

Agradeço a todos e todas. Abraço o Colégio de Líderes, que nos recepcionou; a Minoria, que nos incorporou ao Deputado José Guimarães nas decisões estratégicas da Oposição, que resistiu bravamente à entrega do Brasil. Semanalmente uma fatia do Brasil é entregue ao capital estrangeiro.

Anuncio que o nosso Líder será o ex-Ministro Orlando Silva, Ministro esse que nos honrou nos Governos de Lula e Dilma, Ministro esse que teve papel determinante na expansão da política de esportes do Brasil, que trouxe a Copa do Mundo e as Olimpíadas e que é um camarada de grande respeito interno, no PCdoB, e externo.

E, para mais do respeito, eu que o vi líder estudantil tenho por ele um afeto especial e uma confiança de que continuará liderando aqui, e daqui, a bancada do PCdoB, para que continue dialogando com a população brasileira em torno das teses da democracia, tão atingida neste momento.

Neste minuto final, quero chamar o Deputado Orlando Silva a vir a esta tribuna para finalizar aquilo que fará durante este ano na liderança da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados.

Um forte abraço e muito obrigada a todas e a todos. *(Palmas.)*



O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Agradeço à Deputada Alice Portugal.

Presidente Rodrigo Maia, peço a V.Exa. 1 minuto para agradecer a liderança da nossa querida Deputada Alice Portugal, que representou dignamente a nossa bancada, assim como os Deputados Daniel Almeida e Jandira Feghali, nesta Legislatura. Aliás, a minha presença garante paridade entre Deputados e Deputadas na direção da bancada, como é a nossa bancada.

Eu gostaria, num dia como este, de celebrar apenas a assunção à condição de Líder, mas devo dizer que assumo para reafirmar o compromisso de combatividade da bancada do PCdoB no dia em que, infelizmente, este Parlamento se verá obrigado a votar uma matéria polêmica, uma matéria controversa.

Há uma frase famosa que diz que, para problemas complexos, há sempre soluções simples e erradas. É o que se passa com a proposta apresentada pelo Governo Michel Temer. O regime militar, quando fez intervenção em Estados; o regime autoritário, quando fez intervenção em Estados, se deu ao trabalho de elaborar uma exposição de motivos. Aqui chegou um decreto de uma página, sem nenhum fundamento. Por quê? Porque não há fundamento na proposta apresentada pelo Governo.

Mas a bancada do PCdoB vai lutar para impedir que esse decreto seja aprovado na noite de hoje, para defender o direito à proteção e à segurança da população do Rio de Janeiro, mas com medidas estruturantes, não com factoides, como o que foi proposto pelo Governo Temer.

Agradeço a compreensão de todos. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agradeço à Deputada Alice Portugal a nossa ótima relação ao longo do ano passado.

Eu peço a atenção dos nobres Deputados e Deputadas, pois vou fazer um breve pronunciamento, que acho que, na noite de hoje, é bastante importante.

Desde a redemocratização do Brasil, marcada pela promulgação da Constituição de 1988, é a primeira vez que o Executivo Federal decide intervir num Estado, numa Unidade da Federação — no caso, o Rio de Janeiro.

Mais forte do que isso, pela segunda vez na história da República, o Governo intervém num Estado federado em plena vigência das liberdades democráticas e submete o seu ato ao rito constitucional disposto na Carta de 1988. Estamos seguindo a Constituição democrática de 1988.

Por isso, Câmara e Senado têm de votar o decreto de intervenção, aprovando-o ou suspendendo-o, como estabelece o art. 49, inciso IV, da Constituição Federal.

Somos chamados a superar diferenças ideológicas, conceitos diversos de gestão da máquina pública, para mostrar união contra um inimigo comum a todos os homens e mulheres de bem, um inimigo comum a todos que têm espírito público: o crime organizado.

Estamos numa guerra contra o crime. A nossa arma é a Constituição e a nossa missão é defender a democracia, dando ao Estado os poderes excepcionais previstos na Constituição para assegurar a manutenção da ordem e do Estado Democrático de Direito.

As Forças Armadas, a Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal estão sendo convocadas pelo Presidente da República, que é o



seu comandante, para uma missão fundamental na defesa da democracia: combater e vencer o crime organizado.

Não se trata de intervenção militar — longe disso —, vamos votar aqui um decreto de intervenção do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro. Diga-se, de forma clara e direta: se fosse uma intervenção militar, esta Casa — com toda a razão e com todo o meu apoio e energia — a derrotaria.

Estamos nos preparando para votar um decreto de intervenção constitucional e democrática em um dos entes da Federação da nossa República. Isto está previsto no art. 84 da nossa Constituição.

Infelizmente, essa intervenção torna-se urgente e necessária...

O SR. GLAUBER BRAGA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - ... porque o poder estadual exauriu sua capacidade para impor autoridade. É necessário asseverar isso: o Governo do Rio de Janeiro sucumbiu à desordem. Torna-se urgente e inadiável fazer prevalecer a ordem, levar de volta a paz de espírito às ruas do Rio de Janeiro e de todo o País também.

A intervenção fará a máquina do Estado convergir todo o seu poder e todos os seus instrumentos para a vitória contra o crime, contra os criminosos, contra os bandidos. A intervenção é um instrumento constitucional, é dispositivo do livro basilar das democracias: a Constituição.

A democracia é o poder do povo para o povo. Quando esse poder exercido pelo Estado é sequestrado, é roubado, é espoliado pelo crime organizado, só resta a esse mesmo Estado reagir usando as suas ferramentas, as armas que a



Constituição nos dá para combater os bandidos. A intervenção é, nesse momento, a maior das ferramentas.

O art. 49, inciso IV, da Constituição diz expressamente que cabe ao Congresso Nacional, por meio de votações em maioria simples, na Câmara e no Senado, aprovar ou suspender a intervenção já decretada pelo Chefe do Poder Executivo. O texto constitucional é claro quando fala em suspensão do decreto. A eventual rejeição do ato presidencial o suspenderia — e ele já produz efeitos desde a sua publicação.

Ou aprovamos ou rejeitamos o decreto presidencial. Não cabe, portanto, a esta Casa eventuais emendas modificativas — é o que diz a nossa Constituição.

Não é razoável imaginar que o Rio consiga superar sozinho a exaustão da autoridade e a falência da gestão. É por isso que a intervenção federal se impõe. E é por isso que os três Poderes da República, cada um deles cumprindo seu papel constitucional, com a independência e a harmonia previstas na Carta Magna — e, sobretudo, ouvindo o apelo da sociedade —, agem firme e decisivamente para dizer aos criminosos e aos bandidos:

Basta! Basta de assistir a famílias destroçadas por tragédias! Basta de nos chocarmos com a imensurável dor de pais e mães que perdem seus filhos e filhas brutalmente assassinados, em alguns casos cidadãos ou cidadãs, crianças mortas dentro de suas próprias casas por balas perdidas, vítimas inocentes tragadas pela criminalidade e transformadas em estatísticas. Basta de ver as nossas metrópoles como cidades partidas e



medievais, onde muralhas e aparatos sofisticados de segurança são necessários e até indispensáveis para garantir ao cidadão o simples direito de andar nas ruas.

Basta!

Conheço esta Casa. Sei que neste grave momento ela não faltará à sua responsabilidade. O nosso papel não é apenas cancelar a intervenção no Rio, onde ela se impõe agora e já, mas é também o de deixar claro que o Estado brasileiro e nós, o Congresso Nacional, não seremos omissos onde e quando o crime organizado seguir ameaçando a autoridade do Estado. Afinal, cabe ao Estado — e só a ele — o uso coercitivo da força para manter a lei e a ordem.

Ao colocar aqui, como Presidente da Câmara e como Deputado do Rio de Janeiro, a minha posição, faço-o com todo o respeito a cada partido político, a cada um dos Parlamentares, a cada grupo ideológico representado neste Plenário. E este Plenário é a representação do conjunto da sociedade brasileira.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Governo Federal assegura ter realizado extensos estudos sobre todos os passos dessa intervenção. Ela é um caminho árido, é uma estrada na qual todas as forças do Estado, sob o comando do Presidente da República, só têm uma saída: vencer — vencer o crime organizado, vencer sem recuo. Estou certo de que o Poder Executivo sabe bem disso.

Esta Casa acompanhará, avaliará e fiscalizará todos os atos dessa intervenção, que seguramente não encontrará limites nem orçamentários, nem burocráticos ou de qualquer ordem para assegurar a vitória do Estado e da sociedade sobre a bandidagem, sobre os criminosos, que a todos ameaçam. O crime não pode vencer. Os criminosos têm que ser derrotados.



Há uma frase de Winston Churchill que diz: *“Na guerra é inútil dizer que vamos fazer o possível. Precisamos fazer tudo o que for necessário.”*

Convoco cada um dos presentes a debater e deliberar o decreto presidencial da intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Este é o papel necessário que nos cabe agora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Art. 17, § 2º, do Regimento Interno da Casa.

Eu peço, inclusive, que o tempo possa ser disponibilizado para a formulação da questão de ordem.

Art. 17

§ 2º Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a presidência ao seu substituto, e não a reassumirá enquanto se debater a matéria que se propôs discutir.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente, que eu faço neste momento. Se quiser falar como Deputado do Rio de Janeiro, transmita a Presidência para outro Parlamentar.

Termino a questão de ordem dizendo: é muita hipocrisia V.Exa., que é aliado do chefe da organização criminosa chamado Michel Temer, vir com esse discurso de campanha eleitoral para o Plenário da Câmara dos Deputados — hipocrisia e ilegalidade!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu usei o § 3º do art. 17.



Já está respondida a questão de ordem.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. RODRIGO GARCIA (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

Está claro, Sr. Presidente, que o Deputado Glauber não leu, na plenitude, o Regimento Interno desta Casa. O § 3º é claro ao dizer que o Presidente pode se manifestar em relação a temas nacionais.

O DEM contradiz a questão de ordem do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós participamos de uma reunião — eu quero chamar a atenção do Plenário — com V.Exa., cinco partidos, há pouco tempo.

E, nessa reunião, nós fizemos várias ponderações de natureza técnica e política. A reunião foi boa, mas não chegamos a nenhum acordo sobre a tramitação dessa matéria.

No entanto, há uma questão a que V.Exa. respondeu na hora, mas não importa... Eu sei da posição pessoal de V.Exa., mas o que nós vamos votar vai ficar registrado nos Anais desta Casa e vai ficar registrado neste Plenário Ulysses Guimarães.

Lamentavelmente — e eu sei que V.Exa. não concorda —, o decreto presidencial diz:

Art. 2º



Parágrafo único. O cargo de Interventor é de natureza militar.

Eu sei a opinião de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu já expliquei isso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Não é correto o Governo querer, nesse decreto, nesse parágrafo único, resolver o problema de um militar que iria para a reserva.

Esta Casa não pode se submeter a isso. É um erro histórico nós estarmos dizendo que essa é uma intervenção militar. Está aqui no parágrafo único que é intervenção militar.

Eu sei da posição de V.Exa., mas isso não é correto, porque essa vai ficar, Presidente, registrada nos Anais desta Casa como sendo uma intervenção militar.

Eu ouvi isso hoje do Presidente da República na reunião do Conselho da República.

Portanto, eu queria solicitar a V.Exa. que esse artigo fosse retirado, em nome da democracia e em nome deste Parlamento, até porque isso é inconstitucional.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

MENSAGEM Nº 80, DE 2018

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 80, de 2018, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do decreto que “Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PSDB, tem a palavra o Deputado Nilson Leitão. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Um de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A ordem é: Deputado Nilson Leitão...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente. Nós tínhamos combinado também na reunião de fazer pelo menos mais inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não. Isso aqui é Liderança. Outra coisa é debate. Fique tranquilo. Fique tranquilo.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Nilson Leitão, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Silas Câmara, Deputado Júlio Delgado e Deputado Marcelo Matos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Está bom um de cada lado, dois de cada lado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança, tem a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta é uma noite que este Parlamento não viveu nas últimas legislaturas. Mas é bom lembrar que a pior atitude é não ter atitude. Essa é a pior delas. A intervenção é medida, sem dúvida nenhuma, excepcional; uma medida dura, mas necessária, na nossa modesta opinião, para a situação dramática da segurança do Rio de Janeiro, admitida pelo próprio Governador e, claro, argumentada por colegas de outros Estados que também têm um índice de violência, de homicídios graves, talvez com números até acima dos do Rio de Janeiro. O caso do Rio é realmente um caso que podemos colocar como diferente.

Eu lembro bem quando saiu a notícia da intervenção e conversei com o Deputado Otavio Leite, ainda surpreso com a notícia, tentando entender qual seria a consequência disso. Eu imagino como está a cabeça de todos os Parlamentares cariocas, aqueles favoráveis e aqueles contrários; aqueles que talvez ainda insistam em buscar outro caminho para essa solução.

Mas não se pode negar, não apenas pelas notícias que ouvimos e vimos pela imprensa, que as pessoas saem para trabalhar e não sabem se voltam para casa; que os pais deixam os filhos na escola com medo de eles serem alvos de uma bala perdida — isso não é mais suposição, há exemplos, casos —; que as famílias dos policiais vivem a angústia de que eles poderão ser as próximas vítimas.

Nós temos na intervenção uma medida de proteção à sociedade. Alguns levantaram a hipótese de essa ser uma atitude ou uma intervenção eleitoreira. Eu



não estou aqui para advogar para o Presidente Michel Temer, mas vou advogar para o Estado brasileiro. Não faço homenagem apenas ao Ministro Raul Jungmann, que, com certeza, não tomou essa decisão sem antes ter feito um estudo profundo da situação do Rio de Janeiro. O Ministro Raul Jungmann é pernambucano. Em seu Estado, também há um índice altíssimo de homicídios violentos. Mas esse também não é o mesmo caso. A população do Rio espera que a intervenção tenha resultados efetivos e também cobra ações permanentes no combate às causas.

O que é importante lembrar, Ministro Raul Jungmann — e tenho convicção de que isso já se iniciou de forma mais efetiva —, é o combate ao tráfico das nossas fronteiras. O Rio não é causa; o Rio é consequência. A causa, sem dúvida nenhuma, está nas nossas fronteiras. Eu moro em um Estado onde a fronteira seca é imensa. Ainda recebemos o tráfico em todo tipo de veículo, às vezes, em bicicleta, em charrete, até em mochila. Ainda estamos devendo algo para essa fronteira. Mas esse também não pode ser o argumento para que não haja intervenção no Rio de Janeiro.

Nós sabemos que melhorar a gestão do setor e fazer investimento em área de inteligência é muito necessário. Nós sabemos que os Estados brasileiros também precisam ter como prioridade a segurança pública e o combate ao crime organizado. Isso é tão claro que os Estados que de fato investiram tiveram resultados melhores. Não quero aqui fazer comparativos, mas quero, sim, fazer referência ao Estado de São Paulo, onde o índice de violência caiu de forma vertiginosa.

Hoje, nós temos, para cada 100 mil habitantes, menos de 9 homicídios. Já foram 35 homicídios. O número caiu muito. Outros Estados talvez não tenham feito o dever de casa. Nem por isso, podemos tratar todos de forma igual.



O caso do Rio de Janeiro, sem dúvida nenhuma, é um caso que precisava de uma atitude. Não dava mais para assistir a uma caixa de ressonância como aquela, verbalizada e reverbalizada nacional e internacionalmente, colocando o Brasil como um país que não tem segurança nenhuma.

Eu não sei qual será, de fato, o resultado. Mas tenho certeza de que, sem essa atitude, não haveria resultado nenhum. Nós somos representantes do povo, e, nessa condição, temos o dever de ouvir os apelos da população e aprovar o decreto.

O povo do Rio de Janeiro é o povo brasileiro. O povo do Rio de Janeiro precisa ter, de fato, a sensação de segurança. Não pode mais ter escola ilhada. Não pode mais ter comunidades ilhadas. Nós não podemos viver nesse regime de exceção.

A pergunta que faço para os partidos que vão votar contra o decreto: como vocês votariam contra a família de vocês se estivessem vivendo o que está vivendo o Rio de Janeiro?

Desacreditar da força do Exército brasileiro, das Forças Armadas do Brasil? Duvidar disso? Como? Ela serviu a todos os Governos, e serviu bem inclusive ao PT.

As Forças Armadas têm que ter, sim, o nosso respeito. Como colocar em xeque, colocar em dúvida, a competência das nossas Forças Armadas? O que se tem que colocar agora é aquilo que o próprio Governador do Rio de Janeiro colocou: o Rio não tem mais capacidade de comandar a segurança pública do Rio de Janeiro. O Exército brasileiro vai comandar, e vai comandar com muito mais segurança. Vai comandar dando, sim, segurança ao povo do Rio.



Não era isso o que nós queríamos. Não era aonde queríamos chegar. Mas chegamos. Eu acredito que será o melhor. Por isso, o PSDB vai encaminhar o voto “sim” ao decreto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu quero apenas informar à Oposição — já conversei com o Deputado José Guimarães — que nós não estamos querendo votar de forma acelerada, não. Vamos fazer o debate. Vão ser mais do que três oradores de um lado e do outro. Não há problema nenhum. É só para todo mundo ficar tranquilo. Não se preocupem com o *kit* obstrução, porque temos ainda 1 hora e meia, 2 horas e meia de sessão. E, depois das 11 horas, nós votamos com tranquilidade, para ninguém falar que não participou e que não houve debate. É só para ficar todo mundo tranquilo. Hoje, vai haver só essa pauta. E, com muita tranquilidade, nós vamos votar.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a bancada do Partido dos Trabalhadores tem muito claro que, hoje, um dos grandes desafios do nosso País é o enfrentamento do crime organizado, do tráfico de drogas, do tráfico de armas.

Sabemos também que em vários Estados da Federação, neste último período — inclusive pela ausência de políticas do Governo Federal, do controle das fronteiras, de ações integradas com os Estados —, esses indicadores de violência e criminalidade têm exigido respostas das autoridades.

Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, em 27 de outubro, todos os Governadores do País estiveram reunidos com os Ministros Sergio Etchegoyen, Torquato Jardim, Raul Jungmann e Aloysio Nunes. Foi lançado um documento chamado *Carta do Acre*, no qual o Governo Federal se comprometeu a adotar uma série de medidas. Nenhuma — nenhuma, repito — delas saiu do papel. Nada daquilo a que o Governo Federal se comprometeu com os Estados saiu do papel.

Existe, desde julho do ano passado, um decreto que permite o uso das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Esse decreto foi prorrogado em janeiro. Algum dos senhores ou senhoras conhece algum relatório de quanto foi gasto, onde foi investido, quais indicadores diminuíram?

Senhoras e senhores, o Exército ficou 14 meses na Maré e gastou 600 milhões de reais. Isso não reduziu nenhum indicador de criminalidade ou violência no Rio de Janeiro. O Comandante-Geral do Exército veio a esta Casa e disse: “*Não é tarefa do Exército!*”



Qualquer pessoa com o mínimo de informação sabe que para combater o crime organizado é necessário inteligência, investigação, trabalho profissional. Não há, no mundo, nenhuma experiência bem-sucedida da utilização das Forças Armadas para combater o crime organizado. As experiências recentes da América do Sul e da América Central, no Peru e no México, foram desastrosas.

Este é um Governo falido, este é um Governo derrotado, este é um Governo rejeitado por 97% da população brasileira e que teria que chegar hoje aqui e anunciar que não tem os votos para destruir a previdência pública no Brasil. É um Governo irresponsável, que, num gesto politiqueiro, sem planejamento, joga com o sentimento justo e necessário da população, que quer ter mais segurança. É um Governo que não tem, Sr. Presidente, nenhum interesse em enfrentar efetivamente os graves problemas da segurança pública no Brasil.

Senhores e senhoras, o Estado do Rio de Janeiro é o 10º Estado do Brasil nos indicadores de mortes violentas para cada grupo de 100 mil habitantes. No indicador internacional da violência, a cidade do Rio de Janeiro está no 20º lugar. Por que a intervenção no Rio de Janeiro? Pela repercussão política? Pelo interesse eleitoral? Porque lá está a Rede Globo?

Ora, senhores e senhoras, qualquer pessoa que tenha o mínimo de bom senso sabe que este Governo, neste momento, está em busca de muitas coisas, mas, com certeza, nenhuma delas é a preocupação com a vida do cidadão e da cidadã do Rio de Janeiro.

Meus amigos e minhas amigas, o Governo diz que vai fazer uma intervenção, mas, se tiver os votos para votar a reforma da Previdência, pode suspendê-la a qualquer momento.



Queremos dizer que temos o maior respeito pelo trabalho das Forças Armadas; que muitas vezes usamos essa parceria com o Exército nos nossos governos, nos grandes eventos, como Olimpíadas, Pan-americano e Copa do Mundo, mas lembramos que o General foi avisado da intervenção 5 horas antes da coletiva. Isso prova que não havia nenhum planejamento!

Esse tema é muito sério. O povo brasileiro não pode ser submetido a uma situação como essa. As Forças Armadas merecem todo o nosso respeito, mas convenhamos: os senhores acham mesmo sério que um Governo cujo Presidente, Michel Temer, há poucos meses foi acusado pelo Ministério Público Federal de ser o chefe de uma perigosa organização criminosa e cujos Ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha só não estão na cadeia porque este Congresso não permitiu que eles fossem afastados pode coordenar alguma ação de combate ao crime organizado no País? Ninguém acredita nisso! Todos sabem que é uma aventura em busca de um candidato, porque o golpe não tem representante.

Ouvimos agora a ideia de que o Governo quer negociar com a Justiça mandados de busca e apreensão coletivos. Os senhores sabem o que significa isso? As senhoras sabem o que significa uma autorização judicial para que a polícia possa, botando o pé na porta, entrar em todas as casas de trabalhadoras e trabalhadores, com jovens e crianças, num bairro, numa vila da periferia de qualquer cidade, de dia ou de noite? E para defender o quê? E aqueles grandes donos de helicópteros, que transportam 450 quilos de pasta base de cocaína, que sequer foram investigados; e aqueles que atuam nos grandes esquemas de corrupção dos palácios, dos bairros nobres vão receber esse tratamento? Contra eles haverá mandados de segurança coletivos? *(Palmas.)*



Senhoras e senhores, se juntarmos todas aquelas imagens que a Rede Globo mostrou durante o carnaval, veremos que não somam 10% do que foi encontrado no apartamento do Geddel. Enchem a boca para dizer que é preciso combater os vagabundos, os criminosos, mas montam uma *mise-en-scène* para se dirigir a Eduardo Cunha, a Geddel e a tantos outros, verdadeiros criminosos que saquearam o dinheiro deste País, que falta para a saúde, que falta para a assistência social, que falta para as políticas de inclusão, para gerar empregos, para atender a uma juventude que hoje sofre com a falta de perspectivas de um Governo que está destruindo a nossa soberania e a esperança do povo brasileiro de ter uma vida melhor.

Todo governo fracassado tenta inventar uma guerra, num gesto de desespero. Vejam o que aconteceu com a Argentina, quanto do ditador Galtieri, já no final de sua carreira, levou o povo a assistir a uma mortandade de milhares de jovens em uma aventura na busca de popularidade.

Estamos aqui diante de um fato histórico. Nós seremos cobrados ao longo do tempo, porque essa é uma porta que se está abrindo e não se sabe como será fechada. Pode ser o início de um processo acelerado de constituição de um Estado de exceção, de um Estado policial sem controle, senhoras e senhores.

Este Parlamento tem o dever constitucional de dizer “não”. E a bancada do Partido dos Trabalhadores votará “não” nesta Casa, esta noite. (*Palmas.*)

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117, XII, combinado com o art. 186, inciso II, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento de retirada de pauta da MSC 80/2018, seja realizada pelo processo nominal.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2018.

Deputado Ivan Valente

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra, para falar a favor, ao Sr. Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que acompanham a sessão neste momento, palavras do Comandante do Exército, o General Villas Bôas: “*desgastante, perigosa e inócua*”. Esses foram os termos empregados sobre a utilização do Exército em atividades de segurança.

Em audiência no Congresso Nacional, no Senado, o General Villas Boas disse, referindo-se à Maré:

E eu, periodicamente, ia até lá e acompanhava o nosso pessoal, as nossas patrulhas na rua, e um dia me dei conta (...). Os nossos soldados atentos, preocupados – são vielas –, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: Estamos aqui apontando arma para a população brasileira.

Essas são as palavras do Comandante do Exército.

É uma irresponsabilidade a aprovação desse decreto. As Forças Armadas têm um papel fundamental na defesa da soberania brasileira. Fazer com que esse decreto seja aprovado sem uma ampla discussão com a sociedade brasileira é simplesmente fazer o jogo com aqueles que são uma quadrilha articulada em crime organizado, comandada pelo Sr. Michel Temer.

Eu pergunto aos Parlamentares do Rio de Janeiro que se deslocaram até os microfones se esta mesma definição que os senhores têm para crime organizado se



refere àqueles que compuseram e compõem o Governo do Estado do Rio, sendo base de apoio, primeiro, do Sr. Sérgio Cabral e, depois, do Sr. Pezão e do Sr. Michel Temer.

Santa hipocrisia!

Foram utilizados 600 milhões na Maré. Repito: 600 milhões! Quanto será utilizado agora, nessa operação para desfocar — é a famosa doutrina do choque — e o Governo conseguir diminuir as resistências para implementar o seu programa econômico?

Senhoras e senhores, não tentem enganar a população do Rio de Janeiro! Não tentem enganar a população brasileira!

Nós votaremos “não” a esse decreto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contrariamente, tem a palavra o Deputado Cabo Daciolo.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/AVANTE-RJ. Sem revisão do orador.) - Glória a Deus! Glória a Deus!

No dia 12 de maio de 2016 foi protocolado o pedido de intervenção federal no Rio de Janeiro.

Deputado Pedro Paulo, eu sempre acreditei que isso ocorreria, e hoje nós estamos vivendo este momento.

No entanto, esta intervenção está incompleta, porque o problema do Rio de Janeiro não está apenas na segurança: está na saúde, na educação, no transporte. O problema do Rio de Janeiro é a quadrilha dos engravatados que está instaurada no nosso Estado. Tem que ser presa a quadrilha por completo. Cabral está preso,



mas Pezão está solto. E muitos outros ainda estão soltos. Todos têm que ser presos.

Nós temos aqui representantes de todos os Estados. Temos Parlamentares de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, do Pará, do Amapá, de Pernambuco, da Bahia, de Goiás, do Ceará. Por que eu, Cabo Daciolo, estou dizendo isso? Porque esses são nove Estados com índice de violência maior do que o Rio de Janeiro, que se encontra em décimo colocado. Eu estou falando de 60 mil pessoas que morrem por ano no Brasil. Essa intervenção federal tem que ser ampliada para toda a Federação, porque o problema não é só no Rio de Janeiro.

Agora, por que nós estamos vivendo este momento? E que momento nós estamos vivendo! Tudo o que se planta na Terra aqui se colhe. O que acontece é que, desde o Governo do Fernando Henrique, passando por Lula, Dilma e pelo atual, o temporário Michel Temer, estão sucateando as Forças Armadas.

Num País que nunca zelou por educação — falam, até, de Pátria educadora, mas nunca se zelou pela educação! —, os jovens, quando completavam 18 anos, iam prestar o serviço militar e aprendiam algo. Agora não mais. Agora os nossos jovens vão direto para o tráfico. Os poucos que prestam o serviço militar aprendem tudo de armamento e vão também para o tráfico.

Tudo o que estamos vivendo é consequência do que fizeram as autoridades que estão no poder.

Eu acredito — e já posso até ouvir — que vai expandir essa intervenção federal, e ela vai chegar ao Congresso Nacional. Já posso até ouvir o barulho da tropa! E aí nós vamos prender os verdadeiros bandidos, os engravatados.



Quero dizer que juntos somos fortes, que não podemos dar um passo para trás e que Deus está no controle.

Intervenção federal já!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota “sim”, porque nós entendemos que é importante que o povo brasileiro, e principalmente o do meu Estado, o Rio de Janeiro, veja o que está acontecendo neste momento nesta Casa.

Sr. Presidente, nós devemos defender o povo do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo-lhe segurança pública. O que estamos vendo é que as favelas serão altamente prejudicadas quando as Forças Armadas forem para lá. Vão morrer os nossos jovens, os nossos soldados do Exército que estarão trabalhando no mesmo local onde moram.

Nós não concordamos com isso. Considerar a favela um território hostil é de uma...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que essa matéria não deveria sofrer, nesta Casa, qualquer obstrução ou oposição, pois é um decreto que vem resolver uma verdadeira guerra civil que acontece no nosso Estado, com destaque para o Rio de Janeiro. E essa primeira medida, sem dúvida alguma, tem base legal. É a primeira, sim, depois da Constituição de 1988, que nós ajudamos a elaborar, mas tem todas as condições jurídicas e foi amparada em tudo o que a Constituição exige.

A Oposição tentando obstruir é uma coisa que não se entende. O Rio de Janeiro não vai perdoar.

Sr. Presidente, nós votamos “não” ao requerimento que tem como objetivo a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável a mesquinhez do PT e da Oposição. Para se contrapor a qualquer custo ao Governo do Presidente Temer, acaba se contrapondo às famílias do Estado do Rio de Janeiro, deixando de considerar a sua angústia, a sua dor, o seu sofrimento.

É óbvio que essa não será a solução de todos os problemas, mas algo precisa ser feito. E neste instante, em nome da democracia, sim, é algo que se pode fazer. E digo “em nome da democracia” sim, porque o que pode afetar a democracia é a bandidagem tornar refém toda uma população. Em nome da democracia, o



Estado tem que estar presente para socorrer os mais pobres e a população carioca como um todo.

Portanto, o PSDB orienta o voto “não”.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Rio de Janeiro está em guerra; está em estado de sítio. Ele é um Estado maravilhoso, com uma cidade maravilhosa. Eu acho que o Rio de Janeiro é a segunda cidade de todos nós. Todos nós brasileiros amamos o Rio de Janeiro, amamos a beleza do Rio de Janeiro, o povo do Rio de Janeiro.

Mas infelizmente, mesmo sabendo que essa ação não seria realizada para resolver o problema, nós precisamos de uma ação imediata, emergencial, para que possamos sair dessa crise. E essa ação talvez seja, no momento, o que pode ser feito.

Por isso, nós somos contra o requerimento, que tem o objetivo apenas de procrastinar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai votar “não” a esse requerimento de retirada de pauta, entendendo que o Rio de Janeiro vive realmente um momento dos mais difíceis na convivência dos seus cidadãos. A insegurança que reina hoje no Rio de Janeiro exige ações firmes, duras, para que possa ser coibida aquela intranquilidade em que vive todo o povo do Estado.



Portanto, o PR entende que esse decreto realmente deve ser aprovado. E deveria ser aprovado pela unanimidade dos membros desta Casa, Sr. Presidente, porque o que todos nós queremos é a segurança, é ver garantido o direito de ir e vir de cada cidadão, não só do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. RODRIGO GARCIA (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas entende que essa é uma matéria de interesse nacional. Hoje, ao longo do dia, nós tivemos a oportunidade de conversar com toda a bancada e entendemos que a intervenção na segurança pública do Rio não é apenas uma oportunidade de restabelecer a lei e a ordem naquele Estado tão amado por todos nós, brasileiros, mas também uma oportunidade de procurar experimentar avanços na segurança pública de todo o Brasil. Então, aprovar aqui o decreto de intervenção na segurança do Rio de Janeiro é ajudar a resolver o problema da segurança pública em todo o País.

Por isso, o Democratas entende que é necessário nós votarmos e aprovarmos essa matéria com urgência na noite de hoje, para que ela siga o seu trâmite e vá ao Senado Federal e para que aquela Casa cumpra o seu papel.

Portanto, o Democratas encaminha a orientação “não” à votação nominal do requerimento de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo em nome da minha bancada, o PSB, que obviamente tem divergências acerca dessa matéria.



Mas, aproveitando a oportunidade que meu Líder Júlio Delgado me concede, quero deixar claro que a minha posição pessoal não é desconhecida deste Plenário, da minha bancada nem da minha bancada do Estado do Rio de Janeiro. Eu já fiz manifestações desta tribuna algumas vezes sobre isso e também registrei na Procuradoria-Geral da República o pedido de intervenção no nosso Estado — intervenção geral e depois intervenção na área de segurança e na área da saúde.

É nítida a situação que nós temos no nosso Estado. Aliás, pela primeira vez nesses 30 anos de Constituição, há agora uma ação efetiva. E muitos Estados reclamam que a União esteja presente na segurança pública. A questão da segurança pública não é apenas um problema do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota, Deputado? “Sim” ou “não”?

O SR. HUGO LEAL - Vou votar “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Como vota o PRB?

A SRA. ROSANGELA GOMES (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PRB votará “não” ao requerimento e “sim” à matéria, à intervenção federal.

Mas eu queria, como moradora do Estado do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense, fazer um alerta: só intervenção federal não será o suficiente. Nós precisamos ter muito investimento em educação; precisamos debater uma coisa que esta Casa se recusa a debater, que é o planejamento familiar; precisamos fazer a inclusão dos nossos jovens, quer seja nos esportes, quer seja na cultura; precisamos garantir o primeiro emprego, para que possamos dar oportunidade a todas as pessoas de forma igual.



Nós votaremos “sim” à intervenção, porque, infelizmente, o Rio de Janeiro perdeu o controle e o comando, mas ressalto que só isso não adiantará.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT está discutindo amplamente a matéria, conduzido pelo nosso Líder André Figueiredo, que vai colocar aqui a posição do partido e da bancada no momento oportuno. Mas entendemos que somos favoráveis a que a matéria seja apreciada com celeridade. Dessa forma, nós orientamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

O SR. SILAS FREIRE (PODE-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que nós gostaríamos que este Plenário tivesse em relação às duas denúncias contra o Presidente Temer a mesma disposição que tem hoje, para que apurássemos também o crime. É claro que nós gostaríamos que tivéssemos a mesma disposição. Mas é claro que nós não queremos o pior, não apostamos no “quanto pior, melhor”. Nós não podemos fazer isso nem com o Rio de Janeiro nem com o Brasil.

Por isso, o Podemos, através do seu aplicativo, durante 48 horas, ouviu o Brasil e constatou que 82% dos participantes da pesquisa concordaram em votar “sim” à intervenção.

Portanto, nós votamos “não” a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o momento que o Rio de Janeiro vive hoje é dramático. Aqui há uma discussão sobre a votação do decreto de intervenção na segurança pública do Estado, e há



partidos que querem adiar a votação, obstruindo a intervenção na segurança pública.

Policiais estão morrendo; pessoas estão sem direito de sair de casa; pessoas que vão curtir o carnaval têm seu celular furtado; há mais de 10 mil roubos de carga no Estado do Rio de Janeiro; empresas recusam-se a fazer entregas no nosso Estado; os Correios não podem entregar uma correspondência, porque o Estado está vivendo um caos na segurança pública.

Não podemos mais esperar. A intervenção na segurança pública hoje é uma solução. Não podemos deixar de acreditar e de ter esperança de que as Forças Armadas estão preparadas para lidar com esse caos que o Rio de Janeiro vive.

Por isso, o Solidariedade orienta que se vote “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) O PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente, porque acredita que é necessário discutir uma agenda da segurança pública.

O Rio de Janeiro e o Brasil merecem viver em paz, mas o Líder do PSDB erra porque manipula a ansiedade e o medo que vive a sociedade brasileira e manipula o Governo quando propõe um factóide.

O Líder falou aqui de medidas duras. Quais medidas? Não há medidas, porque não há qualquer planejamento. Qual é o orçamento dessa ação no Rio de Janeiro? Nenhum, porque não há projeto. Qual é o orçamento dessa ação no Rio de Janeiro? Nenhum, porque não há nenhum planejamento; é apenas um factóide para iludir a população brasileira.



Nós, em respeito à dor e à angústia de muitas vítimas da violência, neste momento, deveríamos discutir uma agenda estruturante para enfrentar o dilema da insegurança que afeta o nosso País.

O PCdoB não vai assinar um cheque em branco. Por isso, vota “sim”.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC, Sr. Presidente, vota “não”, porque nós acreditamos que essa intervenção é constitucional e legal. É preciso, sim, que o Exército vá às ruas e coloque moral no Rio de Janeiro.

Nós estamos nos solidarizando com os cariocas e votamos “não”. Estamos aqui para votar essa matéria!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Presidente, vota a favor da intervenção. Por isso, votamos contra a votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

Acreditamos que essa medida é extremamente importante. Mexe na estruturação e na inteligência do combate à violência, para podermos ter efetividade nas ações que o País espera. E o Rio de Janeiro será, sem dúvida alguma, um exemplo neste momento que nós vivemos.

Por isso, o PPS vota a favor da intervenção e contra esse requerimento. Somos contra a obstrução. O País necessita dessa intervenção federal, que não é apenas intervenção militar. A intervenção federal mexe na estrutura da segurança



pública do Rio de Janeiro, que há muitos anos clama por essa reestruturação necessária.

O PPS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PHS vota “não” a esse requerimento, porque hoje o Rio de Janeiro vive uma situação muito triste.

Nós estamos passando por tudo isso desde que foi implantada a primeira UPP. A UPP veio sem que se cuidasse do aspecto social; a UPP fez com que os bandidos migrassem para toda a Baixada Fluminense, para todo o interior do Estado.

Então, peço aos representantes que farão a intervenção que ela não aconteça só na Capital, e, sim, em todo o Estado do Rio de Janeiro. Temos que fazer essa intervenção também junto à cidade de Angra dos Reis, junto à Costa Verde, junto à cidade de Cabo Frio, Búzios. Não pode ficar só na Capital.

O PHS vota “não” ao requerimento e “sim” ao processo de intervenção.

Isso tudo só aconteceu por causa do descaso do Governo do Estado pelo nosso Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV entende o momento sério que o País atravessa. A criminalidade não acontece só no Rio de Janeiro.

A nossa bancada é contra a retirada de pauta. Vamos apoiar o decreto, pois acreditamos que a presença do Estado próximo à população no atual momento trará



segurança, mas também queremos mais clareza nas ações de médio e longo prazo, para que possamos ter algo duradouro não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também em toda a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, V.Exa., em seu pronunciamento, disse que existe uma guerra contra o crime, mas, se nós formos a fundo, veremos que há outras organizações criminosas.

A primeira delas está instalada no Palácio do Planalto. Tem nome e endereço: Michel Temer, Moreira Franco, Padilha.

Uma quadrilha está no Palácio Guanabara. O Governador deu uma declaração dizendo: "*Sim, eu errei*". Ele ficou em Piraí por uma semana, passando o carnaval, e disse: "*Sim, eu errei*". E depois se articula uma farsa para se fazer uma intervenção, mudando o foco geral da política, para sair da reforma da Previdência e cometer essa violência contra os pobres do Rio de Janeiro.

O PSOL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE, Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu creio que nós podemos fazer logo um anúncio sobre a votação do mérito do decreto. V.Exa. pode, de ofício, dizer que a votação será nominal. Isso tranquiliza todo mundo.

Eu por exemplo, desejo votar "sim" nominalmente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Miro, eu disse que mais que três Deputados falarão por um lado e três por outro e que a votação pode ser nominal. Não há problema nenhum. Aqui, quem está fazendo obstrução é a Oposição. Eu disse que não estamos com pressa e por isso vamos ampliar o debate além do Regimento, para que possamos fazer a votação de uma forma mais tranquila.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Vamos caracterizar bem o que se passa.

Não se está querendo garantir interstício. Nada, nada. Então, vamos caracterizar que a votação do mérito será nominal. V.Exa. já pode decidir isso. Diante disso, eu lhe digo que não vejo razão para uma votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema nenhum em ser nominal, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, declarada a obstrução, que é legítima, absolutamente legítima — normalmente, eu acompanho esse tipo de procedimento —, respeitando seus autores, dessa vez eu não os acompanharei. A REDE não os acompanhará. Nós votaremos “não” a esse requerimento.

E eu quero votar “sim” a essa intervenção com entusiasmo, quando chegar a hora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vejo ali o Deputado Raul Jungmann, que é o Ministro da Defesa.



Até agora, Ministro, esse Governo não apresentou o plano de intervenção no Rio de Janeiro. Esse Governo não apresentou os recursos que destinará ao Rio de Janeiro. Esse Governo, que tem 3% de aprovação, não falou em como fortalecer a segurança pública no Brasil, nem no Plano Nacional de Segurança Pública, nem no Fundo Nacional de Segurança Pública.

O Governo tem pressa nessa votação. Hoje, disseram que iam fazer mandados de prisão coletivos. Hoje disseram que não poderá haver uma comissão da verdade. Ora, para que pressa?

Esse plano é eleitoreiro. Por isso, nós não podemos discuti-lo no afogadilho. Nós queremos que essa discussão seja bem feita. Por isso, a Minoria vota “sim”, pela retirada de pauta, a fim de que haja uma discussão profunda no Parlamento; a fim que o Parlamento não siga essa onda, que pode gerar um banho de sangue no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Como vota a Maioria?

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que hoje é um dia de alegria para todas as pessoas de bem, em especial para as do nosso Rio de Janeiro, que é a sala de visitas do Brasil, e um dia de muita tristeza para os bandidos, para os marginais, para aqueles que usam a pobreza para passar bem.

Hoje é um grande dia porque nós vamos comemorar e vamos valorizar todos aqueles que querem o melhor para o nosso Brasil.

As Forças Armadas merecem o nosso respeito. O General Walter com certeza irá fazer um trabalho excelente, juntamente com todas as forças públicas do



Estado do Rio de Janeiro, sem contar o Ministério da Segurança, que será criado e será outro marco em nome da democracia e em nome da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “não”. Esta matéria é extremamente importante para o Rio de Janeiro, mas também para o País, inclusive por causa do efeito pedagógico que terá a restauração da autoridade no nosso País. Isso é fundamental num momento como este. Por isso, Sr. Presidente, nós queremos encaminhar o voto “não”.

Queria sugerir algo a V.Exa. Queremos dizer que concordamos que todas as votações, se necessário, sejam nominais. De pronto, nós já concordamos que todas sejam nominais, para que possamos vencer esse processo de discussão, com requerimento de votação nominal sobre requerimentos que têm por objetivo a obstrução, Sr. Presidente.

Nesse sentido, nós já propomos que todas as votações sejam nominais, para que possamos apressar este processo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 006.4.55.O

Data: 19/02/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN) - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há pedidos de verificação e de verificação conjunta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda para “obstrução”.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB muda para “obstrução”.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ) - Peço verificação conjunta.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL muda para “obstrução”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT está em obstrução, o PCdoB está em obstrução, o PSOL está em obstrução. Mais alguém está em obstrução?

(Pausa.)

Não? Está bom!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar pela Liderança do PRB, tem a palavra o Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, eu recebi com surpresa, no interior do Estado do Amazonas, onde estava, a decisão do Governo Federal de intervenção na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Vou votar a favor, junto com o meu partido, pois essa é a decisão do PRB. No entanto, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar que segurança pública no Brasil virou algo do depois, surpreendentemente: depois que acontece algo no setor de segurança pública, há uma reação dos Governos, tanto do Federal como dos Estaduais.

Eu lamento muito, porque está óbvio que o Brasil não produz aquelas metralhadoras e aqueles rifles que são mostrados pelos meios de comunicação. Inclusive por causa de tiroteios, o Governo Federal foi orientado a tomar essa decisão.

O Brasil, Sr. Presidente, não produz as drogas que se desdobram nessas ferramentas terríveis, nessas armas que essas pessoas, que esses homens usam para praticar o mal no País.

Portanto, está claro que o Brasil precisa repensar a segurança pública, tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais e até mesmo os Municipais.

Rapidamente, quero apresentar aqui pontos de vista que ficaram claros durante as minhas andanças pelo meu Estado e pelo Brasil. Primeiro, vi o Diretor da Polícia Federal procurar o Presidente da República com uma agenda fora do registro



do dia a dia de atendimento do Presidente da República, dizendo que o velho sonho da Polícia Federal é uma polícia fardada.

Imagino, Sr. Presidente, que essa polícia fardada deva ter o objetivo de guardar as fronteiras do Brasil. Nesta Casa mesmo existem várias proposições sobre guarda de fronteira. Cito como exemplo a PEC 81/11, que está na CCJ, com parecer favorável. E ninguém discute isso no Parlamento. O fato é que, se não houver uma solução para as fronteiras do Brasil, não teremos uma solução para a segurança pública, em favor da Nação brasileira.

É urgente estimular uma pauta de políticas públicas que use a transversalização, considere o Município, o Estado e o Governo Federal, Sr. Presidente, para a imediata solução quanto ao combate, por esse entes, das mazelas da segurança pública.

O Centro de Inteligência Nacional, por exemplo, que foi desativado depois das Olimpíadas, não tinha nenhuma transversalidade com os regionais e com os estaduais. É muito importante estimular a inteligência, estimular a investigação, estruturar a segurança pública e valorizar o homem e a mulher que trabalham na segurança pública. Eles dedicam suas vidas a esse ofício e, muitas vezes, expõem suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, voto “sim” à intervenção e deixo aqui o meu registro de indignação pelo total abandono e pela falta de planejamento que a segurança pública desta Nação está vivendo, seja no âmbito do Governo Federal, seja no da transversalidade dos Governos Estaduais com o Governo Federal. Mencione-se ainda a ausência dos Municípios neste debate tão importante, a respeito da segurança do brasileiro e da brasileira.



Deus abençoe o Brasil!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 10;

NÃO: 286;

ABSTENÇÃO: 2.

REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu estou considerando prejudicado um dos requerimentos em que se pedia a quebra de interstício, porque vou estabelecer a nominal, de ofício, do requerimento de retirada de pauta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passo à leitura do requerimento:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da MSC 80/2018.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2018.

Deputado Ivan Valente

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Presidente Rodrigo Maia, eu queria que somasse o meu tempo de Líder ao desta fala.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Incluam o tempo de Líder.

O SR. IVAN VALENTE - Eu pediria que voltasse o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Zerem o tempo de 3 minutos e deem o tempo de Líder para ele.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu queria que zerasse o tempo, por favor. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, há a gravidade do fato que nós estamos discutindo hoje. Mas eu quero lembrar a todas as Deputadas e Deputados desta Casa que hoje nós estaríamos votando a reforma da Previdência, cantada em prosa e verso pelo Governo golpista de Temer. Não podemos deixar de comemorar a vitória dos movimentos sociais e populares! *(Palmas.)* Na verdade, foi a derrota do Governo Temer e a vitória dos que resistiram a mais essa falcatrua, como foi a reforma trabalhista e a PEC do Teto de Gastos. Começo por aí.

Em segundo lugar, quero denunciar a grande manipulação política que está havendo em torno dos fatos e dos dados sobre a violência em nosso País. Na verdade, o carnaval do Rio de Janeiro neste ano foi menos violento do que todos os carnavais de 2014 para cá. Foi feita toda uma emulação — eu vou botar o dedo na ferida —, pela *TV Globo* em particular, para simular um caos, em que entrava um Prefeito desaparecido e um Governador que estava no interior do Estado, e veio covardemente dizer: *“Eu não posso mais continuar”*.



Enquanto isso, Moreira Franco e Jungmann vão ao Rio de Janeiro pedir que ele saia da frente. Mas não têm coragem de fazer a intervenção geral, porque Pezão ia parar na cadeia junto ao Sérgio Cabral na hora em que a intervenção no Rio de Janeiro fosse feita.

Está tudo articulado, está tudo dentro do PMDB, da quadrilha do Planalto, da quadrilha do Palácio da Guanabara e da Assembleia Legislativa de Jorge Picciani, que também está preso. Essa é a realidade desta intervenção.

Mais de dez Estados têm estatísticas de violência piores que a do Rio de Janeiro. Por que então o Rio de Janeiro? Pela simbologia.

Eu não poderia deixar de citar aqui declaração do General Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, sobre a entrada na Favela da Maré, o gasto de 600 milhões de reais e também o que sentiu cada soldado.

Disse ele:

Os nossos soldados atentos, preocupados — são vielas —, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: “Estamos aqui apontando arma para a população brasileira”. Nós somos uma sociedade doente. E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois tudo havia voltado ao que era antes.

Essa fala é do Comandante do Exército.

O interventor, Braga Netto, no dia em que foi convocado, ao ser perguntado a respeito de como estava a situação de segurança no Rio, se estava ruim, fez com o dedo que não é, em seguida, emendou: “*Há muita mídia*”.



Derrotada a reforma da Previdência, foi feita uma construção para girar a agenda nacional; para tirar o foco da Polícia Federal sobre Michel Temer, Porto de Santos, Rodrimar, Rocha Loures. Michel Temer é o homem do porto! Haveria o terceiro processo de Temer nesta Casa. Ele não terminaria o mandato.

Em terceiro lugar, digo isto então: querem embaralhar a conjuntura política e girar a agenda nacional, para que se discuta segurança pública chantageando-se a população e aproveitando-se do medo. Como diria Mia Couto, *“há quem tenha medo que o medo acabe”*. Se acabar, vai acabar esse oportunismo cínico, hipócrita!

Eu quero aproveitar a presença do Ministro Jungmann aqui para falar das declarações que fez hoje à tarde sobre mandado de prisão coletiva. Mandado permitiria também a invasão de milhares de lares. Busca e apreensão numa favela inteira, onde vivem 100 mil pessoas? Quem são os brasileiros que estão lá? São os pobres, são os negros, são as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros. É disso que se trata! Na verdade, vocês têm medo do povo.

Falam em combate ao crime organizado, mas não existe crime organizado sem agente público. Isso está no Rio de Janeiro e está no Palácio do Planalto! Esses são os verdadeiros criminosos do Brasil! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pedro Paulo. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB já manifestou reiteradamente que é a favor da continuidade desta votação. Por isso, nós votamos “não” ao requerimento, para que possamos votar o decreto e iniciar de vez a intervenção no Rio.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo encaminha o voto “não”, Sr. Presidente, e pede à base toda que também encaminhe o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “sim”.

Como vota o PDT?



O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Peço que me conceda o tempo da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado. *(Pausa.)*

O SR. OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, enquanto o Deputado se dirige à tribuna, o PSDB vai orientar a bancada.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota “não”.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que, neste plenário, tem havido manifestação amplamente majoritária a compreender a importância de se votar “sim” a este projeto. Isso tem uma razão muito clara, no meu entendimento. Há a compreensão de que o Rio de Janeiro é sim um Estado-síntese no Brasil, por suas características históricas, e abriga filhos de brasileiros de todos os recantos do País.

O fato é que nós precisamos olhar para o Rio de Janeiro com a perspectiva de um país enfrentando um problema seríssimo e ultrapassando esse problema.

A oportunidade de reorganizar as estruturas policiais no Rio de Janeiro vai ser oferecida através dessa intervenção. Precisamos de uma corregedoria forte, uma organização vertical que, de cima, possa reestruturar algo que está caótico. Se não tivermos pressa, e houve cobrança do PT, isso aqui vai virar uma Venezuela...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota “não”, Sr. Presidente. A base aliada vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui numa semana em que se deveria votar a reforma da Previdência. O Governo sabe, há muito tempo, que seria derrotado de maneira humilhante, por conta da grande pressão que a população brasileira tem feito contra essa malfadada reforma previdenciária.

Já se anunciam inclusive outros projetos, como o que trata da autonomia do Banco Central, para atender a interesses do sistema financeiro.

Agora o Governo, sem nenhum planejamento, sem nenhuma previsão orçamentária, querendo fazer uma inflexão, por menor que ela seja, na sua alta impopularidade, logo depois do carnaval, na calada da noite, edita um decreto que prevê a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

Esta é uma situação extremamente difícil. Todos nós, brasileiros, por conta de décadas de pouco investimento em educação e em programas de ação social, vemos que recentemente a curva do desemprego e a curva da pobreza têm aumentado de forma significativa.

Nós da bancada do PDT resolvemos fazer uma nota em que explicamos à Nação o nosso posicionamento:

A bancada do PDT na Câmara dos Deputados vem a público externar suas mais profundas preocupações com a intervenção federal no Rio de Janeiro, decretada pelo Senhor Presidente da República. A medida extremada e grave não é, nem de longe, a solução para



enfrentar a crise de segurança pública daquele estado e de nenhum outro.

Há sim uma grande insatisfação da sociedade brasileira e fluminense em relação à impotência com que as autoridades têm enfrentado a violência e o banditismo nas grandes cidades. As facções criminosas estão aterrorizando a sociedade ante a desmoralização da lei e das autoridades do país.

Mas a total negligência do Estado nos morros cariocas — seja pela falta de investimentos em saúde, educação, moradia e políticas públicas sociais ou pela absoluta ausência de políticas de inteligência e prevenção da criminalidade — não será resolvida ou compensada com a simples presença das forças armadas. É um equívoco supor que a militarização e o mero controle territorial a partir apenas da repressão ostensiva vão resolver o problema estrutural que se arrasta há décadas. Nesse ponto, entendemos que o governo federal deveria dar maior atenção às regiões de fronteira, que têm sido constantemente negligenciadas, se deseja combater com eficiência a violência, não só no Rio de Janeiro, como em todo o Brasil. Milhares de armas de alto calibre e drogas entram no país por meio de nossos quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres. Se esses dados são



de conhecimento público, por que o governo federal não aumenta o uso de tropas nas fronteiras brasileiras, investe em novos equipamentos para tornar mais efetiva a vigilância de nosso território?

Os deputados do PDT afirmam que esta ação de intervenção é mais uma ação midiática, politqueira e mesquinha para atender interesses políticos e eleitores do que para resolver o problema. Utilizam-se da angústia da população brasileira em relação à situação de elevada insegurança que mata milhares de brasileiros inocentes para um interesse casuístico, de busca de popularidade. Mais uma demonstração de quão patético e irresponsável é esse governo — aliás, é do mesmo partido do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foi o primeiro a dizer que estava completamente impotente para resolver o problema da segurança, ele mesmo pediu a intervenção. Visivelmente, a intervenção serve de instrumento para abafar a derrota fragorosa do governo na reforma da Previdência. A maior prova disso é que a intervenção foi decidida e anunciada praticamente durante o feriado de carnaval e não foi precedida de nenhum estudo ou planejamento conhecido, não obedecendo a nenhum critério técnico e previsão orçamentária.



Nós do PDT e de outros partidos de oposição estaremos sim acompanhando diariamente toda a prestação de contas e vendo a evolução dessa pretensa intervenção.

Não arriscaremos palpites quanto aos resultados. Torcemos para que sejam exitosos os esforços dos servidores da área de segurança pública e dos militares durante o período de intervenção, mas não nos furtamos do alerta à nação sobre seus riscos de insucesso. Votaremos a favor porque reconhecemos o clamor da população do Rio de Janeiro e do Brasil por mais segurança.

Impossível não lembrar do antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador dos CIEPs de Brizola no Governo do RJ, que disse na década de 1980: “Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”.

Infelizmente, o futuro chegou.

Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, esse futuro chegou.



O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, na votação anterior, o Deputado Fabio Reis votou com o seu partido.

O SR. DEJORGE PATRÍCIO (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O Deputado Dejorge Patrício votou com o PRB na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado, pela Liderança do PSB.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou ler aqui um documento que foi formulado pela direção do nosso partido, em conversa com esta Liderança de bancada. Vou tentar reduzi-lo, porque o texto é um pouco maior do que o que desejamos expressar neste momento.

Intervenção no Rio de Janeiro: não basta “jogar para a torcida”

(...)

A iniciativa, curiosamente, acaba por criar a ambiência que a torna um fato, uma vez que, se o próprio governo federal indica existir, uma desordem de tal magnitude, que mereça sua intervenção direta, como lhe fazer oposição?

O que decorre inicialmente do ato presidencial é, portanto, uma mobilização da opinião pública, em torno de tema tão sensível para todos os habitantes daquela unidade federada. Havia, contudo, razões objetivas para que se tomasse a medida?

Aparentemente não, na justa medida em que a criminalidade, que se procura combater, não teve um recrudescimento absurdo, quer no carnaval, quer em período de tempo imediatamente anterior. A sensação de insegurança, contudo, é preponderante no sentimento



popular, o que se pode considerar legítimo. Por outro lado, o próprio governador Luiz Fernando Pezão admitiu a perda do controle sobre a situação, o que por si mesmo cria uma justificativa para a intervenção.

Note-se, contudo, que, a par do sentimento de insegurança, se trata da mesmíssima violência, que se abate sobre o Estado por décadas, acentuada pela ausência de preparo e planejamento da polícia, algo reconhecido pelo próprio governador. Os atores continuam os mesmos, tendo como contribuição relevante e recente, é bem certo, o aumento desenfreado da corrupção, que alcançou governo, alguns agentes públicos, tudo regado ao desgoverno, que levou à suspensão de pagamento de salários, fornecedores, interrupção na prestação de serviços públicos etc. — foram mais de 12 anos de Governo do PMDB, o mesmo Governo do Presidente Temer.

São fatores a relevar, ainda, que o Rio de Janeiro se veja diante de uma polícia desaparelhada, exposta de forma diuturna ao poderio, inclusive financeiro, do crime organizado; desmotivada, mal treinada, acuada territorialmente. A intervenção terá tempo de atuar sobre essas questões?

(...)



Sobre o cenário geral, o que de fato é mais relevante, encontra pouca repercussão: uma ausência criminosa de Estado, na concepção e implementação de políticas sociais, que ofereçam especialmente aos jovens do Estado — ainda que não só — vida digna de ser vivida, possibilidades concretas de educação, trabalho, lazer. Emprego e renda, que possibilitem às famílias se organizarem como tal, em lugar de se verem diante de uma luta incruenta pela sobrevivência, cuja desesperança degrada, e cuja degradação confere, às trajetórias criminosas, um fascínio contra o qual se torna difícil concorrer.

(...)

As forças armadas estão vocacionadas ao enfrentamento do inimigo externo, à defesa do território. O fato de que elas se vejam convocadas, com a finalidade de conter um avanço, mesmo que hipotético da criminalidade, obriga a pensar se estão institucionalmente, funcionalmente, aparelhadas para a missão.

O que fazer? A tarefa principal, das forças políticas minimamente responsáveis é impedir que uma situação diagnosticada como excepcional, dê margem a iniciativas de exceção, que por certo, acabarão por atingir



proporcionalmente mais os que, hoje, já padecem da violência.

(...)

Esse anúncio de mandado coletivo de busca e apreensão é um acinte à Constituição, um acinte à soberania de qualquer cidadão. Para nós Parlamentares do PSB não há como não politizar esse tema.

Se o decreto presidencial lograr aprovação, em sua tramitação, será responsabilidade do Parlamento zelar para que os efeitos negativos da medida não ocorram. Não faltaremos à responsabilidade de acompanhar todos os seus desdobramentos, que interessam de perto à população do Rio de Janeiro, e à democracia brasileira, como um todo.

Esse ato, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não foi planejado. Todos já têm a informação de que, na quinta-feira à noite, o comandante do Exército responsável pela intervenção foi chamado ao Rio de Janeiro para uma missão. Sabia qual era a missão, tamanha a desorganização e a falta de planejamento para anunciá-la.

Há que se reconhecer claramente aqui que faltou planejamento. Foi uma saída honrosa, Deputado Valente, como V.Exa. disse, para não se assumirem os gastos profundos com propaganda, os recursos aplicados em publicidade a respeito da reforma da Previdência. F

Foram gastos tantos recursos que o PSB faz um pedido de informação para saber o que foi gasto com publicidade em relação à reforma da Previdência.



O Governo, para não entregar essa derrota de forma assumida, usa um artifício, uma saída honrosa, a respeito de um tema palpitante para a população brasileira, para a população dos nossos Estados, para a população das regiões limítrofes com o Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, para o povo do Estado e da cidade do Rio de Janeiro.

Faltou planejamento. A fala do Presidente sobre cessar os efeitos da própria intervenção para se votar a reforma da Previdência não é só equivocada constitucionalmente, como também representa um desrespeito a este Parlamento e ao povo do Rio de Janeiro. Sabendo que isso poderia interromper-se a qualquer hora, ele não tinha sequer pensado no que ia fazer ou em que fim teria dado.

Portanto, faltou planejamento, faltaram recursos, falta base legal. O comandante, como disse, faltou ao conhecimento para poder assumir cargo de tamanha envergadura. Sobra oportunismo.

Nós da bancada do PSB não vamos faltar ao povo do Rio de Janeiro quanto a esta intervenção, e reconhecemos o caráter melindroso atribuído ao Parlamento neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. FELIPE BORNIER - Presidente, V.Exa. está atropelando, e eu não estou conseguindo fazer a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O PDT já votou.

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Severino Ninho, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO MATOS (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vai votar “não” e lembrar mais uma vez que esta intervenção tem que acontecer em todo o Estado do Rio de Janeiro. Ela não pode ocorrer só na Capital, como aconteceu com as UPPs. Bandidos migraram para cidades do interior, migraram para cidades da Costa Verde, para a Região dos Lagos.

Então, peço mais uma vez ao general responsável por esta intervenção que ela aconteça em todo o Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense.

O PHS vota “não”.

O SR. MARCELO DELAROLI - O PR, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB quer segurança para o povo brasileiro, para o povo do Rio de Janeiro. Segurança para o povo brasileiro exige planejamento, exige investimento, exige organização, e não se viu nada disso nesse factóide criado pelo Governo. É uma medida eleitoreira.



Presidente, eu lamento muito, sinceramente, que as Forças Armadas brasileiras, uma instituição respeitada no Brasil, esteja sendo manipulada politicamente. As Forças Armadas não podem ser manipuladas politicamente. É isso que o Governo tenta fazer, um Governo desacreditado, sem autoridade, sem qualquer credibilidade. Um Governo que tem a desaprovação da população brasileira tenta manipular as Forças Armadas, constringendo as Forças Armadas brasileiras. É lamentável.

O PCdoB vota “sim”, em defesa da segurança do povo brasileiro e contra a...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o aplicativo do Podemos a respeito de opinião popular indica que 82% das pessoas são favoráveis à intervenção.

Nós vamos votar “sim” à intervenção e “não” ao requerimento de retirada da matéria da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PROS?

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendemos que esse decreto devolve a esperança a milhões de brasileiros, principalmente à cidade do Rio de Janeiro, que hoje está sem controle.

O que pedimos aqui é que os nobres Parlamentares entendam que esse decreto é de suma importância para o combate à violência em todo o Brasil.

Por isso, somos contra a retirada da matéria da pauta e a favor do decreto.

Obrigado.



O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pastor Eurico votou com o PHS na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “não” e lamenta ver aqui um desfile de cinismo e hipocrisia. Todos aqui sabem que não há crime organizado sem chancela, conivência, conveniência dos poderes estatais. E todos sabem que, no caso do Rio de Janeiro, mas não só no Rio de Janeiro — V.Exa. sabe, Presidente Rodrigo Maia —, esse crime organizado financia eleições, tenta influenciar o Judiciário, elege governantes e faz o esquema das milícias também, junto com o do tráfico armado. Esse crime só será enfrentado profundamente se resolvermos cortar na própria carne.

Agora eu vejo aqui que todo mundo que votou no PMDB e fez parte do seu governo subitamente começa a dizer que no Rio de Janeiro a intervenção é a salvação. Sinceramente!

Quero que seja considerado como lido pronunciamento relativo a uma nota sábia e inteligente dos pobres das favelas, que vão ser alvo agora dos mandados de busca e apreensão coletivos, o que é um escárnio. Vão fazer isso na Vieira Souto? Duvido!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para que seja transcrita nos Anais da Câmara, nota da Federação das Favelas do Rio de Janeiro — FAFERJ sobre a intervenção federal decretada pelo Presidente ilegítimo Michel Temer.



NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota de esclarecimento a população sobre a intervenção militar em nosso Estado.

A Federação de Favelas do Rio é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1963 para lutar contra as remoções do governo Lacerda e a implantação da ditadura militar no Brasil em 1964. Dessa forma, alertamos que essa nova intervenção militar não começou ontem, anteriormente tivemos as UPP's (unidades de polícia pacificadora), as operações respaldadas sob a GLO (Garantia da lei e da ordem) e PLC 464/2016 que passa para a justiça militar a responsabilidade de julgar as violações cometidas pelos integrantes das forças armadas em suas intervenções.

Essas mesmas forças intervencionistas estiveram recentemente em missões de paz no Haiti e favela da Maré onde podemos observar que grande parte das ações foram marcadas por violação de direitos humanos.

Nesse processo vale salientar que os investimentos em militarização superam os investimentos em políticas sociais. A ocupação da Maré custou 1,7 milhões de reais por dia perdurando por 14 meses envolvendo 2500 militares, tanques de guerra, helicópteros, viaturas, sem apresentar resultados efetivos tanto para as comunidades quanto para o país. Em contra partida nos últimos 6 anos só foram investidos apenas 300 milhões de reais em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social.

Apesar de todo esse aporte financeiro investido na intervenção militar na Maré podemos observar que essa ação foi totalmente ineficaz, pois lá as facções criminosas ainda lutam pelo controle da região oprimindo os trabalhadores e trabalhadoras que lá vivem.

O que a favela precisa na verdade é de uma intervenção social, que inclusive contaria com a participação das forças armadas. Precisamos de escolas e creches, hospitais, projetos de geração de emprego e renda e políticas sociais voltadas principalmente para juventude. Precisamos de uma intervenção que nos traga a vida e não a morte. O exército é uma tropa treinada para matar e atuar em tempos de guerra. As favelas nunca declararam guerra a ninguém.

A favela nunca foi e nem jamais será uma área hostil. Somos compostos de homens e mulheres trabalhadoras que com muita garra e dignidade lutam pelo pão



de cada dia. Somos a força de trabalho que move a cidade e o país. A ocupação de uma parcela das comunidades por marginais ocorre justamente pela ausência do estado em políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento de nossas favelas.

Nos últimos 54 anos a FAFERJ vem lutando por democracia nas favelas do Rio. Lá a ditadura ainda não acabou. Ainda vemos a polícia invadindo residências sem mandados, pessoas sendo presas arbitrariamente ou até mesmo casos de desaparecimento como o caso Amarildo que repercutiu mundialmente.

Para finalizar gostaríamos de reafirmar que as intervenções militares são caras, longas, e ineficazes até mesmo do ponto de vista da segurança pública. Sugerimos que essas tropas sejam movimentadas para patrulharem as fronteiras do Brasil, pois é de conhecimento notório que é de lá que chegam as armas e as drogas que alimentam o comércio varejistas de entorpecentes nas comunidades cariocas. Sugerimos também que se faça uma grande intervenção social nas favelas do Rio de Janeiro. Precisamos apenas de uma oportunidade para provar que somos a solução que o Brasil tanto precisa para se desenvolver e tornar-se um país mais justo para todos e todas.

Favela é potência! Favela é resistência!

Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, só peço que se registre no painel o voto “não” do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “não”.

Prorrogo a sessão por 1 hora.

Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Presidente, o Brasil hoje, infelizmente, é dirigido por um Governo desmoralizado: não tem legitimidade e está afundado na corrupção. Este Governo quer levar o Brasil a mais um erro histórico, quer tentar iludir a população ao dizer que vai



combater a violência e o crime organizado com uma intervenção que faz uso político-eleitoral das Forças Armadas do País.

Isso não é a solução para o povo do Rio de Janeiro. Isso não é a solução para a segurança pública do nosso País. Um Governo que cortou 10% do orçamento da segurança, um Governo que congela os investimentos nos Estados, um Governo que aplica uma política que gera desemprego e insegurança quer agora, com um factoide...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. CHICO ALENCAR - Peço que seja registrado no painel o voto “sim” do PSOL.

Por favor, assessoria da Mesa, o PSOL vota “sim”. *(Pausa.)*

Obrigado.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda para “obstrução” a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marcelo Delaroli, para orientar a bancada do PR.

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR entende a importância de se votar esse decreto hoje, entende o momento ruim, difícil por que está passando o Estado do Rio de Janeiro, onde policiais estão sofrendo, morrendo — no ano passado, mais de cem, e hoje mais um foi baleado. Alguns, quando não morrem, ficam em uma cama, sem que o Estado lhes ofereça qualquer condição.

Hoje nós vemos um fio de esperança. É claro que não é o ideal, mas a única esperança hoje de o Rio de Janeiro voltar a ter paz é aprovarmos esse decreto.

O PR orienta “não” a este requerimento e “sim” à intervenção.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aproveitar a presença do Ministro Raul Jungmann não apenas para registrar o meu voto favorável a essa intervenção inevitável no Rio, mas também para dizer o óbvio: ela não é a solução.

O problema da violência afeta o Brasil inteiro. O problema da violência requer uma atitude definitiva de investimento na segurança pública. Eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que busca garantir o mínimo de 5%. Hoje se aplica 0,8%,



menos de 1%, em segurança pública. O País é obrigado a ter um mínimo para a saúde e um mínimo para a educação. Por que não ter investimento garantido para a segurança pública?

Temos que nos preocupar com o Rio, mas também com o Brasil inteiro. É hora de solidariedade imediata com o Rio — estou a favor da medida —, mas e o meu Estado de Minas Gerais, que está mergulhado na criminalidade? E o risco de essa criminalidade migrar?

É preciso mais investimento em segurança pública, permanente. É isso que eu defendo, Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB muda a orientação para “obstrução”.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pede-me aqui o Prefeito de Angra dos Reis e o nosso colega Essiomar para dizer que, graças a Deus, as tropas federais já estão em todo o Estado.

Inclusive, em Angra dos Reis, a estrada vinha sendo frequentemente bloqueada e assaltos em via federal pública estavam sendo cometidos à luz do dia.

Como eu disse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no caso do Rio, não se trata de índices de criminalidade, mas sim de áreas geográficas dominadas, em que a autoridade pública não tem acesso. É contra isso que essa intervenção lutará e certamente vencerá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 21;

NÃO: 259;

ABSTENÇÃO: 2.

REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Hiran Gonçalves votou com o partido na última votação.

O SR. ADAIL CARNEIRO (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Adail Carneiro votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer à mensagem, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou começar pedindo autorização a V.Exa., em razão do adiantado da hora, para não ler o relatório e passar diretamente ao voto, que é o que nos interessa.

“II - Voto da Relatora

Que honra me reservou o destino! À semelhança do que ocorreu com meu pai, Senador Nelson Carneiro, em 1964, tenho agora a responsabilidade de emitir um parecer acerca do instituto da intervenção federal. Em que pese o fato de que ele opinou pela rejeição de um ato interventivo em pleno regime militar, a mim cabe fazê-lo em momento diferente, sob a égide de um regime democrático que se presta a preservar a paz e a democracia.

De acordo com o art. 49, inciso IV, da Constituição Federal, *‘é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas’*.

A seu turno, nos termos do art. 32, inciso IV, alíneas “a” e “j”, do Regimento Interno da Câmara, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões e sobre o mérito da decretação de intervenção federal.



De início, devemos ressaltar que *‘a intervenção consiste em medida excepcional de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo, fundada em hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional, e que visa à unidade e preservação da soberania do Estado Federal e das autonomias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios’*, sendo um instituto excepcionalíssimo previsto nos arts. 34 a 36 da Carta Magna.

Segundo a doutrina, a intervenção é o ponto nevrálgico de um Estado Federal, que consiste na exacerbação maior do federalismo, quando um dos seus componentes perde a virtude da autonomia e vê-se ‘invadido’ por autoridades que não são suas, para restabelecer princípios democráticos que conseguiram fazer vingar em seu próprio território.

Ainda devemos ter em mente que a intervenção é um ato essencialmente político-administrativo, cuja competência privativa foi entregue pela Constituição Federal ao Presidente da República, na qualidade de autoridade suprema da preservação do equilíbrio e do Estado Federal, que se assenta em dois vetores de sentidos contrários: a autonomia das entidades federativas e a observância de determinados princípios constitucionais, cuja violação justifica a decretação da medida extrema da intervenção e, por conseguinte, a supressão temporária da autonomia da Unidade da Federação em questão.

Nesse contexto, a competência do Congresso Nacional consiste exatamente em aprovar ou rejeitar, em sua íntegra, esse ato político-administrativo decretado pelo Presidente da República, examinando se ele encontra respaldo nas hipóteses taxativas de intervenção federal previstas na Constituição, se os seus requisitos formais e materiais foram cumpridos e se, enfim, há conveniência política e social



em tal medida. Outrossim, não cabe ao Parlamentar alterar, modificar ou aprovar o decreto condicionalmente, procedimentos vedados pela leitura sistêmica dos art. 49, IV; combinado com o art. 84, X, e com o art. 36, § 1º do Texto Magno.

Obviamente, como estamos diante do primeiro caso de decretação de intervenção federal após o advento da Constituição Cidadã de 1988, precisamos ter muita prudência, sentimento cívico e respeito, acima de tudo, aos princípios reitores do Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais da população do Estado do Rio de Janeiro, pois o que está em jogo, ao fim, é a restauração da normalidade democrática naquela Unidade Federada e do bem-estar da população fluminense, que atualmente se encontra privada do exercício de seus direitos civis mais básicos.

No que concerne à constitucionalidade do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que determina a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, passa-se à análise, uma a uma, de todas as questões consideradas indispensáveis ao rigoroso escrutínio parlamentar acerca dessa grave medida.

No que tange à constitucionalidade formal, compete à União decretar a intervenção federal nos termos do art. 21, inciso V, da Constituição Federal, sendo a sua decretação e execução competências privativas do Presidente da República, de acordo com o art. 84, inciso X, da Carta Federal, condições atendidas no caso em análise.

Nos termos dos arts. 90, inciso I, e 91, § 1º, inciso II, ambos da Lei Maior, compete aos Conselhos da República e de Defesa Nacional pronunciar-se sobre a intervenção federal. Sobre essa questão, observa-se que os referidos conselhos



foram efetivamente ouvidos na manhã de 19 de fevereiro de 2018, tendo opinado favoravelmente à intervenção federal.

Sob outro prisma, entende-se que o decreto interventivo observa o art. 36, § 1º, da Constituição Federal, pelo qual:

O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

Primeiramente, observa-se que o decreto foi submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de vinte e quatro horas, uma vez que a Mensagem ao Congresso Nacional nº 80, de 2018, foi protocolizada nesta Casa no mesmo dia da edição do decreto interventivo, ou seja, 16 de fevereiro de 2018.

Em segundo lugar, a intervenção federal foi decretada por prazo determinado, a saber, 31 de dezembro de 2018, quando, então, o Rio de Janeiro voltará a assumir a gestão dos órgãos de segurança do Estado.

Em terceiro lugar, o decreto especificou a amplitude da intervenção, que vem a ser a área da segurança pública. Da leitura do art. 1º, § 1º; do art. 3º, *caput* e §§ 4º e 5º; e do art. 4º do decreto interventivo, resta claro que a intervenção é específica para a área de segurança pública com a abrangência para as Secretarias de Estado de Segurança, de Administração Penitenciária, de Defesa Civil, em cuja estrutura se encontra a do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Em quarto lugar, apesar da designação da figura de um interventor ser facultativa, como evidencia o art. 36, § 1º, da Constituição Federal, o decreto



designa o General de Exército Walter Souza Braga Netto como interventor federal, não havendo qualquer irregularidade nessa nomeação.

Em quinto lugar, as condições de execução da medida estão presentes no art. 3º do Decreto. Nesse ponto reside a principal observação feita quanto à intervenção federal ora examinada.

O Decreto nº 9.288, de 2018, ao tratar dos recursos estaduais para a execução da intervenção, especificou que *'o interventor poderá requisitar, se necessário, recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção'*.

Entretanto, ao se referir aos recursos federais, o Decreto trouxe um termo absolutamente genérico. Vejamos a redação do art. 3º, § 3º, do Decreto nº 9.288, de 2018:

§ 3º O Interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

Diante dessa realidade, existe uma interpretação possível do termo utilizado pelo Decreto para que o ato em análise tenha plena eficácia, qual seja: que também deverão ser utilizados todos os recursos financeiros tecnológicos, estruturais e humanos da União para a consecução dos objetivos interventivos. A adoção de interpretação diversa tornaria a medida inócua e dilapidaria ainda mais os já castigados cofres públicos do Estado do Rio de Janeiro.



Explicaremos em números a gravidade da situação” — o Deputado Marcelo Delaroli conhece isso muito bem: “o orçamento de toda a área de segurança pública para o ano de 2018 no Estado do Rio de Janeiro está estimado em 8 bilhões de reais. Desse valor, aproximadamente 96% estão destinados para pagamento de pessoal; 2,7%, para custeio; e apenas 1,3%, para investimento.

Assim, para o ano de 2018, o valor destinado a custeio equivale a algo em torno de R\$ 216 milhões, enquanto o valor para investimentos é de aproximadamente R\$ 104 milhões. Se calcularmos que a intervenção federal terá a duração de 10 meses, chegamos ao ínfimo valor proporcional de R\$ 180 milhões para custear toda a logística das operações a serem realizadas durante a intervenção federal e ao valor de R\$ 87 milhões para garantir seus investimentos.

Ora, é evidente que, sem o aporte significativo de recursos federais, a intervenção federal não conseguirá atingir minimamente os seus objetivos. É indispensável, portanto, que a decretação da medida seja seguida, de imediato, da apresentação de um projeto de lei orçamentária ou da edição de uma medida provisória por parte do Presidente da República, que destine recursos financeiros suficientes e necessários à execução da intervenção.

Registro, ainda, a reunião do Presidente da República, juntamente com os Ministros da Fazenda e da Assistência Social” (...), no Rio de Janeiro, com a presença de Parlamentares, com a presença da sociedade civil, com a presença do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público, sobre a intervenção na área de segurança, Deputado Gilberto, “sinalizando a intenção de concessão desses fundamentais recursos para a consecução da medida ora analisada.



Também para garantir o nosso objetivo, registramos que estamos apresentando anexa indicação para que o Poder Executivo envie imediatamente os atos normativos garantidores dos recursos, os quais não podem se restringir à área de segurança pública, mas também devem incluir a área de assistência social. Ainda há necessidade, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária para os anos vindouros, de previsão de recursos que consolidarão a efetividade das ações interventivas após o dia 31 de dezembro do corrente ano.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade material, o ato em análise pelo Congresso Nacional se enquadra na hipótese do art. 34, III, da Constituição Federal, em termos literais: *'pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública'*.

Tal hipótese é classificada pela doutrina como caso de 'intervenção espontânea' a se realizar de ofício pelo Presidente da República e que não depende de provocação por outros Poderes. Sob esse prisma, a intervenção federal ora examinada foi regularmente decretada de ofício pelo Chefe do Poder Executivo federal.

Sobre o que devemos entender por 'grave comprometimento da ordem pública' leciona Francisco Bilac Pinto Filho que *'o comprometimento da ordem pública talvez seja o estágio mais grave a que possa chegar a degradação de uma Nação. (...) A ordem pública é aquela que pressupõe que todos os poderes do Estado estejam em seu funcionamento habitual e que todos os seus cidadãos não estejam sendo perturbados por fatos, atos ou coisas que as autoridades estaduais não possam impedir ou controlar'*. Essa descrição indiscutivelmente se amolda à realidade atual do Estado do Rio de Janeiro, como ainda teremos oportunidade de reiterar na análise do mérito do decreto de intervenção.



Quanto à juridicidade do decreto interventivo, alguns aspectos merecem a nossa reflexão.

Dispõe o art. 2º, parágrafo único, do decreto que o cargo do interventor é de natureza militar. Considera-se que a norma encontra respaldo no art. 15, § 7º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, pelo qual a atuação militar na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e na repressão de ilícitos é considerada atividade militar.

No entanto, há uma situação lacunosa em relação ao emprego das Forças Armadas, se requisitadas, uma vez que não há referência expressa no decreto indicando que elas estarão revestidas do poder de polícia, do que resultou indicação específica nesse sentido, que também apresentamos em anexo.

Nos termos do art. 3º, § 1º, do decreto, o interventor federal não está sujeito às normas estaduais que conflitem com as medidas necessárias à execução da intervenção. Considero que essa norma não apresenta vícios, na medida em que objetiva assegurar a subordinação do interventor exclusivamente aos comandos do Presidente da República e às leis federais, de modo que a legislação estadual não apresente obstáculos a medidas necessárias à execução da intervenção.

Em relação à técnica legislativa (...)", conforme preceitua a Constituição Federal, ao invés de se utilizar o termo específico 'Constituição Federal', o decreto utilizou a expressão 'Constituição', mas entendemos que tal uso não traz grandes prejuízos.

“Feitas essas considerações, entendo que o decreto de intervenção é dotado de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.”

Passamos, então, e finalmente, à análise do mérito.



“Em relação ao mérito, não podemos perder de vista que a crescente criminalidade no Estado do Rio de Janeiro por vários anos não teve o combate eficaz pelos órgãos de segurança pública do Estado. A criminalidade organizada, por facções e atividades milicianas, fez com que, em oportunidades anteriores, houvesse uma atuação conjunta entre as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública do Estado. Ainda assim, nada disso se demonstrou eficaz, seja em razão da falta de continuidade ou da falta de integração entre os órgãos.

É notório a qualquer pessoa, residente ou não no Rio de Janeiro, que a criminalidade tem impedido o livre exercício da cidadania, bem como o direito de ir e vir. A comprovar, basta que se vejam os noticiários diários sobre a obstrução da circulação de vias importantes do Estado, fazendo com que a população da Capital, da Baixada Fluminense ou do interior se sinta absolutamente desprotegida. Essa força intolerável do crime — organizado ou não — exige medidas urgentes como solução extrema para o resgate da paz e da segurança social.

Além disso, essa mesma violência tem feito com que empresas abandonem o nosso Estado, combalindo ainda mais a sua atividade econômica e aumentando desemprego, bastando citar como exemplo o incontrolável roubo de cargas. No mesmo sentido, a própria atividade postal do nosso Estado vem sendo inibida com constantes roubos a agências e veículos dos Correios.

Não bastasse, quem entre nós, não tem um familiar ou um amigo que não tenha sido vítima de violência” no Rio? “Áreas que outrora não apresentavam índices significativos passaram a ser consideradas áreas de risco.



Essas são considerações iniciais diante de fatos públicos e notórios, que justificam uma atuação mais intensa para o resgate da ordem pública. A violência não poupa bebês, crianças, mulheres, idosos e nem mesmo policiais.

Nesse conceito de ordem pública, torna-se importante assegurar a toda a sociedade o exercício dos mais elementares direitos, como o de se deslocar para o trabalho ou de conduzir seus filhos à escola, levando a certeza do retorno, ao fim de uma jornada, a seus lares; coisa que, hoje, o Estado não consegue garantir.

O Estado não tem se demonstrado garantidor da paz social. Isso se dá, sobretudo, pelo sucateamento das Polícias Civil e Militar, pelo sistemático atraso no pagamento dos seus servidores, pelo não aparelhamento da polícia técnica, pela ineficiência da atividade de investigação por falta de recursos materiais e humanos, sem contar ainda pelo absoluto descontrole na gestão do sistema penitenciário.

Tudo isso comprova que a falta de aparelhamento e qualificação dos agentes de segurança pública são indicadores inquestionáveis de que, como dito, é necessária a adoção de medidas extremas e excepcionais no Estado do Rio de Janeiro.

Temos, assim, razões mais do que suficientes para que a intervenção seja o caminho único, neste momento, para refrear a violência, para requalificar os profissionais de segurança pública, para reestruturar seus órgãos e para desenvolver políticas sociais que permitam o retorno do bem social, da dignidade da pessoa humana e, sobretudo, que garantam a preservação da vida.

A expectativa é, assim, de que a intervenção seja capaz não só de produzir resultados imediatos, como também de gerar efeitos para o futuro.



O decreto em análise trata de uma intervenção federal e em nada se confunde com uma intervenção militar. É obrigação constitucional da União garantir a ordem social da Nação brasileira.

O novo gestor, o General Braga Netto, será o responsável pela coordenação de três Secretarias de Estado, substituindo o Governador, e poderá, para isso, utilizar todos os meios disponíveis em órgãos civis e militares da União e do Estado. Significa dizer que poderá requisitar militares do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e, também, integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da ABIN, da Força Nacional de Segurança e da Guarda Portuária.

Entretanto, muito mais é necessário. As políticas implementadas durante a vigência da intervenção, na confiança de que gerem os resultados almejados, devem se transformar em políticas de Estado, e não apenas de Governo. Garantirão, assim, a manutenção de ações integradas e o acompanhamento e controle dos indicadores de criminalidade, afastando o emprego frequente de medidas que são apenas eventuais e pontuais, como sempre ocorrem em situações excepcionais à semelhança da que agora se apresenta.

Por outro lado, é preciso assegurar à população carioca e fluminense que nenhuma medida, mesmo uma ação extrema, como a prevista no decreto sob análise, será capaz de ameaçar as garantias e os direitos individuais e o Estado Democrático de Direito, consagrados pela nossa Carta Magna.

Por fim, é crucial que sejam feitos investimentos em projetos estruturantes, em logística, modernização e programas inovadores para as forças de segurança estaduais, de modo a servir como herança para o resgate do estado de paz social que o povo do Rio de Janeiro merece.



Outrossim, se as operações ostensivas são importantes para o restabelecimento da ordem e da segurança, as atividades de inteligência, sobretudo, serão vitais para o sucesso da intervenção federal.

É evidente que estamos diante de um ato do Poder Executivo federal que, pelas suas repercussões, tem gerado intensos debates no Congresso Nacional e, mais ainda, em toda a sociedade brasileira, tal a intensidade da medida e o seu alcance.

No calor da discussão, temos ouvido argumentos a favor e contrários ao decreto de intervenção no Estado do Rio de Janeiro, chamando particular atenção aqueles que, sem apresentar contrapartida ao menos razoável, contrapõem-se a essa medida extrema que foi adotada pelo Governo Federal.

Todavia, extrema é a condição a que foi levada a população do Rio de Janeiro, refém de uma criminalidade que só faz crescer em periculosidade e na sua ousadia com que agride a sociedade e desafia os órgãos de segurança pública.

Um dos argumentos contrários à intervenção é que existem muitos outros Estados onde a violência é quantitativamente muito maior do que no Rio de Janeiro e que, em razão disso, a atuação do Governo Federal nesse Estado poderia provocar um efeito cascata com outras Unidades da Federação pedindo providências idênticas.

Até podemos concordar com colocações assim, mas existe um aspecto que não está sendo vislumbrado ou, se está, muito poucos conseguiram enxergar: no Rio de Janeiro — ao contrário do que acontece em outros Estados, nos quais grande parte dos crimes violentos é pulverizada na esfera da microcriminalidade, sem pretensões de controle territorial —, o crime organizado estabeleceu zonas de



controle bem delimitadas, onde o Estado não entra e que chegam a dar lugar a disputas territoriais entre quadrilhas rivais.

O controle do território talvez seja o fator mais significativo, no universo de muitos outros, a justificar a intervenção federal. É uma autêntica guerra entre quadrilhas e entre o Estado e essas organizações criminosas. Ela não estará vencida enquanto as forças de segurança não ocuparem o terreno hoje dominado pela macrocriminalidade e o Estado não voltar a se fazer presente no cumprimento dos seus deveres para com seus cidadãos.

Além disso, ainda que outros Estados possam apresentar índices de homicídio maiores do que os do Rio de Janeiro, é nessa Unidade da Federação”, no meu Estado, “que houve considerável ampliação do número de tiroteios, sendo o aumento estimado em 117% apenas em 2018 e chegando à triste marca de 450 tiroteios (...)” em 50 dias. Isso significa dizer quase 10 tiroteios por dia, e quem diz isso, assustem-se, são os aplicativos de Internet feitos pela sociedade civil: Fogo Cruzado e Onde Tem Tiros. “Existe algum outro Estado do Brasil que possua aplicativos para saber onde há tiroteios?

Alguém teria uma solução melhor do que a intervenção para que os Poderes da República retomem a posse e o controle das zonas conflagradas do crime organizado do Rio de Janeiro?

É lá que estão as bases operacionais e os postos de comando daqueles que, de dentro e de fora dos presídios, conduzem as ações criminosas por todo o Estado.

Não faltam carpideiras tentando enterrar a intervenção antes mesmo de ela ter início. Entretanto, é preciso dar uma chance para que a população fluminense volte a ter alguma tranquilidade, para que as empresas cessem o êxodo em busca



de lugares onde possam produzir sem os sobressaltos a que estão sendo submetidas no Rio de Janeiro, aumentando ainda mais o exército de desempregados.

Não está se dizendo aqui”, Deputado Pedro Paulo, “que a intervenção será a panaceia para o Rio de Janeiro, mas, seguramente, foi a medida extrema encontrada para uma condição extrema. É o tratamento de choque indispensável para uma Unidade da Federação que foi levada à UTI.

Por outro lado, o decreto se constitui em uma ‘ponta de lança’ de uma série de outras medidas que poderão ser adotadas ou aperfeiçoadas ao longo da intervenção, não se esgotando em si mesmo, até porque propugnamos para que as ações de alcance social sejam paralelamente adotadas.

Veja-se que a intervenção se dá no prazo exato que vai até o fim das gestões do atual chefe do Poder Executivo da União e do atual chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, de modo que as ações decorrentes estarão garantidas por essas autoridades até 31 de dezembro (...).

Não se pode olvidar que, no bojo da intervenção federal do Estado do Rio de Janeiro, há medidas que se impõem além dos seus limites e que são da alçada do Governo Federal. Há de serem intensificadas”, Deputado Darcísio Perondi, “as operações contra o tráfico internacional e interestadual de armas e drogas”.

Vou ler a última parte, Sr. Presidente.

Por fim, mas não menos importante, eu gostaria de agradecer o apoio e a escolha do Deputado Rodrigo Maia, Presidente desta Casa, que me concedeu a honra do convite para esta tarefa árdua, difícil, mas que pode salvar o meu Estado.



Quero agradecer a toda a bancada do Rio, a todos os Deputados, os que votarem “sim” e os que votarem “não”. E acho que a grande maioria votará “sim”, porque qualquer um dos Deputados do Rio de Janeiro talvez fizesse muito melhor do que eu fiz: talvez fizesse um relatório relatando — mais do que isso, retratando — o que vivemos hoje no nosso Estado.

“(…) Registro a importância da criação do Observatório da Câmara dos Deputados, por iniciativa do Presidente Rodrigo Maia, a ser constituído para acompanhar a execução orçamentária dos recursos empregados, bem como o fiel cumprimento da legislação, desempenhando o papel do Controle Externo do Congresso Nacional, insculpido no art. 70 da Constituição Federal. Registro também agradecimento” — o Deputado Rodrigo Maia anunciou a escolha da Relatora num sábado; minto, no sábado às 2 da tarde — “aos Consultores (...) Fernando Carlos Wanderley Rocha, Leo Van Holthe e Roberto Troncoso Rodrigues Neto”, que desde esse momento trabalharam e ficaram até quase às 11 horas da noite aqui na Câmara, para construirmos este relatório e conseguirmos, de alguma maneira, estabelecer todas as regras e provar a este Plenário que este projeto é absolutamente constitucional.

“Considerando que estou convencida de que as medidas de intervenção não podem se limitar aos órgãos de segurança pública, mas também devem abranger ações e medidas de assistência social para que o problema da segurança no Rio de Janeiro seja resolvido”, ou minorado, Deputada, “estou apresentando, juntamente com este parecer, duas indicações que sugerem ao Exmo. Sr. Presidente da República a destinação urgente de dotações orçamentárias para que a União participe do custeio das medidas, inclusive, as relacionadas às áreas de assistência



social e também indique, nas propostas orçamentárias de 2019 e dos anos seguintes, as medidas de caráter continuado que terá que serão adotadas após o término da intervenção federal.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, encaminhado por meio da Mensagem nº 80 de 2018, que ‘decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública’, nos termos do projeto de decreto legislativo”, que vou ler, “e pelo envio das indicações anexas”, que serão publicadas. (...)

Projeto de Decreto Legislativo

(...)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que “Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Termino pedindo a cada Parlamentar deste Plenário, a cada um de nós, que simplesmente, por um momento, feche os olhos e se imagine pai ou mãe de uma criança ou de um adulto que morreu com uma bala perdida.

Obrigado a V.Exas.

Somos pela aprovação da matéria.

(Palmas.)



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu posso pedir esclarecimento à Relatora?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu tenho dúvida! Eu tenho dúvida!



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar e apresentar todas as nossas felicitações às cidades de Peruíbe, Cajamar, Itapevi e Embu das Artes que completaram dia 18 de fevereiro 59 anos; Osasco que faz hoje, dia 19 de fevereiro, 56 anos; e Severínia que completa hoje 104 anos de história.

Começando por Peruíbe, gostaríamos de deixar nossas congratulações, na pessoa do Presidente do PR e ex-Vereador Osvaldo do Posto e do tesoureiro do PR e ex-Vice-Prefeito Nelsinho do Posto, a todos os peruibenses.

Dia 18 de fevereiro de 1959, Peruíbe alcançou a categoria de Município, sendo que no dia 22 de junho de 1974 a cidade que encanta por suas belezas foi reconhecida como Estância Balneária. Próxima da cidade de São Paulo e de Santos, Peruíbe é um destino turístico que atrai muita gente pelos seus pontos históricos, sua cultura e natureza, que possibilita que os visitantes participem de roteiros ecológicos, de aventuras ou aproveitem da tranquilidade de suas áreas de preservação. Como Presidente da Frente Parlamentar de Preservação da Memória e do Patrimônio Ferroviário, também estou à disposição para trabalhar pela preservação de sua estação.

Cajamar completa igualmente 59 anos. Por isso, na pessoa do Vereador e Presidente do PR Mané do América, parabenizamos todos os seus habitantes. Com uma história fortemente ligada à fabricação de cimento e com o desenvolvimento das ferrovias no Estado, Cajamar conta hoje com diversas indústrias que movimentam a sua economia e geram empregos.



Como Presidente da Frente Parlamentar de Preservação da Memória e do Patrimônio Ferroviário, estou à disposição do Município para também trabalhar pela conservação do patrimônio ferroviário que é parte importante de seu passado e de sua construção.

Continuando com os aniversariantes do dia 18 de fevereiro, gostaríamos de deixar os nossos parabéns, na pessoa do Vereador e Presidente do PR Bruxão do Táxi e do Vereador Chambinho, a toda população de Itapevi. Localizada a 35 quilômetros da Praça da Sé, Itapevi tem uma posição estratégica próxima do centro de São Paulo, apresentando um forte potencial de crescimento, contando com diversos polos industriais, o que é um fator de destaque.

Finalizando as aniversariantes do dia 18, Embu das Artes também completou 59 anos. Por isso, na pessoa do Vereador Joãozinho da Farmácia e do Presidente do PR Leonel Augusto de Novais Filho, felicitamos todos os seus habitantes.

Cidade com um forte potencial turístico, Embu das Artes recebe muitos artistas que encontram na cidade a atmosfera que buscam para produzir, fator esse também que atrai turistas. Contando igualmente com 59% de seu território dentro de área de proteção aos mananciais, tenho o compromisso de como Presidente da Frente Parlamentar Mista dos Municípios Produtores de Água, trabalhar para que a cidade tenha a capacidade de se desenvolver ao mesmo tempo que tais espaços são preservados.

Seguindo para os aniversariantes de hoje, gostaria de felicitar a cidade de Osasco e na pessoa da Vice-Prefeita Ana Rossi e da Vereadora e Presidente do PR Ana Paula Rossi parabenizar toda a população do Município que completa 56 anos.

Conhecida como “cidade-trabalho”, Osasco está em constante crescimento,



apresentando índices de desenvolvimento que se destacam e um ambiente urbano onde as residências, comércios e fabricas se misturam.

Na pessoa da Vereadora Marcia do Takinho, do ex-Vereador Denão, e do Prefeito Celso da Usina, gostaria de parabenizar a população de Severínia, este importante Município do Estado de São Paulo que completa hoje 104 anos de história.

Linda cidade que guarda a tranquilidade e a hospitalidade como características importantes, encanta a todos os que visitam a cidade e conta com o meu compromisso de trabalhar por todos os severinienses.

Aproveito essa oportunidade para reforçar que os meus escritórios e gabinete estão à disposição para trabalhar em prol dos Municípios e que buscaremos junto ao Governo do Estado de São Paulo e ao Governo Federal políticas e recursos que façam a diferença para a população.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.



O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, profissionais da imprensa, brasileiros de todas as regiões que nos acompanham através da *Rádio Câmara* e *TV Câmara*. Dois mil e dezoito será um ano desafiador para todos nós. Afinal, este Parlamento terá a missão de manter o Brasil na rota crescimento econômico e, ao mesmo tempo, contribuir para uma eleição justa, transparente e renovadora.

Ouso afirmar, Sr. Presidente, que 2018 é o ano da esperança. O ano em que milhares de brasileiros terão de volta o emprego com carteira assinada e, com isso, terão de volta a dignidade de sustentar suas famílias, levar o pão de cada sua à mesa, com a segurança dos direitos trabalhistas assegurados por lei. O ano em que milhões de brasileiros irão às urnas, com fé na renovação e na esperança de um País ainda melhor para as futuras gerações.

Os números apontam que o Brasil está trilhando o caminho do desenvolvimento. A produção industrial teve alta de 2,5% em 2017, o melhor resultado após 3 anos de crise. O desemprego está em queda e o ritmo de geração de empregos foi melhor em relação a 2015 e 2016. A taxa SELIC alcançou a média histórica de 6,75%, a inflação diminuiu, assim como os juros bancários.

Com o apoio do PRB, o Brasil está voltando a crescer, devolvendo a esperança a milhões de brasileiros. O Presidente do nosso partido, Bispo Marcos Pereira, enquanto esteve no comando do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, realizou um trabalho brilhante, promovendo a expansão da indústria nacional e abrindo portas para os investidores internacionais. Deixou o Ministério melhor que recebeu, deixando para nós o exemplo de profissionalismo e espírito público.



Em 2018, o nosso compromisso é fazer mais pelo Brasil e pelos brasileiros. Afinal, mais de 12 milhões de trabalhadores ainda estão à procura de oportunidades. Além disso, é preciso garantir aos jovens o acesso ao ensino profissionalizante e ao primeiro emprego. Também é nosso dever fiscalizar o Poder Executivo para que a população tenha acesso a direitos básicos como saúde, segurança, educação e lazer.

Eu encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, parabenizando o nobre Deputado Celso Russomano, escolhido para ser o Líder da bancada do PRB nesta Casa. Quero desejar-lhe sucesso nesta empreitada e ressaltar o meu compromisso de contribuir com o meu partido, naquilo que for o melhor para o Brasil.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado.



O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar das recentes declarações veiculadas pela imprensa, dando conta da dificuldade de aprovação da reforma da Previdência na data originalmente prevista, 19 de fevereiro, continuo insistindo que é indispensável votar essa matéria o quanto antes.

Esse é um dos maiores desafios com que o Brasil terá que se defrontar no futuro imediato, dada a sua relevância não apenas para a economia, mas também para o dia a dia dos cidadãos. Já há algum tempo, em vários países, vêm sendo tomadas iniciativas de reforma dos sistemas de previdência social, com vistas a garantir-lhes sustentabilidade. Afinal, o mundo inteiro tem de enfrentar o dilema imposto pela combinação do aumento da expectativa média de vida com as constantes mudanças no mercado de trabalho.

O Brasil já deixou de ser um país de jovens. À medida que aumenta a proporção da população idosa, cresce o número de beneficiários da Previdência, ao mesmo tempo que se reduz o de seus contribuintes, o que leva a um desequilíbrio estrutural do sistema. Para piorar a situação, esse desequilíbrio é agravado pela aparente incapacidade de a economia gerar empregos em quantidade adequada às necessidades do País. Mais beneficiários, menos gente empregada, menos contribuintes: é claro que essa conta não fecha.

Se nada for feito, é possível que, a médio prazo, simplesmente não haja recurso para pagar os aposentados e pensionistas. Não se trata de previsão catastrófica; basta observar o que já está ocorrendo no Rio de Janeiro e em outros Estados da Federação, por exemplo. É preciso equacionar o problema, enquanto ainda há tempo de tomar medidas de prevenção. Por mais duras que possam



parecer agora, tais medidas tendem a evitar que outras, muito piores, venham a ser adotadas no futuro, como parcelamento de pagamentos ou até corte de benefícios.

Eu entendo que as pessoas fiquem com receio de perder direitos, de ter de continuar trabalhando e contribuindo durante um período mais longo que o previsto. Mas esse sacrifício, ao que tudo indica, deverá ser feito por uma pequena parcela dos contribuintes da Previdência, justamente por aqueles que recebem os maiores salários e vão receber os maiores benefícios.

Segundo estudos apresentados, no ano passado, no âmbito do debate sobre a reforma da Previdência, trabalhadores do setor privado, empregados domésticos, autônomos, trabalhadores rurais e servidores públicos municipais vinculados ao INSS, ao se aposentarem, recebem benefício médio mensal de R\$ 1.356,00. Esse grupo conta hoje com cerca de 28,5 milhões de integrantes. No outro extremo, encontram-se os servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios não vinculados ao INSS, que recebem, ao se aposentar, benefício médio mensal de R\$ 5.108,00. Isso é a média. Alguns benefícios chegam a R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil. Esse grupo conta com cerca de 4,2 milhões de integrantes atualmente.

Não é justo que valores tão altos continuem sendo pagos, gerando déficits que, ano após ano, têm de ser cobertos pelo Governo, uma vez que as contribuições não são suficientes para garanti-los. É sobre esse último grupo que a reforma está concentrando sua atenção, para reduzir a desigualdade existente no sistema previdenciário. Tal desigualdade consome recursos orçamentários que poderiam ser aplicados em educação, saúde, segurança, entre outros setores carentes de nossa sociedade. Só no ano passado, o déficit total da Previdência foi de R\$ 268,7 bilhões.

Se esses rombos não forem contidos, o futuro estará sendo duplamente



comprometido. De um lado, porque não haverá dinheiro para pagar aposentados e pensionistas; de outro, porque investimentos necessários ao desenvolvimento nacional terão deixado de ser feitos no momento adequado. Será o pior dos mundos.

Portanto, a reforma da Previdência tem de ser aprovada. Como não existe almoço grátis, é justo que a conta recaia sobre aqueles que mais podem pagar. Por isso, a reforma proposta pelo Governo não mexerá com quem recebe Benefício de Prestação Continuada nem com os trabalhadores rurais. A maioria da população não será afetada. Para que se tenha uma ideia, em torno de 84% dos benefícios pagos no Nordeste e 83% dos pagos no Norte do Brasil equivalem a um salário mínimo. Em relação a esses, não haverá nenhuma mudança.

A reforma é urgente e é uma questão de justiça social. Vamos fazê-la o quanto antes.

Muito obrigado.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

É com imensa satisfação que deixo registrado que nessa última sexta-feira, 16 de fevereiro, eu estive no Município de Anajatuba, onde fui recebido pelo ex-Prefeito Dr. Nilton Lima e sua esposa, Lúcia Marinho, Vereadores, trabalhadores rurais, pescadores e lideranças locais. Na ocasião, o Dr. Nilton e seu grupo declararam apoio ao meu projeto de reeleição à Câmara Federal.

A reunião foi o primeiro contato de uma parceria que promete vitória em favor de Anajatuba. Eu ouvi as principais demandas do Município e me comprometi a contribuir com o seu desenvolvimento e na articulação junto ao Governo Estadual.

Apesar da grave crise que afeta todo o País, o Maranhão atravessa um bom momento. Hoje é um dos Estados que mais investe e mais cresce no Brasil. Isso se deve a uma política séria e responsável aplicada pelo Governador Flávio Dino, que tem feito mais do que os Governos anteriores em qualquer área que compararmos. Na educação, foram mais de 600 escolas reformadas, reconstruídas e construídas nos últimos 3 anos. Na segurança, foram mais de 700 veículos para reforçar o patrulhamento em todo o Estado, além do aumento do efetivo de 9 mil para 12 mil policiais militares, sem contar os investimentos na saúde, agricultura familiar, infraestrutura, etc. Esses fatos ressaltam a importância de uma aproximação entre Prefeituras e Governo Estadual para o crescimento dos Municípios.

O Dr. Nilton ainda elogiou o trabalho que vem sendo feito por nós durante



toda a trajetória política e garantiu que Anajatuba só tem a ganhar com a parceria.

Por fim, eu gostaria de agradecer ao Dr. Nilton o grande apoio!

Era o que tinha a dizer.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 006.4.55.O

Data: 19/02/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 006.4.55.O
Data: 19/02/2018

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando segunda Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 19 de fevereiro, às 23h35min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 006.4.55.O

Data: 19/02/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 34 minutos.)